PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 26/2026

MODALIDADE
Inexigibilidade nº 018/2026

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA, FORMATO PRESENCIAL, DATA: 24 E 25/09/2026, CARGA HORÁRIA: 16HORAS/AULA. CUIABÁ-MT.

SETEMBRO/2026

ÍNDICE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS	PÁGINAS
1	Portaria de designação do Agente de Contratação, da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio	.001 a 008
2	Enquadramento do objeto no Plano de Contratação	009 a 012
3	Solicitação setorial da Assessoria Jurídica	013 a 016
4	Autorização inicial do gestor	017 a 019
5	Inscrição	020 a 026
6	Documento de Formalização da Demanda – DFD	027 a 041
7	Justificativa de não elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP	042 a 043
8	Termo de Referência	044 a 057
9	Anexos do Termo de Referência: proposta comercial; programação do evento; qualificação dos palestrantes; e demais documentos do objeto	058 a 116
10	Código de classificação do objeto no TCE-MT	117 a 118
11	Comprovante de cadastro do fornecedor	119 a 120
12	Documentação da empresa	121 a 135
13	Documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista no início do processo.	136 a 160
14	Atuação da Equipe de Apoio	161 a 181
15	Demonstrativo da Composição de Preços	182 a 186
16	Relatório Técnico Circunstanciado da Composição de Preços	187 a 196
17	Dotação orçamentária e Declaração de disponibilidade orçamentária	197 a 206
18	Autorização do gestor para a continuidade ou conclusão do processo	207 a 208
19	Manifestação do Agente de Contratação	209 a 217
20	Parecer jurídico	218 a 239

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS	PÁGINAS
21	Atualização ou verificação da habilitação da empresa na data da homologação	240 a 264
22	Termo de Homologação e Autorização da Contratação Direta	265 a 267
23	Ordem de Fornecimento	
24	Processo de contabilização, Empenho, Liquidação e Pagamento	
25	Comprovante de envio das informações ao Sistema APLIC	
26	Relatórios emitidos pelo sistema e comprovantes da contratação	
27	Certificado de participação e relatório do servidor participante	
28	Relatório ou parecer da Unidade de Controle Interno	

RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO

Fls. 002

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

Publicado por afixação em local público de costumes em 05/02/26.

Secretaria de Administração.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

Fls. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 146/2024

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Jucineia de Fatima Gonçalves

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 10 de fevereiro de 2026, a pedido da servidora.

Cargo: Neuropedagogo.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 072/2025

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Gilberto Aparecido Tenorio

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 09 de fevereiro de 2026, a pedido do servidor.

Cargo: Servente de Pedreiro.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026.

Data da vigência: 02/02/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MAURA LIMA PEREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 045/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026.

Data da vigência: 29/01/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): CRISTIANE COIADO RAYSARO

Objeto: Contrato Administrativo nº 001/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 29/01/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

Data da vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): GUSTAVO DE SOUZA ALENCAR

Objeto: Contrato Administrativo nº 049/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 02/02/2027, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS -

Fls. 005

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 081/2026.

Publicado por afixação em local público de costumes em 08/09/26
Secretaria de Administração.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

Considerando a Portaria Legislativa nº 080/2026, que dispõe sobre férias de servidora efetiva e presidente da comissão de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, MARIA EDUARDA OLIVEIRA CAMPOS, servidora comissionada, Matrícula Funcional 534 para **exercer interinamente** a função de presidente da Comissão de contratação, no período de 08 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2026.

Art. 2º. No período subscrito nesta Portaria, a servidora designada exercerá cumulativamente as respectivas atribuições de seu cargo.

Art. 3º. As demais disposições da Portaria 022/2026, permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls 006

Publica-se.

Itiquira-MT, 04 de setembro de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.09.04 10:16:59 -03'00'

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"*Plenário Adelino de Souza Campos*"

Fls. 007

ao Controle Interno e às áreas contábil e financeira; manter cópias de segurança dos dados, especialmente em meio eletrônico; alertar sobre possíveis riscos e tendências financeiras; promover auditorias internas e permanentes; executar as decisões da Mesa Diretora e da Presidência; e desempenhar outras atividades correlatas ao cargo.

Art. 3º - O período de substituição cessará automaticamente com o retorno da servidora titular.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

Itiquira-MT, 04 de setembro de 2026.

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 080/2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA EFETIVA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando, o requerimento da servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL.**

Considerando o disposto no art. 76, § 3º da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, 07 (Sete) dias de **GOZO** de férias regulamentares à servidora pública municipal, **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL,** matrícula funcional 449, Agente Administrativa, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2024 a 31 de janeiro de 2025.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, corresponderão ao período de gozo de 08 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2026 com retorno previsto para **15 de setembro de 2026.**

Art. 2º- As férias só poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 04 de setembro de 2026.

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL - ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **FABIELLE DALLA VALLE**, matrícula funcional nº 1895, ocupante do cargo de **FARMACÊUTICO - ITIQUIRA**, devidamente aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, regido pelo Edital de Abertura nº 069/2022 e respectivos Editais Complementares nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

Conforme consta no Parecer Conclusivo emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, após análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao estágio probatório, o(a) servidor(a) foi considerado(a):

APTO(A) ao desempenho definitivo das atribuições do cargo público, sendo declarada a estabilidade no serviço público.

Paço Municipal ***"Rosa Pereira Campos"***, Itiquira-MT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Avaliação de Desempenho Funcional

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 081/2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

Considerando a Portaria Legislativa nº 080/2026, que dispõe sobre férias de servidora efetiva e presidente da comissão de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, MARIA EDUARDA OLIVEIRA CAMPOS, servidora comissionada, Matrícula Funcional 534 para **exercer interinamente** a função de presidente da Comissão de contratação, no período de 08 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2026.

Art. 2º. No período subscrito nesta Portaria, a servidora designada exercerá cumulativamente as respectivas atribuições de seu cargo.

Art. 3º. As demais disposições da Portaria 022/2026, permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.

Publica-se.

Itiquira-MT, 04 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmen

Fls. 008

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **GUSTAVO HENRIQUE ALMEIDA TARLEI**, matrícula funcional nº 1870, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ITIQUIRA**, devidamente aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, regido pelo Edital de Abertura nº 069/2022 e respectivos Editais Complementares nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

Conforme consta no Parecer Conclusivo emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, após análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao estágio probatório, o(a) servidor(a) foi considerado(a):

APTO(A) ao desempenho definitivo das atribuições do cargo público, sendo declarada a estabilidade no serviço público.

Paço Municipal ***"Rosa Pereira Campos"***, Itiquira-MT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Avaliação de Desempenho Funcional

COORDENADORIA DE COMPRAS
INSTRUMENTO CONTRATUAL: NOTA DE EMPENHO Nº 13556/2026

COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO Nº 071/2026

Empenho nº 13556/2026 – Autorização de Fornecimento nº 3657/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, por intermédio da Coordenadora de Compras Públicas, torna pública a contratação de show do Show Acústico Trio Raízes do MS, para apresentação no 2º Encontro de Violeiros. A contratação ocorre sob o regime de pronto pagamento, com fundamento no art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 042/2024.

- **Contratado: Vinicius Pereira de Carvalho**
- **CNPJ: 34.963.486/0001-85**
- **Valor total: R$ 7.000,00 (sete mil reais)**

Itiquira/MT, em 04 de setembro de 2026.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Coordenadora de Compras Públicas

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **MARCOS ANDRE RODRIGUES DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 2529, ocupante do cargo de **RECEPCIONISTA – OURO BRANCO DO SUL – ITIQUIRA**, devidamente aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, regido pelo Edital de Abertura nº 069/2022 e respectivos Editais Complementares nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

Conforme consta no Parecer Conclusivo emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, após análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao estágio probatório, o(a) servidor(a) foi considerado(a):

APTO(A) ao desempenho definitivo das atribuições do cargo público, sendo declarada a estabilidade no serviço público.

Paço Municipal ***"Rosa Pereira Campos"***, Itiquira-MT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Avaliação de Desempenho Funcional

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **LILIAN CAPEL ERNANDES**, matrícula funcional nº 1897, ocupante do cargo de **MOTORISTA – OURO BRANCO DO SUL – ITIQUIRA**, devidamente aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, regido pelo Edital de Abertura nº 069/2022 e respectivos Editais Complementares nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

Conforme consta no Parecer Conclusivo emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, após análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao estágio probatório, o(a) servidor(a) foi considerado(a):

APTO(A) ao desempenho definitivo das atribuições do cargo público, sendo declarada a estabilidade no serviço público.

Paço Municipal ***"Rosa Pereira Campos"***, Itiquira-MT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Avaliação de Desempenho Funcional

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **JOSIMAR PEREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 1894, ocupante do cargo de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – OURO BRANCO DO SUL – ITIQUIRA**, devidamente aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, regido pelo Edital de Abertura nº 069/2022 e respectivos Editais Complementares nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

Conforme consta no Parecer Conclusivo emitido pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, após análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao estágio probatório, o(a) servidor(a) foi considerado(a):

APTO(A) ao desempenho definitivo das atribuições do cargo público, sendo declarada a estabilidade no serviço público.

Paço Municipal ***"Rosa Pereira Campos"***, Itiquira-MT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Avaliação de Desempenho Funcional

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE RESULTADO FINAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Município de Itiquira TORNA PÚBLICO o resultado final da avaliação de estágio probatório do(a) servidor(a) **JULIO CESAR ROCHA**, matrícula funcional nº 2515, ocupante do cargo de **MOTO-**

ENQUADRAMAMENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

DECRETO LEGISLATIVO N.º 004/2025

Dispõe sobre a aprovação e ratificação do planejamento realizado para o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira – Mato Grosso e dá outras providências.

Publicado por afixação em local público de costumes em 11/12/25
Secretaria de Administração.

EDIOMAR GOBBI - Presidente do Poder Legislativo de Itiquira, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando, o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII que trata sobre a exigência de elaboração do Plano de Contratação Anual para os entes federativos;

Considerando a realização do planejamento de contratações públicas, para o exercício de 2025/2026, do Poder Legislativo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aprovado o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira- Mato Grosso.

Art. 2º - O Plano de Contratação Anual (PCA), para o exercício de 2025/2026, será realizado de acordo com o plano contido no anexo I deste decreto.

Art.3º - Fica aprovado o anexo II, que descreve as dotações orçamentárias destinadas à efetivação do plano de compras ora aprovado.

Art.4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2025.

Ediomar Gobbi
Presidente
Gestão Biênio: 2025-2026

42. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO/CURSOS

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Treinamento na área administrativa com treinamento e capacitação de servidores e gestores (cursos e afins) com seminários, congressos, cursos in company, cursos online, cursos presenciais, etc)	UND	50
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**104.680,00**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAUDOS SST

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração de laudos técnicos para a câmara municipal de itiquira, de conformidade com a legislação em vigor e exigências ao disposto no decreto 3.048/99, que estabelece obrigatóriedade das empresas públicas e privadas a manterem laudo técnico e embasamento, nas nr's 15 e anexo 14 e norma regulamentadora 16 que definem as características de periculosidade.	UND	01
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**10.153,97**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

RESUMO GERAL

Categorias	Valor Estimado Total	
Aquisição de materiais	***R$***	***1.595.675,60***
Aquisição de pneus	R$	6.626,75
Aquisição de Uniformes	R$	15.963,70
Bandeiras, insigmas e flâmulas	R$	15.459,56

Fls. 012

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

SOLICITAÇAO DO SERVIDOR

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI - AJL - 15/2026

Itiquira - MT, 17 de agosto de 2026.

Da: Assessoria Jurídica
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho

Para: Gabinete da Presidência
Ediomar Gobbi

Assunto: Solicitação e Autorização para inscrição em curso

Prezado Presidente;

Vimos Com os cumprimentos de estilo, sirvo-me do presente para **solicitar a autorização para me inscrever e participar** do curso denominado **"Emendas Impositivas na Prática com apoio da IA"",** nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, na cidade de Cuiabá – oferecido pela Empresa Capacitar.

Tal proposição constitui a intenção de efetivar a capacitação de formação profissional propagada pelos artigos 14 e seguintes da Lei nº 1.186/2022 (Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Itiquira-MT).

A capacitação possui relação direta com as atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, especialmente no que se refere à orientação jurídica dos Vereadores, análise de proposições legislativas, acompanhamento da legislação orçamentária, elaboração e análise de emendas

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

parlamentares, emissão de pareceres e assessoramento às Comissões Permanentes da Câmara Municipal.

o conhecimento acerca das **emendas parlamentares, especialmente das emendas impositivas**, apresenta relação direta com as atividades institucionais da Câmara, uma vez que sua elaboração, discussão, aprovação e acompanhamento envolvem matérias de natureza constitucional, financeira, orçamentária e administrativa.

Outro aspecto relevante do curso consiste na utilização da **Inteligência Artificial – IA como ferramenta auxiliar** na elaboração e análise das emendas parlamentares.

As ferramentas de IA vêm sendo progressivamente incorporadas às atividades administrativas e jurídicas, podendo proporcionar maior eficiência, rapidez e padronização na execução de tarefas.

Segue anexado a presente portfólio do curso e da palestrante.

Sem mais para o momento.

Anfilófio Pereira Campos Sobrinho
Assessor Jurídico
Portaria 02/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001252

Fls. 016

Número do processo: 000001252

Número Único: O1D.WZI.N0J-NW

Requerente: ASSESSORIA JURIDICA

CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDENCIA

CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0100 - CÂMARA DE ITIQUIRA/MT

Localização Atual: [CÂMARA DE ITIQUIRA/MT]

Protocoloado por: melissabioto

Situação: Não analisado

Procedência: Interna

Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 17/08/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CURSO

Observação: CI Nº 15/2026

Protocolado por: melissa bioto de aquino

Interessado: GABINETE DA PRESIDENCIA

Fls. 017

AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GP 173/2026 Itiquira - MT, 14 de setembro de 2026.

Da: GABINETE DO PRESIDENCIA

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA ROSENY FARIAS LIMA

1

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCESSO

Prezada Senhora,

Com os cordiais cumprimentos e por meio deste, AUTORIZO o imediato início do respectivo processo administrativo visando à inscrição e participação do Assessor Jurídico Anfilofio Pereira de Campos Sobrinho no curso "Emendas Impositivas na Prática com apoio da IA", ministrado pela empresa De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil (CNPJ nº 65.953.657/0001-19).

O evento de capacitação ocorrerá de forma presencial na cidade de Cuiabá, nos dias **24 e 25 de setembro de 2026**, com carga horária total de 16 horas, conforme proposta comercial detalhada na documentação anexa.

Diante disso, encaminhem-se os presentes autos à Secretaria da Câmara para adoção das providências cabíveis e necessárias quanto à autuação, instrução processual, e demais atos administrativos pertinentes à efetivação da inscrição (no valor de R$ 2.099,00) e cumprimento das formalidades legais.

. Atenciosamente,

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.09.14 13:00:45 -03'00'

EDIOMAR GOBBI

Presidente (Gestão 2025/2026)

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001049/2026

Fls. 019

Número do processo: 000001049/2026 Número Único: SXU.SXX.XKA-IJ

Requerente: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 14/09/2026

Assunto: AUTORIZAÇÃO

Súmula: AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCESSO

Observação: CI GP 173/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 020

INSCRIÇÃO

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 026

CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

A Empresa **CAPACCITAR BRASIL**, CNPJ n. 65.953.657/0001-19, confirma a inscrição do servidor **ANFILOFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO**, para participação no Curso **EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA**, que ocorrerá nos dias **24 e 25 de setembro de 2026**, com a facilitadora **Giseli Sarmento**.

O curso terá uma carga horária de **16 (dezesseis) horas** e será realizado no **Espaço CDL**, localizado em Cuiabá/MT.

CAPACCITAR BRASIL
CNPJ 65.953.657/0001-19

Fls. 027

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

Órgão: Câmara Municipal de Itiquira	
Setor Requisitante: Coordenadoria de Controle Interno	
Responsável pela Demanda: Maria de Fátima Gomes da Silva	Matrícula Funcional: 100
E-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br	Telefone: (65) 3491-1514

DEMANDA: Inscrição do servidor Anfilófio Pereira Campos Sobrinho no curso **"Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização"**, promovido pela empresa De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, na cidade de Cuiabá/MT, na modalidade presencial, com carga horária de 16 (dezesseis) horas.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A presente demanda consiste na necessidade de contratação de **01 (uma) inscrição** para participação do servidor ocupante do cargo de **Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira**, em curso presencial de capacitação sobre **emendas parlamentares impositivas**, com carga horária de **16 (dezesseis) horas**.

Conforme a programação apresentada pela empresa promotora, o evento contempla conteúdos relacionados aos aspectos constitucionais, legais, orçamentários e procedimentais das emendas parlamentares impositivas, abrangendo sua elaboração, apresentação, análise, aprovação, execução, acompanhamento e fiscalização, além de questões referentes aos impedimentos técnicos e à compatibilidade das emendas com os instrumentos de planejamento e orçamento público.

A demanda é apresentada pela Câmara Municipal de Itiquira para atendimento da necessidade de capacitação profissional do referido servidor, tendo em vista a relação entre os conteúdos previstos na programação do evento e as atividades de assessoramento, análise e orientação jurídica desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto do presente Documento de Formalização da Demanda consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) inscrição em evento de capacitação presencial, conforme detalhamento abaixo:

Item	Descrição
Quantidade de inscrições	01 (uma) inscrição
Participante	Anfilófio Pereira Campos Sobrinho
Cargo	Assessor Jurídico
Matrícula funcional	522
Descrição da capacitação	Curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização"
Empresa promotora	De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil
Modalidade	Presencial
Carga horária	16 (dezesseis) horas
Data prevista	24 e 25 de setembro de 2026
Local	Cuiabá – Mato Grosso
Código de Classificação TCE-MT	000347-40 – Código similar quanto à modalidade presencial e à carga horária

2

3. DO PARTICIPANTE

A capacitação contará com a participação do servidor abaixo identificado, considerando a pertinência direta dos temas com as atribuições desempenhadas no âmbito da Câmara Municipal de Itiquira:

Servidor	Cargo/Função	Matrícula Funcional
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho	Assessor Jurídico	522

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitação e atualização profissional do servidor supra citado, cujas atribuições compreendem a análise de matérias legislativas e administrativas, a emissão de pareceres jurídicos, a orientação dos vereadores, da Mesa Diretora, das comissões permanentes e dos setores administrativos, além do acompanhamento da legalidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal.

As emendas parlamentares impositivas possuem elevada relevância jurídica, orçamentária e social, pois permitem ao Poder Legislativo participar diretamente da definição das prioridades do orçamento público e indicar a destinação de recursos para ações e projetos de interesse da comunidade.

A utilização adequada desse instrumento depende do cumprimento de requisitos constitucionais, legais e orçamentários, incluindo a compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA; a observância dos percentuais e limites aplicáveis; a correta identificação das fontes de recursos; a elaboração de justificativas e planos de trabalho; a classificação da despesa; o atendimento dos prazos regimentais; e a verificação de eventuais impedimentos técnicos.

Nesse contexto, a atuação do Assessor Jurídico é essencial para assegurar a regularidade da elaboração, tramitação e aprovação das emendas impositivas. Compete à Assessoria Jurídica analisar a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade das proposições, orientar quanto aos requisitos formais e materiais e contribuir para que as decisões do Poder Legislativo sejam tomadas com segurança jurídica.

A capacitação também contribuirá para o aperfeiçoamento dos pareceres jurídicos relacionados às matérias orçamentárias, possibilitando que o servidor identifique previamente falhas, inconsistências, incompatibilidades orçamentárias e riscos capazes de comprometer a aprovação ou a execução das emendas.

O conteúdo programático contempla, ainda, o papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, a comunicação entre os Poderes Legislativo e Executivo, os procedimentos de execução financeira, a prestação de contas, a transparência e a fiscalização dos recursos públicos.

3

O curso apresenta como diferencial a utilização prática da Inteligência Artificial na elaboração de emendas, análises preliminares de viabilidade, pareceres, checklists, formulários e modelos de aplicação imediata. Esses conhecimentos poderão auxiliar a Assessoria Jurídica na padronização dos procedimentos e na realização de análises mais eficientes, sem afastar a indispensável revisão técnica e jurídica pelo servidor responsável.

A qualificação permitirá a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas atividades cotidianas da Câmara Municipal, especialmente na orientação dos vereadores e das comissões, na análise de proposições orçamentárias e na prevenção de irregularidades que possam resultar em impedimentos técnicos, inexecução das emendas ou apontamentos pelos órgãos de controle.

A medida encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.186/2022, especialmente nas disposições relacionadas ao desenvolvimento funcional, ao aperfeiçoamento profissional e à valorização dos servidores da Câmara Municipal de Itiquira.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público e constitui medida de fortalecimento institucional, aperfeiçoamento legislativo, segurança jurídica, eficiência administrativa, transparência e melhor aplicação dos recursos públicos.

5. EMENTA DO EVENTO

O conteúdo programático contempla, entre outros, os seguintes temas:

- fundamentos constitucionais e legais das emendas parlamentares;
- emendas individuais e coletivas;
- Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019;
- ADPF nº 854 e seus reflexos;
- papel dos Poderes Legislativo e Executivo;
- impedimentos técnicos;
- integração das emendas com o PPA, a LDO e a LOA;
- análise da viabilidade orçamentária;
- fontes de recursos e reserva de contingência;
- estrutura técnica da emenda;
- justificativa e plano de trabalho;
- percentuais, limites e destinações obrigatórias;
- tramitação e aprovação das emendas;
- atuação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- elaboração de pareceres técnicos e jurídicos;
- classificação, registro e execução das emendas;
- empenho, liquidação, pagamento e prestação de contas;
- transparência e rastreabilidade dos recursos;
- fiscalização da execução das emendas;
- utilização da Inteligência Artificial na elaboração e análise das emendas;
- criação de formulários, pareceres preliminares, checklists e biblioteca de prompts.

6. PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO EVENTO

O curso será desenvolvido nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas, abrangendo os seguintes módulos:

MÓDULO I – FUNDAMENTOS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

- conceito de emendas parlamentares;
- emendas individuais e coletivas;

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br

- evolução histórica das emendas impositivas;
- aspectos constitucionais e legais;
- Emenda Constitucional nº 86/2015;
- Emenda Constitucional nº 100/2019;
- ADPF nº 854 e seus reflexos;
- papel dos Poderes Legislativo e Executivo;
- impedimentos técnicos;
- principais mudanças e tendências.

MÓDULO II – PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, LIMITES E REQUISITOS LEGAIS

- integração entre PPA, LDO e LOA;
- verificação da viabilidade da emenda diante do orçamento;
- recursos que podem ser utilizados;
- reserva de contingência;
- estrutura técnica da emenda;
- justificativa e plano de trabalho;
- percentuais destinados às emendas impositivas;
- destinação obrigatória para saúde e educação;
- restrições legais aplicáveis.

MÓDULO III – TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DAS EMENDAS

5

- procedimentos e prazos regimentais;
- papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização – CFOF;
- parecer técnico;
- parecer jurídico;
- discussão e votação das emendas;
- aprovação da Lei Orçamentária Anual;
- comunicação entre os Poderes Legislativo e Executivo;
- erros mais frequentes no processo legislativo.

MÓDULO IV – CLASSIFICAÇÃO, REGISTRO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS

- nível de classificação da despesa;
- função, subfunção, programa e ação;
- fontes e destinações de recursos;
- erros mais comuns na classificação e indicação das fontes;
- empenho, liquidação e pagamento;
- registro da emenda na contabilidade do Município;
- reprogramações e prestação de contas;
- evidências da execução para fins de fiscalização.

MÓDULO V – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- identificação das emendas na LOA;
- transparência e rastreabilidade dos recursos;
- utilização do Portal da Transparência;
- verificação da efetiva execução da emenda;
- principais apontamentos dos Tribunais de Contas.

MÓDULO VI – LABORATÓRIO PRÁTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- elaboração de emendas com apoio da Inteligência Artificial;
- análise da viabilidade orçamentária;
- elaboração de pareceres preliminares;
- criação de checklists;
- modelo de previsão na LDO sobre emendas impositivas;
- modelo de formulário para apresentação das emendas;
- modelo de parecer técnico da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- checklist para análise e fiscalização das emendas;
- construção de uma biblioteca de prompts.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA INSTRUTORA

O curso será ministrado por **Giseli Sarmento,** contadora pública, especialista em Gestão Pública e mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A instrutora atua há 18 (dezoito) anos no setor público municipal, com experiência em contabilidade pública, auditoria, controle interno, elaboração de demonstrativos, assessoria à gestão e apoio técnico a prefeituras e câmaras municipais.

É professora em cursos de graduação e pós-graduação e instrutora em capacitações voltadas ao setor público. Integra o Grupo de Pesquisa em Informação, Tecnologia e Educação em Contabilidade – GPITEC/UFRGS, possuindo produção científica apresentada em eventos nacionais e internacionais.

Possui estudos publicados em periódicos internacionais nas áreas de gestão de custos municipais e metodologias de ensino de contabilidade para profissionais não especialistas.

A formação acadêmica e a experiência profissional apresentadas demonstram que a instrutora possui qualificação compatível com o conteúdo da capacitação, especialmente nas áreas de contabilidade pública, orçamento, auditoria, controle interno, planejamento e gestão municipal.

O currículo completo da instrutora deverá ser anexado ao processo de contratação.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Com a participação do servidor no evento, espera-se:

- aperfeiçoar a análise jurídica das emendas parlamentares impositivas;
- ampliar o conhecimento sobre os fundamentos constitucionais e legais aplicáveis;
- aprimorar a orientação jurídica prestada aos vereadores, à Mesa Diretora e às comissões;
- fortalecer a análise de compatibilidade das emendas com o PPA, a LDO e a LOA;
- melhorar a identificação de impedimentos técnicos e restrições legais;
- aprimorar a elaboração e a análise de pareceres jurídicos relacionados às matérias orçamentárias;
- reduzir riscos de falhas formais ou materiais durante a tramitação das emendas;
- compreender os procedimentos de classificação, execução, registro e prestação de contas;
- fortalecer a transparência, a rastreabilidade e a fiscalização da aplicação dos recursos;
- utilizar ferramentas de Inteligência Artificial como apoio à elaboração de minutas, análises preliminares, pareceres, formulários e checklists;
- padronizar procedimentos internos relacionados às emendas impositivas;
- contribuir para uma atuação legislativa mais segura, eficiente e alinhada ao interesse público.

7

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) inscrição, destinada à participação do Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira, no curso objeto deste Documento de Formalização da Demanda.

A contratação compreende o acesso integral à programação, a disponibilização de profissional qualificado, espaço e estrutura adequados, material de apoio, caderno, apostila, caneta, marca-texto, serviço de coffee break e emissão de certificado, condicionada à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

A solução mostra-se adequada à necessidade institucional, pois possibilitará o aperfeiçoamento do servidor em matérias diretamente relacionadas às suas atribuições,

especialmente quanto à análise jurídica, orientação legislativa, tramitação, execução e fiscalização das emendas parlamentares impositivas.

10. QUANTIDADE ESTIMADA

O quantitativo estimado corresponde a 01 (uma) inscrição, definido com base na necessidade institucional previamente identificada e na relação direta entre o conteúdo programático do curso e as atribuições desempenhadas pelo servidor indicado.

O dimensionamento considerou a natureza específica da capacitação, a atuação do servidor na Assessoria Jurídica da Câmara Municipal e a possibilidade de aplicação prática e compartilhamento interno dos conhecimentos adquiridos.

Dessa forma, o quantitativo estabelecido mostra-se suficiente e proporcional ao atendimento da demanda, sem previsão de parcelamento ou aquisição de inscrições adicionais.

11. ESTIMATIVA DA DESPESA

O valor da inscrição corresponde a **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)**, totalizando o mesmo montante estimado para 01 (um) participante.

Item	Descrição do evento	Código TCE-MT	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", presencial, em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 horas, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026	000347-40 – código similar	Inscrição	1	2.099,00	2.099,00

Valor total estimado: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).

12. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A contratação está alinhada aos princípios da eficiência, legalidade, economicidade, planejamento e capacitação permanente dos servidores públicos. A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Compras da Câmara Municipal de Itiquira para o exercício de 2026, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 04/2025, de 11 de dezembro de 2025, no Tópico 42, Item 01, página 39, destinado às capacitações voltadas ao aperfeiçoamento técnico dos servidores.

13. BASE LEGAL

O presente Documento de Formalização da Demanda foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto ao planejamento da contratação, à fase preparatória e à formalização da necessidade administrativa.

No âmbito da Câmara Municipal de Itiquira, o documento observa a Resolução nº 02/2023, que regulamenta os procedimentos administrativos relacionados às contratações públicas no Poder Legislativo Municipal.

A demanda também observa a Lei Municipal nº 1.186/2022, quanto ao desenvolvimento funcional, ao aperfeiçoamento profissional e à valorização dos servidores.

A formalização atende aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade. interesse público, planejamento, eficiência, economicidade, transparência, motivação e segurança jurídica.

O DFD integra a fase preparatória da contratação, relaciona-se ao Plano de Contratações Anual, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e constitui documento necessário à instrução da contratação direta, conforme o art. 72, inciso I, da mesma Lei, quando aplicável.

14. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA EMPRESA CONTRATADA

A escolha da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil** fundamenta-se na apresentação e organização do curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", cujo conteúdo possui relação direta com a necessidade institucional identificada.

A empresa atua na formação e capacitação de servidores públicos, oferecendo treinamentos técnicos e práticos voltados ao fortalecimento da eficiência e da segurança da gestão pública.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br

A programação apresentada abrange todo o ciclo das emendas impositivas, incluindo fundamentos legais, elaboração, viabilidade orçamentária, tramitação, aprovação, execução, prestação de contas, transparência e fiscalização.

A metodologia proposta contempla aulas expositivas, estudos de casos, debates, dinâmicas e oficinas práticas, favorecendo a aplicação dos conhecimentos nas atividades da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal.

A contratação também se justifica pela qualificação técnica da instrutora indicada e pelo diferencial consistente na utilização da Inteligência Artificial como ferramenta de apoio à elaboração de documentos, pareceres preliminares, checklists, formulários e análises de viabilidade.

Dados da empresa:
Razão Social: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil **CNPJ:** 65.953.657/0001-19 **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com **Telefones:** (65) 99694-6662 e (65) 99915-6662 **Site:** www.capaccitar.com.br **Instagram:** @capaccitartreinamentos

A justificativa da escolha da empresa não afasta a necessidade de instrução do processo com os documentos de habilitação, comprovação da qualificação técnica, justificativa de preço, demonstração da inviabilidade de competição, quando aplicável, e demais elementos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

10

15. LOCAL E HORÁRIO DO EVENTO

Local: Cuiabá/MT. O endereço específico deverá ser confirmado pela empresa promotora.

Data: 24 e 25 de setembro de 2026.

Carga horária: 16 (dezesseis) horas.

Horário: conforme programação oficial apresentada pela empresa promotora, devendo ser assegurado o cumprimento integral da carga horária prevista.

16. DETALHAMENTO DO EVENTO

Curso: Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização.
Data: 24 e 25 de setembro de 2026.
Carga horária: 16 (dezesseis) horas.
Modalidade: presencial.
Local: Cuiabá/MT.

Público-alvo: vereadores, assessores parlamentares e legislativos, servidores das câmaras municipais, membros das comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização, secretários municipais, gestores públicos, técnicos e analistas das áreas de planejamento e orçamento, contadores públicos, controladores internos, procuradores municipais, assessores jurídicos, ordenadores de despesas e profissionais que atuem na transparência, prestação de contas e fiscalização dos recursos públicos.

Inclusos: estrutura para realização do evento, espaço adequado, profissional qualificado, material de apoio, caderno, apostila, caneta, marca-texto, serviço de coffee break e certificado.

17. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a proposta comercial e a programação apresentada pela empresa, compreendendo:

- realização presencial do curso nos dias e horários programados;
- cumprimento da carga horária total de 16 (dezesseis) horas;
- disponibilização de espaço e estrutura adequados;
- disponibilização de profissional com qualificação compatível com o conteúdo;
- fornecimento do material de apoio previsto;
- realização de aulas expositivas, estudos de casos, debates, dinâmicas e oficinas práticas;
- disponibilização do serviço de coffee break;
- controle da frequência do participante;
- emissão de certificado contendo a identificação do curso, o período, a carga horária e o conteúdo programático.

18. DA POLÍTICA DE CANCELAMENTO E ALTERAÇÕES

O cancelamento da inscrição pelo participante poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência do evento, conforme as condições apresentadas pela empresa.

Após esse prazo, não será possível o cancelamento, sendo admitida a substituição do participante, conforme a política da promotora.

A empresa poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir a instrutora quando necessário, devendo comunicar tempestivamente a Câmara Municipal.

A empresa deverá confirmar a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, permitindo a organização do transporte, da hospedagem e das demais providências administrativas necessárias.

19. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

O participante deverá realizar sua inscrição diretamente no site da promotora, proceder ao credenciamento, acompanhar as atividades e observar as orientações estabelecidas pela organização do evento.

A inscrição será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, da autorização ou ordem de serviço ou mediante o pagamento da inscrição, conforme as condições estabelecidas pela empresa.

A emissão do certificado dependerá do cumprimento da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

20. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

A capacitação será desenvolvida mediante:

- aulas expositivas sobre conceitos, fundamentos jurídicos e orçamentários;
- estudos de casos relacionados à elaboração e execução das emendas;
- debates e dinâmicas para troca de experiências;
- oficinas práticas para elaboração de documentos e realização de simulações;
- laboratório prático para utilização de Inteligência Artificial;
- elaboração de modelos, formulários, pareceres preliminares, checklists e prompts;
- abordagem prática voltada à aplicação imediata dos conhecimentos nas atividades do Poder Legislativo.

21. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Compete à empresa contratada:

1. realizar o curso nas datas, nos horários, no local e na modalidade previstos;
2. cumprir a carga horária total de 16 (dezesseis) horas;
3. garantir a estrutura necessária para a realização do evento;
4. assegurar espaço adequado para o desenvolvimento das atividades;
5. disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento;
6. fornecer caderno, apostila, caneta, marca-texto e demais materiais previstos;
7. garantir o serviço de coffee break durante o evento;
8. disponibilizar o conteúdo programático apresentado na proposta;
9. comunicar tempestivamente eventuais alterações de data, local, programação ou instrutora;
10. permitir a substituição do participante nas condições estabelecidas em sua política de cancelamento;
11. controlar a frequência do participante;
12. emitir certificado contendo carga horária, período de realização e conteúdo programático;
13. cumprir as demais condições estabelecidas na proposta comercial e nos documentos do processo de contratação.

22. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Compete à Câmara Municipal de Itiquira, na condição de contratante:

1. fornecer à contratada, em tempo hábil, as informações necessárias à formalização da inscrição;
2. indicar o servidor participante e encaminhar os dados necessários ao credenciamento e à emissão do certificado;
3. providenciar a emissão e o envio da nota de empenho, autorização ou ordem de serviço, conforme aplicável;
4. assegurar o comparecimento do participante ao local do evento;
5. providenciar, quando cabível, os atos administrativos relativos ao afastamento, às diárias, ao transporte, à hospedagem e às demais condições necessárias à participação;
6. orientar o participante quanto à necessidade de cumprimento da frequência mínima exigida;
7. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por meio de servidor formalmente designado;
8. verificar a efetiva participação do servidor e o cumprimento da carga horária, mediante certificado, declaração de participação, lista de presença ou outro documento comprobatório;

9. receber, conferir e atestar a nota fiscal após a comprovação da adequada execução do objeto;
10. efetuar o pagamento do valor contratado após o cumprimento das obrigações pela contratada, a regular liquidação da despesa e o atendimento das condições estabelecidas no processo;
11. comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades ou desconformidades identificadas;
12. adotar as providências necessárias em caso de adiamento ou cancelamento do evento;
13. aplicar as sanções administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em caso de descumprimento das obrigações assumidas;
14. cumprir as demais obrigações estabelecidas nos documentos integrantes do processo de contratação.

Itiquira-MT, 14 de setembro de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

Edlomar Gobbi
Vereador-Presidente
Gestão 2025/2026

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br

Fls. 042

JUSTIFICATIVA

ETP

JUSTIFICATIVA DE NÃO ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO "ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR"

PROCESSO ADIMINISTRATIVO nº 026/2026

Unidade Gestora:	Câmara Municipal de Itiquira-MT.
Código de UG:	1115971
Modalidade:	Inexigibilidade de licitação (Lei 14.133/2021, art. 74)
Situação da Carga:	1 – Abertura
Objeto:	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – curso **"Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização"**, promovido pela empresa De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, na cidade de Cuiabá/MT, na modalidade presencial, com carga horária de 16 (dezesseis) horas.

Vimos por meio deste justificar a não inclusão do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no envio da carga do processo licitatório supraçitado, tendo em vista que:

(X) O documento não foi formalizado em razão da natureza de objeto e da simplicidade da contratação;

( ) A licitação refere-se à adesão à Ata de registro de preços, e o ETP já consto no processo original conduzido pela entidade gerenciadora.

( ) Outo motivo (descrever): _____

Declaramos ainda que está justificativa está de acordo com os procedimentos internos da unidade e será mantida arquivada junto ao processo físico ou digital de contratação.

Itiquira-MT, 14 de setembro de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Matricula Funcional 521
Portaria Nº 001/2025

Fls. 044

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) inscrição no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", na modalidade presencial, em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026.

1. DA INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência define as condições necessárias à contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de capacitação de pessoal, mediante 01 (uma) inscrição em evento presencial destinado ao aperfeiçoamento técnico em emendas parlamentares impositivas, planejamento e orçamento público, execução orçamentária, transparência, controle, fiscalização e utilização responsável de ferramentas de Inteligência Artificial.

A capacitação será promovida pela empresa De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19, e destina-se ao fortalecimento da atuação da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Itiquira/MT na análise, orientação e acompanhamento das matérias legislativas e administrativas relacionadas às emendas impositivas.

1.1. DO PARTICIPANTE

A definição do participante decorre da pertinência direta do conteúdo programático com as atribuições de assessoramento, análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade, emissão de pareceres e orientação aos vereadores, à Mesa Diretora, às comissões permanentes e aos setores administrativos.

Servidor	Cargo/Função	Matrícula funcional
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho	Assessor Jurídico	522

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será processada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual destinado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, observadas a notória especialização, a adequação da solução e a inviabilidade de competição no caso concreto.

A instrução processual deverá observar, especialmente, o art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada do documento de formalização da demanda, da estimativa da despesa, da demonstração de compatibilidade orçamentária, do parecer jurídico, da comprovação de habilitação e qualificação, da razão da escolha da contratada, da justificativa do preço e da autorização da autoridade competente.

Aplicam-se, ainda, a Resolução nº 02/2023 da Câmara Municipal de Itiquira/MT, a Lei Municipal nº 1.186/2022 e o Plano Anual de Contratações para 2026, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 04/2025, além das demais normas pertinentes.

2

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitação e atualização profissional do servidor supracitado, cujas atribuições compreendem a análise de matérias legislativas e administrativas, a emissão de pareceres jurídicos, a orientação dos vereadores, da Mesa Diretora, das comissões permanentes e dos setores administrativos, além do acompanhamento da legalidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal.

As emendas parlamentares impositivas possuem elevada relevância jurídica, orçamentária e social, pois permitem ao Poder Legislativo participar diretamente da definição das prioridades do orçamento público e indicar a destinação de recursos para ações e projetos de interesse da comunidade.

A utilização adequada desse instrumento depende do cumprimento de requisitos constitucionais, legais e orçamentários, incluindo a compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA; a observância dos percentuais e limites aplicáveis; a correta identificação das fontes de recursos;

a elaboração de justificativas e planos de trabalho; a classificação da despesa; o atendimento dos prazos regimentais; e a verificação de eventuais impedimentos técnicos.

Nesse contexto, a atuação do Assessor Jurídico é essencial para assegurar a regularidade da elaboração, tramitação e aprovação das emendas impositivas. Compete à Assessoria Jurídica analisar a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade das proposições, orientar quanto aos requisitos formais e materiais e contribuir para que as decisões do Poder Legislativo sejam tomadas com segurança jurídica.

A capacitação também contribuirá para o aperfeiçoamento dos pareceres jurídicos relacionados às matérias orçamentárias, possibilitando que o servidor identifique previamente falhas, inconsistências, incompatibilidades orçamentárias e riscos capazes de comprometer a aprovação ou a execução das emendas.

O conteúdo programático contempla, ainda, o papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, a comunicação entre os Poderes Legislativo e Executivo, os procedimentos de execução financeira, a prestação de contas, a transparência e a fiscalização dos recursos públicos.

O curso apresenta como diferencial a utilização prática da Inteligência Artificial na elaboração de emendas, análises preliminares de viabilidade, pareceres, checklists, formulários e modelos de aplicação imediata. Esses conhecimentos poderão auxiliar a Assessoria Jurídica na padronização dos procedimentos e na realização de análises mais eficientes, sem afastar a indispensável revisão técnica e jurídica pelo servidor responsável.

A qualificação permitirá a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas atividades cotidianas da Câmara Municipal, especialmente na orientação dos vereadores e das comissões, na análise de proposições orçamentárias e na prevenção de irregularidades que possam resultar em impedimentos técnicos, inexecução das emendas ou apontamentos pelos órgãos de controle.

A medida encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.186/2022, especialmente nas disposições relacionadas ao desenvolvimento funcional, ao aperfeiçoamento profissional e à valorização dos servidores da Câmara Municipal de Itiquira.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público e constitui medida de fortalecimento institucional, aperfeiçoamento legislativo, segurança jurídica, eficiência administrativa, transparência e melhor aplicação dos recursos públicos.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Itiquira para o exercício de 2026, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 04/2025, de 11 de

dezembro de 2025, no Tópico 42, Item 01, página 39, destinado às capacitações voltadas ao aperfeiçoamento técnico dos servidores.

A contratação está alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, legalidade, transparência e capacitação permanente, além de contribuir para o aprimoramento das atividades legislativas, jurídicas, orçamentárias e fiscalizatórias.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação da empresa promotora para o fornecimento de 01 (uma) inscrição destinada à participação do Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira no curso objeto deste Termo de Referência, conforme as condições da proposta comercial.

A inscrição compreende acesso integral à programação, espaço e estrutura adequados, instrutora qualificada, material de apoio, caderno, apostila, caneta, marca-texto, serviço de coffee break e certificado, condicionado à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

6. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA EMPRESA CONTRATADA

A escolha da empresa De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil fundamenta-se na condição de promotora do curso e na adequação específica da programação à necessidade institucional identificada. A empresa atua na formação de servidores públicos, com capacitações técnicas e práticas voltadas à eficiência e à segurança da gestão pública.

A programação abrange, de forma integrada, fundamentos legais, elaboração, viabilidade orçamentária, tramitação, aprovação, execução, prestação de contas, transparência e fiscalização das emendas impositivas. A metodologia contempla aulas expositivas, estudos de casos, debates, dinâmicas, oficinas práticas e laboratório de Inteligência Artificial.

A escolha também considera a qualificação técnica da instrutora indicada, sem prejuízo da comprovação documental, nos autos, da habilitação, da notória especialização, da condição de promotora do evento, da inviabilidade de competição e da compatibilidade do preço praticado.

6.1. DOS DADOS DA EMPRESA

Razão social: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil.

CNPJ: 65.953.657/0001-19.

E-mail: atendimento.capaccitar@gmail.com.
Telefones: (65) 99694-6662 e (65) 99915-6662.
Site: www.capaccitar.com.br.
Instagram: @capaccitartreinamentos.

7. DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O objeto enquadra-se na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, por consistir em serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A inviabilidade de competição decorre das características singulares da capacitação escolhida, que reúne programação previamente definida, metodologia própria, instrutora determinada, período, local e condições estabelecidas pela promotora. Esses elementos integram solução indissociável e impedem que a escolha se reduza à comparação objetiva de preços entre cursos distintos.

A contratação direta fica condicionada à comprovação, nos autos, da notória especialização da contratada e da instrutora, da condição de organizadora ou promotora do evento, da compatibilidade do preço com o praticado em contratações semelhantes e do atendimento aos demais requisitos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

5

8. DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA EMPRESA

A contratada deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica compatível com o objeto, mediante documentação válida e suficiente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Ato constitutivo e documentos de representação legal;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- Certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Atestado ou documentos de capacidade técnica pertinentes a serviços de capacitação;
- Documentos comprobatórios da experiência da empresa e da qualificação da instrutora;
- Consultas aos cadastros de empresas sancionadas e impedidas de contratar com a Administração Pública.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA INSTRUTORA

O curso será ministrado por Giseli Sarmento, contadora pública, especialista em Gestão Pública e mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A instrutora atua há 18 (dezoito) anos no setor público municipal, com experiência em contabilidade pública, auditoria, controle interno, elaboração de demonstrativos, assessoria à gestão e apoio técnico a prefeituras e câmaras municipais. É professora em cursos de graduação e pós-graduação e instrutora em capacitações voltadas ao setor público.

Integra o Grupo de Pesquisa em Informação, Tecnologia e Educação em Contabilidade – GPITEC/UFRGS e possui produção científica apresentada em eventos nacionais e internacionais, bem como estudos publicados nas áreas de gestão de custos municipais e metodologias de ensino de contabilidade para profissionais não especialistas. O currículo completo deverá integrar os autos.

10. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – FUNDAMENTOS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

- conceito, espécies e evolução histórica das emendas parlamentares impositivas;
- aspectos constitucionais e legais, Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019;
- ADPF nº 854 e seus reflexos; papel dos Poderes Legislativo e Executivo;
- impedimentos técnicos, mudanças e tendências.

MÓDULO II – PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, LIMITES E REQUISITOS LEGAIS

- integração entre PPA, LDO e LOA e análise da viabilidade orçamentária;
- fontes de recursos, reserva de contingência, estrutura técnica, justificativa e plano de trabalho;
- percentuais destinados às emendas, destinações obrigatórias e restrições legais.

MÓDULO III – TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DAS EMENDAS

- procedimentos e prazos regimentais; papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- pareceres técnico e jurídico, discussão, votação e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
- comunicação entre os Poderes e erros frequentes no processo legislativo.

MÓDULO IV – CLASSIFICAÇÃO, REGISTRO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS

- classificação da despesa, função, subfunção, programa, ação, fontes e destinações;
- empenho, liquidação, pagamento e registro contábil;
- reprogramações, prestação de contas e evidências da execução.

MÓDULO V – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- identificação das emendas na LOA, transparência e rastreabilidade;
- utilização do Portal da Transparência e verificação da efetiva execução;
- principais apontamentos dos Tribunais de Contas.

MÓDULO VI – LABORATÓRIO PRÁTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- elaboração de emendas e análise de viabilidade com apoio de IA;
- pareceres preliminares, checklists, formulários e previsão na LDO;
- modelo de parecer técnico da CFOF e biblioteca de prompts.

11. DA METODOLOGIA

A capacitação será desenvolvida por meio de abordagem prática e aplicada às rotinas do Poder Legislativo Municipal, compreendendo:

- aulas expositivas sobre conceitos e fundamentos jurídicos e orçamentários;
- estudos de casos relacionados à elaboração e à execução das emendas;
- debates e dinâmicas para troca de experiências;
- oficinas práticas para elaboração de documentos e realização de simulações;
- laboratório prático para utilização de Inteligência Artificial;
- elaboração de modelos, formulários, pareceres preliminares, checklists e prompts.

12. DOS RESULTADOS ESPERADOS

- Aperfeiçoar a análise jurídica das emendas parlamentares impositivas;
- Ampliar o domínio dos fundamentos constitucionais, legais e orçamentários aplicáveis;
- Aprimorar a orientação prestada aos vereadores, à Mesa Diretora e às comissões;
- Fortalecer a análise de compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA;
- Melhorar a identificação de impedimentos técnicos, restrições e riscos jurídicos;
- Aperfeiçoar pareceres relacionados às matérias orçamentárias e reduzir falhas formais ou materiais;

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

- Compreender a classificação, a execução, o registro, a prestação de contas e a fiscalização;
- Utilizar ferramentas de Inteligência Artificial como apoio, com revisão e validação técnica;
- Padronizar procedimentos internos e fortalecer a transparência e a segurança jurídica.

13. DO ESCOPO, QUANTITATIVO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo corresponde a 01 (uma) inscrição, dimensionado de acordo com a necessidade institucional e a relação direta entre o conteúdo programático e as atribuições do servidor, sem previsão de parcelamento ou de inscrições adicionais.

Item	Descrição do evento	Código TCE-MT	Unid.	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Curso Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização	000347-40 (código similar)	Inscrição	1	2.099,00	2.099,00
TOTAL				1		2.099,00

O valor total estimado é de R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), conforme proposta comercial. A razoabilidade do preço deverá ser demonstrada nos autos por documentos idôneos, nos termos dos arts. 23 e 72 da Lei nº 14.133/2021.

8

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO

O curso será realizado presencialmente em Cuiabá/MT, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas. O endereço específico e a programação horária integral deverão ser confirmados pela promotora, preservado o cumprimento da carga horária ofertada.

A empresa deverá confirmar a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista. O participante deverá realizar o credenciamento, acompanhar as atividades e observar as orientações da organização, cumprindo frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para obtenção do certificado.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a efetiva prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal, comprovação da participação e certificação, atesto do fiscal da contratação e regular liquidação da despesa, observados o prazo e as rotinas administrativas da Câmara Municipal.

A Nota Fiscal deverá indicar os dados da contratação e ser encaminhada ao endereço eletrônico secretaria@itiquira.mt.leg.br. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o documento será devolvido para correção e o prazo de pagamento será reiniciado após a regularização.

No preço contratado deverão estar incluídos todos os tributos, encargos e custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, não cabendo pagamento adicional. Serão efetuadas as retenções tributárias legalmente exigíveis.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Câmara Municipal, conforme a seguinte classificação:

Ficha: 08
Órgão: Câmara Municipal – 01
Unidade: Câmara Municipal – 001
Função: Legislativa – 01
Subfunção: Ação Legislativa – 031
Programa: Processo Legislativo – 0001
Projeto/Atividade: Capacitação de Servidores do Poder Legislativo – 2.189
Natureza da despesa: Aplicações Diretas – 3.3.90.00.00.00.00.00

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O instrumento contratual poderá ser substituído por Nota de Empenho, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o prazo de execução e o valor da contratação, permanecendo exigíveis todas as condições deste Termo de Referência e da proposta comercial.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

18. DA POLÍTICA DE CANCELAMENTO E ALTERAÇÕES

O cancelamento da inscrição pelo participante poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência do evento. Após esse prazo, não será admitido o cancelamento, mas poderá ocorrer a substituição do participante, observadas as condições da promotora.

A contratada poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir a instrutora quando necessário, devendo comunicar tempestivamente a Câmara Municipal e adotar solução que resguarde o interesse público e evite prejuízos à Administração.

19. DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

O serviço será executado conforme a proposta comercial e a programação, mediante realização presencial das aulas, estudos de casos, debates, dinâmicas, oficinas e laboratório prático, disponibilização de infraestrutura, instrutora e materiais incluídos, controle de frequência e emissão do certificado.

O recebimento definitivo ocorrerá após a comprovação da realização do curso e da participação do servidor, mediante certificado, declaração, lista de presença ou documento equivalente, sem prejuízo da verificação da conformidade pelo fiscal designado.

10

20. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

– Realizar o curso nas datas, horários, local e modalidade previstos;
– Cumprir a carga horária total de 16 (dezesseis) horas;
– Garantir espaço e estrutura adequados;
– Disponibilizar instrutora com qualificação compatível com o conteúdo;
– Fornecer material de apoio, caderno, apostila, caneta e marca-texto;
– Garantir o serviço de coffee break;
– Comunicar tempestivamente alterações de data, local, programação ou instrutora;
– Controlar a frequência do participante;
– Emitir certificado com identificação, período, carga horária e conteúdo programático;
– Manter, durante a execução, as condições de habilitação e regularidade exigidas;
– Cumprir as demais condições da proposta e dos documentos do processo.

21. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

– Fornecer os dados necessários à formalização da inscrição;
– Indicar o participante e encaminhar as informações de credenciamento e certificação;
– Providenciar e enviar a Nota de Empenho ou a ordem de serviço, conforme aplicável;
– Assegurar o comparecimento do participante e providenciar, quando cabível, afastamento, diárias, transporte e hospedagem;
– Orientar o participante quanto à frequência mínima e às regras do evento;
– Acompanhar e fiscalizar a execução por servidor formalmente designado;
– Verificar a participação e o cumprimento da carga horária por documento comprobatório;
– Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal após a adequada execução;
– Efetuar o pagamento após o adimplemento e a regular liquidação;
– Comunicar irregularidades e adotar as medidas administrativas cabíveis.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, a quem competirá registrar ocorrências, solicitar esclarecimentos, verificar o cumprimento das condições estabelecidas e atestar a Nota Fiscal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto, inclusive perante terceiros, e não implica corresponsabilidade da Administração por falhas ou irregularidades.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Constitui infração administrativa a prática das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive dar causa à inexecução parcial ou total, retardar injustificadamente a execução, apresentar declaração falsa, fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

Mediante processo administrativo que assegure contraditório e ampla defesa, poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

24. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, utilizando os dados acessados exclusivamente para a execução do objeto e adotando medidas técnicas e administrativas adequadas para preservar sua confidencialidade, integridade e segurança.

25. DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes submetem-se à Lei nº 14.133/2021, às normas internas aplicáveis, aos princípios gerais dos contratos e às condições deste Termo de Referência e da proposta comercial, que integram a contratação para todos os fins.

26. DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Os atos da contratação serão divulgados nos meios oficiais, observados a Lei nº 14.133/2021, a Lei Municipal nº 558/2006 e as regras locais de transparência, inclusive no Portal Oficial da Câmara Municipal de Itiquira e nos demais veículos legalmente exigidos.

27. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itiquira/MT para dirimir questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser solucionadas administrativamente, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Atesto que o presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observados o planejamento, a eficiência, o interesse público, a transparência e a busca da solução mais vantajosa para a Administração.

Itiquira/MT, 14 de setembro de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria nº 001/2025

29. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIZAÇÃO COMPETENTE

Após análise e estando o documento em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, a autoridade competente aprova o presente Termo de Referência e autoriza o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação.

Itiquira/MT, 14 de setembro de 2026.

Ediomar Gobbi
Vereador-Presidente
Gestão 2025/2026

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls. 058

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Fls. 059

CRONOGRAMA DO EVENTO

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 060

CURSO

Emendas Impositivas na Prática com apoio da IA.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 067

PROPOSTA DE INVESTIMENTO

A Capaccitar Brasil é especializada na formação de servidores públicos, oferecendo capacitações técnicas e práticas que fortalecem a eficiência e a segurança da gestão pública. Com metodologia clara, instrutores qualificados e foco na aplicabilidade imediata, entregamos soluções que desenvolvem competências e contribuem para resultados concretos nos órgãos públicos. Nosso compromisso é ser uma parceira estratégica na modernização e no aprimoramento contínuo da administração pública.

1. Apresentação do Curso

As emendas impositivas são instrumentos importantes para que o Poder Legislativo participe da definição das prioridades orçamentárias e direcione recursos a projetos de interesse da comunidade.

O curso **Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização** apresenta uma abordagem prática e integrada de todo o ciclo das emendas, abrangendo fundamentos legais, viabilidade orçamentária, tramitação, aprovação, classificação da despesa, execução financeira, prestação de contas e fiscalização.

A capacitação também aborda a compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA, as fontes de recursos, os limites legais, os impedimentos técnicos e o acompanhamento da execução por meio dos Portais da Transparência.

Como diferencial, contará com laboratório prático de Inteligência Artificial para apoiar a elaboração de emendas, análises de viabilidade, pareceres, checklists, formulários e prompts de aplicação imediata

2. A Quem se Destina

- Vereadores e demais membros do Poder Legislativo Municipal;
- Assessores parlamentares e legislativos;
- Servidores das Câmaras Municipais;
- Membros das Comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- Secretários municipais e gestores públicos;

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 062

- Técnicos e analistas das áreas de planejamento e orçamento;
- Contadores públicos e servidores dos setores de contabilidade;
- Controladores internos e servidores das controladorias municipais;
- Procuradores municipais e assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesas;
- Servidores responsáveis pela execução orçamentária e financeira;
- Profissionais que atuam na transparência, prestação de contas e fiscalização dos recursos públicos.

3. Benefícios do Treinamento

- Maior segurança na elaboração das emendas impositivas;
- Verificação da viabilidade orçamentária e dos requisitos legais;
- Melhor compreensão da tramitação, aprovação e execução;
- Correta classificação, contabilização e prestação de contas;
- Fortalecimento da transparência e fiscalização com apoio da IA.

4. Detalhamento do Treinamento

Data: 24 e 25 de setembro de 2026.

Carga Horária: 16 horas

Horário:

1º Dia: 08hs às 17h30 – 1h30 de almoço

Modalidade: Presencial

Local: Cuiabá

5. Programa do Curso

MÓDULO I — FUNDAMENTOS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

- Conceito de emendas parlamentares;
- emendas individuais e coletivas;
- evolução histórica das emendas impositivas;
- aspectos constitucionais e legais;
- Emenda Constitucional nº 86/2015;

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 063

- Emenda Constitucional nº 100/2019;
- ADPF 854 e seus reflexos;
- papel dos Poderes Legislativo e Executivo;
- impedimentos técnicos;
- principais mudanças e tendências.

MÓDULO II — PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, LIMITES E REQUISITOS LEGAIS

- Integração entre PPA, LDO e LOA;
- verificação da viabilidade da emenda diante do orçamento;
- recursos que podem ser utilizados;
- reserva de contingência;
- estrutura técnica da emenda;
- justificativa e plano de trabalho;
- percentuais destinados às emendas impositivas;
- destinação obrigatória para saúde e educação;
- restrições legais aplicáveis.

MÓDULO III — TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DAS EMENDAS

- Procedimentos e prazos regimentais;
- papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização — CFOF;
- parecer técnico;
- parecer jurídico;
- discussão e votação das emendas;
- aprovação da Lei Orçamentária Anual;
- comunicação entre os Poderes Legislativo e Executivo;
- erros mais frequentes no processo legislativo.

MÓDULO IV — CLASSIFICAÇÃO, REGISTRO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS

- Nível de classificação da despesa;
- função, subfunção, programa e ação;
- fontes e destinações de recursos;
- erros mais comuns na classificação e indicação das fontes;
- empenho, liquidação e pagamento;
- registro da emenda na contabilidade do município;

Fls. 067

- reprogramações e prestação de contas;
- evidências da execução para fins de fiscalização.

MÓDULO V — TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- Identificação das emendas na LOA;
- transparência e rastreabilidade dos recursos;
- utilização do Portal da Transparência;
- verificação da efetiva execução da emenda;
- principais apontamentos dos Tribunais de Contas.

MÓDULO VI — LABORATÓRIO PRÁTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- Elaboração de emendas com apoio da Inteligência Artificial;
- análise da viabilidade orçamentária;
- elaboração de pareceres preliminares;
- criação de checklists;
- modelo de previsão na LDO sobre emendas impositivas;
- modelo de formulário para apresentação das emendas;
- modelo de parecer técnico da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- checklist para análise e fiscalização das emendas;
- construção de uma biblioteca de prompts.

6. Instrutora



GISELI SARMENTO

Contadora pública, especialista em Gestão Pública e mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atua há 18 anos no setor público municipal, com experiência em contabilidade pública, auditoria, controle interno, elaboração de demonstrativos, assessoria à gestão e apoio técnico a prefeituras e câmaras municipais.

Fls. 065

É professora em cursos de graduação e pós-graduação e instrutora em capacitações voltadas ao setor público. Também integra o Grupo de Pesquisa em Informação, Tecnologia e Educação em Contabilidade – GPITEC/UFRGS com produção científica apresentada em eventos nacionais e internacionais.
Possui estudos publicados em periódicos internacionais nas áreas de gestão de custos municipais e metodologias de ensino de contabilidade para profissionais não especialistas.
É reconhecida pela didática clara, pela capacidade de traduzir conteúdos técnicos em linguagem acessível e pela abordagem prática, conectando contabilidade pública, gestão municipal e tomada de decisão.

7. Metodologia

- **Aulas Expositivas:** Conceitos e fundamentos.
- **Estudo de Casos:** Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- **Debates e Dinâmicas:** Troca de experiências entre participantes.
- **Oficinas Práticas:** Elaboração de programas e simulações.

8. Resultados Esperados

- Elaborar e analisar emendas conforme os requisitos legais e orçamentários;
- Avaliar a viabilidade, as fontes de recursos e os impedimentos técnicos;
- Acompanhar a tramitação, execução e prestação de contas;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos com transparência e controle;
- Utilizar Inteligência Artificial, modelos e checklists na elaboração e fiscalização.

9. Investimento

Valor do Investimento por participante: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 066

10. Obrigações da Empresa:

- Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento.
- Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento.
- Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento.
- Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes.
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificados aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.

11. Informações para Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

12. Política de Cancelamento

- Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.
- Cancelamento pela Empresa: A Empresa Capaccitar poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir professores quando necessário.

13. Da Participação no Curso.

A inscrição deverá ser realizada diretamente pelo nosso site: www.capaccitar.com.br

A Capaccitar Treinamentos confirmará a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, garantindo tempo para que o participante organize transporte, hospedagem e demais providências necessárias.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

A inscrição somente será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, autorização/ordem de serviço ou do pagamento da(s) inscrição(ões).

14. Informações Complementares

• Certificado emitido somente para participantes com mínimo de 75% de presença.

• Material de apoio exclusivo entregue aos participantes.

Fls. 067

15. Dados da Empresa

- **Nome: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**.
- **CNPJ**: 65.953.657/0001-19.
- **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com.
- **Telefone:** (65) 99694-6662 ou 99915-6662.
- **Site:** https://capaccitar.com.br/ **e Instagram**: @capaccitartreinamentos

Fls. 068

CURRICULUM DOS PALESTRANTES

Currículo Lattes

Imprimir currículo



Giseli Pereira Sarmento da Silva

Endereço para acessar este CV: **https://lattes.cnpq.br/5813197839917089**

Última atualização do currículo em 31/03/2026

Possui Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2024), Especialização em Gestão Pública (2015) e Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Luterana do Brasil (2010). Atua há mais de 15 anos no setor público, e atualmente é Contadora do Município de Fazenda Vilanova/RS. Atuou como Gestora Financeira do Fundo de Aposentadoria dos Servidores Públicos de Fazenda Vilanova, e como Professora dos cursos de Graduação de Ciências Contábeis e Pós-Graduação/MBA da Faculdade de Tecnologia La Salle. Realiza palestras, treinamentos e workshops na área pública utilizando abordagem experiencial de Kolb (1984), que concentra-se na ideia de que a melhor maneira de aprender é tendo experiências práticas. E presta assessoria contábil para municípios, Micro e Pequenas Empresas, MEIS e Pessoas Físicas. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Gestão Pública, Gestão de Custos no Setor Público, Gestão Orçamentária e Financeira, Contabilidade Gerencial e Controle Interno. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Giseli Pereira Sarmento da Silva
Nascimento	10/07/1987 - Tabaí/RS - Brasil
Lattes ID	5813197839917089
Nome em citações bibliográficas	Giseli Pereira Sarmento da Silva;SILVA, G. P. S.;DA SILVA, G. P. S.;da Silva, G. P. S.;DA SILVA, GISELI PEREIRA SARMENTO

Fls. 069

Endereço

Endereço residencial Rod. RST 287, Km 29, N.º 2337
Centro - Tabaí
95863000, RS - Brasil
Telefone: 51 997048664
Celular 51 997048664

Endereço profissional Município de Fazenda Vilanova, Secretaria de Administração e Fazenda
Av. Rio Grande do Sul, n.º 100
Centro - Fazenda Vilanova
95875000, RS - Brasil
Telefone: 51 36092100

Endereço eletrônico E-mail para contato : giselipsarmento@gmail.com
E-mail alternativo : giseli.pereira@yahoo.com.br

Idiomas

Inglês Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco . Lê Razoavelmente

Português Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

2017 Certificado de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social (CGRPPS), por aprovação em exame., ABIPEM/APIMEC

2010 DIPLOMA DE MÉRITO "ALUNA DESTAQUE" , por seu destacado desempenho escolar no curso de Ciências Contábeis., CRC/RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

Formação acadêmica/titulação

2022 - 2024 Mestrado em Controladoria e Contabilidade.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Título: Uso da Informação de Custos para Tomada de Decisão no Setor Público: Design de curso à luz da Aprendizagem Experiencial, Ano de obtenção: 2024
Orientador: Professor Dr. Ariel Behr

2013 - 2015 Especialização em Gestão Pública.
Centro Universitário Uniseb - Estácio, UNISEB, Brasil
Título: HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL: O IMPACTO CAUSADO PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (NBCASP 16.6) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Orientador: Professor Me. Rogério Antonio da Silva

2006 - 2010 Graduação em Ciências Contábeis.
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil
Título: HARMONIZAÇÃO CONTABIL: OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI DAS S/As NAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA DURATEX (Obtenção de Nota 10)
Orientador: Prof. Me. Ronaldo Melo da Silveira
Bolsista do(a): Governo Federal / MEC, GOV, Brasil.

Formação complementar

2023 - 2023 VI Encontro do Contador Público. . (Carga horária: 7h).
Conselho Regional de Contabilidade do RS, CRC, Brasil

2023 - 2023 A classificação e uso das fontes de recursos: A experiência de Goiás. . (Carga horária: 1h).
Conselho Regional de Contabilidade do RS, CRC, Brasil

2023 - 2023 Sistema de Custos no Setor Público. . (Carga horária: 8h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2020 - 2020 Encerramento do Exercício. . (Carga horária: 10h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2019 - 2019 Lançamentos Contábeis: Práticas Diárias de Contabilização. . (Carga horária: 6h).
Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena - TCE/RS, ESGC, Brasil

2018 - 2018 Encerramento do Exercício de 2018. . (Carga horária: 15h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2017 - 2017 O Regime Jurídico das Parcerias da Administração Pública (Lei Federal n.º 1. . (Carga horária: 8h).
Associação Municipal do Vale do Taquari, AMVAT, Brasil

2017 - 2017 Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2018/2021. . (Carga horária: 12h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2016 - 2016 Ordem Cronológica de Pagamentos: Regulamentação e Implantação Municipal. . (Carga horária: 8h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2016 - 2016 Aspectos Práticos das DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao SP. . (Carga horária: 7h).
Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena - TCE/RS, ESGC, Brasil

2015 - 2015 Processo Eletrônico. . (Carga horária: 5h).
Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena - TCE/RS, ESGC, Brasil

2015 - 2015 Retenções de IRRF (Incluindo as Alterações da IN RFB n.º 1.500/2014) e ISS. . (Carga horária: 16h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2014 - 2014 Orçamento e Contabilidade Pública. . (Carga horária: 12h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2014 - 2014 Lei de Acesso a Informação e o Prêmio de Boas Práticas de Transparência. . (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena - TCE/RS, ESGC, Brasil

2013 - 2013 Curso Prático de Assistente Contábil em Laboratório. . (Carga horária: 32h).
Labor Jurídico, LB, Brasil

2013 - 2013 Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. . (Carga horária: 12h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2012 - 2012 Contabilidade Aplicada no Setor Público do SNT: Interpretação do MCAPS. . (Carga horária: 17h).
Escola de Gestão Pública da Federação das Associações de Municípios do RS, FAMURS, Brasil

Fls. 071

2012 - 2012 Sistema de Contabilidade - Plano de Contas (novo PCAPS). . (Carga horaria: 2h).
Tecnosistemas Inteligência em Gestão Pública, TECNOS, Brasil

2012 - 2012 SIGPC Prático - Sistema de Prestação de Contas dos Recursos da Educação. . (Carga horária: 7h).
Escola de Gestão Pública da Federação das Associações de Municípios do RS, FAMURS, Brasil

2012 - 2012 Encerramento do Exercício de 2012. . (Carga horária: 16h).
Delegação das Prefeituras Municipais e Faculdades Int. Machado de Assis, DPM / FEMA, Brasil

2012 - 2012 FNDE - Prestação de Contas SIGPC (Recursos da Educação). . (Carga horária: 7h).
Escola de Gestão Pública da Federação das Associações de Municípios do RS, FAMURS, Brasil

2011 - 2011 Intensivo de Controle Interno. . (Carga horária: 21h).
Escola de Gestão Pública da Federação das Associações de Municípios do RS, FAMURS, Brasil

2009 - 2009 Alterações pelas Leis 11.638/07 e 11941/09 na Lei 6404/76. . (Carga horária: 3h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2009 - 2009 Imposto de Renda Pessoa Física. . (Carga horária: 4h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2008 - 2008 Alterações pela Lei 11.638 de dez 07 na Lei 6404/76. . (Carga horária: 2h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2008 - 2008 Formação de Educadores da Rede FORMARE. . (Carga horária: 8h).
Fundacão Iochpe, IOCHPE, Sao Paulo, Brasil

2008 - 2008 Extensão universitária em EXCEL Avançado. (Carga horária: 28h).
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Lajeado, Brasil

2007 - 2007 O Mercado de Capitais e o Papel da CVM. . (Carga horária: 3h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2007 - 2007 O que o Cliente Espera da Prestação de Serviços. . (Carga horária: 3h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2007 - 2007 Lei Geral da Micro Empresa e o Simples Nacional. . (Carga horária: 3h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

2007 - 2007 A Auditoria Governamental e a Lei Complementar 101. . (Carga horária: 3h).
Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Canoas, Brasil

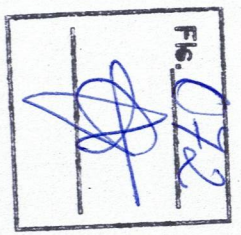
Atuação profissional

Faculdade de Tecnologia La Salle - Estrela - LA SALLE ESTRELA

2021 - 2024 Vinculo: Prestação de Serviço , Enquadramento funcional: PROFESSORA, Regime: Faculdade de Tecnologia La Salle - Estrela Parcial

Atividades

07/2021 - 12/2024 Pós-graduação, MBA em Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas, Liderança e Coaching



Disciplinas ministradas:
Gestão de Orçamento , Governança Corporativa, Controladoria e Auditoria

07/2021 - 12/2024 Graduação, Ciências Contábeis

Disciplinas ministradas:
Contabilidade Avançada , Prática Integradora Contábil , Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Município de Fazenda Vilanova - PM FZVN

2011 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: CONTADORA, Regime: Município de Fazenda Vilanova Parcial

Atividades

11/2011 - Atual Serviço Técnico Especializado, Secretaria de Administração e Fazenda, Setor de Contabilidade

Especificação:
CONTADORA . Responsável pela contabilidade do Município

07/2012 - 10/2014 Conselhos, Comissões e Consultoria, Unidade Central de Controle Interno

Especificação:
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO , Integrante da Comissão de CONTROLE INTERNO MUNICIPAL, desenvolvendo atividades de Auditoria.

11/2014 - 12/2016 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão Permanente de Sindicância

Especificação:
MEMBRO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA , Membro integrante da Comissão Permanente der Sindicância Investigativa desenvolvendo atividades investigatórias em casos de descumprimento da legislação municipal, estadual e federal.

Fundo de Aposentadoria dos Servidores Públicos de Fazenda Vilanova - RPPS

2021 - 2024 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: GESTORA FINANCEIRA, Regime: Fundo de Aposentadoria dos Servidores Públicos de Fazenda Vilanova Parcial

Atividades

05/2016 - 02/2021 Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho de Administração

Especificação:
CONSELHEIRA

02/2016 - 02/2021 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comitê de Investimentos

Especificação:
INTEGRANTE DO COMITÉ DE INVESTIMENTOS , Integrante do Comitê de Investimentos do RPPS. desenvolvendo atividades de análise da conjuntura, cenários e perspectivas de mercado, avaliação das



opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do

02/2021 - Atual Direção e Administração, Comitê de Investimentos

Cargos ocupados:
GESTORA FINANCEIRA , Responsável pela gestão financeira dos recursos do RPPS, exercendo atividades de aplicação dos recursos no mercado financeiro, elaboração da Política Anual de Investimentos, dentre outras funções correlatas.

Sarmento & Silva - Treinamento, Apoio Técnico e Administrativo - S&S

2016 - Atual Vínculo: Proprietária , Enquadramento funcional: Administradora, Professora, Palestrante, Regime: Sarmento & Silva - Treinamento, Apoio Técnico e Administrativo Parcial

Atividades

08/2016 - Atual Aperfeiçoamento

Especificação:
Capacitações, Workshops, Treinamentos na área pública, especialista em abordagem experiencial - aprendendo com a prática.

08/2016 - Atual Serviço Técnico Especializado, Sarmento & Silva - Treinamento, Apoio Técnico e Administrativo

Especificação:
Assessoria Contábil e Administrativa , nas áreas de Contabilidade Gerencial, Planejamento Financeiro, Controle Interno, Organizacional e Gestão de Documentos para Micro Empresas, MEIS - Microempreendedores Individuais e Pessoas Físicas.

Câmara Municipal de Vereadores de Tabaí - CM TB

2013 - 2015 Vínculo: Assessoria , Enquadramento funcional: CONTADORA, Regime: Câmara Municipal de Vereadores de Tabaí Parcial

Atividades

07/2013 - 08/2015 Serviço Técnico Especializado, Câmara Municipal de Vereadores

Especificação:
ASSESSORIA CONTÁBIL , Responsável pela contabilidade e assessoria contábil, orçamentária e financeira.

Município de Westfália - PM WSTF

2011 - 2011 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: CONTADORA , Carga horária: 30, Regime: Município de Westfália Parcial

Fls. 27

Atividades

09/2011 - 11/2011 Serviço Técnico Especializado, Secretaria de Administração e Fazenda, Setor de Contabilidade

Especificação:
CONTADORA , responsável pela contabilidade do município.

Duratex S.A. - FILIAL

2007 - 2009 Vínculo: Estágio Profissional , Enquadramento funcional: Estagiária do Setor Contábil e Fiscal , Carga horária: 40, Regime: Duratex S.A. Integral

2010 - 2011 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO SETOR CONTÁBIL , Carga horária: 44, Regime: Duratex S.A. Integral

ADAMA BRASIL S.A. - ADAMA

2009 - 2010 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: ASSISTENTE CONTÁBIL , Carga horária: 44, Regime: ADAMA BRASIL S.A. Integral

Município de Tabaí - PM TB

2005 - 2006 Vínculo: Estágio Profissional , Enquadramento funcional: Estagiária do Setor Administrativo , Carga horária: 40, Regime: Município de Tabaí Integral

2006 - 2008 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , Carga horária: 40, Regime: Município de Tabaí Integral

Atividades

01/2006 - 02/2008 Direção e Administração, Secretaria de Educação

Cargos ocupados:
CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , Coordenava os trabalhos administrativos das secretarias das Escolas Municipais.

Fls. 76

Revisor de periódico

2023 - Atual Contexto (UFRGS)

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Especialidade: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Gestão Pública

3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Gestão de Custos no Setor Público
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Gestão Orçamentária e Financeira
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Contabilidade e Controladoria

Producão

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. DOI **DA SILVA, GISELI PEREIRA SARMENTO**; BEHR, ARIEL. Cost information needs for Brazilian local politicians' decision-making. PUBLIC MONEY & MANAGEMENT. JCR, v.1, p.1 - 11, 2025.
   Citações: WEB OF SCIENCE™ 1 | SCOPUS 2
2. **DA SILVA, G. P. S.**; BEHR, A.. Understanding the use of cost information in decision-making: a quasi-experimental approach with municipal public managers. Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management. JCR, v.1, p.1 - 1, 2025.

Apresentação de trabalho e palestra

1. **da Silva, G. P. S.**; BEHR, A.. COMPREENDENDO O USO DA INFORMAÇÃO DE CUSTO NA TOMADA DE DECISÃO: UM QUASE-EXPERIMENTO COM GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, 2024. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
2. **da Silva, G. P. S.**; BEHR, A.. RELATO SOBRE CURSO DE CURTA DURAÇÃO PARA GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: USO DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS NA TOMADA DE DECISÃO, 2024. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
3. OLIVEIRA, D. L.; **SILVA, G. P. S.**; MOMO, F. S.; SOUZA, R. B. L.. Blockchain e contabilidade: quais as temáticas abordadas nas pesquisas?, 2022. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
4. **SILVA, G. P. S.**; OLIVEIRA, D. L.; BEHR, A.; SOUZA, A. R. L.. Uso da informação de custos no processo gerencial do setor público: um panorama da pesquisa para a difusão desta prática, 2022. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Produção técnica

Trabalhos técnicos

Fls. 076

1. **da Silva, G. P. S.**. Revisão de 1 artigo para o Congresso de Contabilidade da UFRGS, 2025
2. **da Silva, G. P. S.**. Revisão de 2 artigos para o Congresso de Contabilidade da UFRGS, 2024
3. **SILVA, G. P. S.**. Revisão de 4 artigos para a Revista CONTEXTO., 2023

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **da Silva, G. P. S.**. PROFISSIONAL LANÇA CURSO PARA NOVOS GESTORES, 2024.

Demais produções técnicas

1. **DA SILVA, G. P. S.**; BEHR, ARIEL. Uso da Informação de Custos para qualificar à tomada de decisão do Gestor Público Municipal, 2024. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
2. **DA SILVA, GISELI PEREIRA SARMENTO**; BEHR, ARIEL. Uso da Informação de Custos para qualificar à tomada de decisão do Gestor Público Municipal, 2023. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
3. **DA SILVA, G. P. S.**; BEHR, ARIEL. Uso da Informação de Custos para qualificar à tomada de decisão do Gestor Público Municipal, 2023. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
4. **Giseli Pereira Sarmento da Silva**; BEHR, A.. Uso da Informação de Custos para qualificar à tomada de decisão do Gestor Público Municipal, 2023. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
5. **DA SILVA, G. P. S.**; BEHR, ARIEL. Uso da Informação de Custos para qualificar à tomada de decisão do Gestor Público Municipal, 2023. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Educação e Popularização de C&T

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **da Silva, G. P. S.**. PROFISSIONAL LANÇA CURSO PARA NOVOS GESTORES, 2024. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)

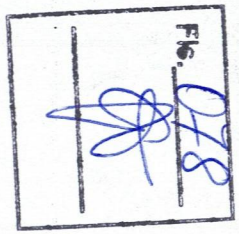
Eventos

Eventos

Participação em eventos

Fls. 077

1. **Encontro Regional da ARTAFAM**, 2023. (Encontro) .
2. **V Congresso de Contabilidade da UFRGS**, 2023. (Congresso) Avaliadora de trabalhos da Iniciação Científica.
3. **XXV SEMEAD - Seminários em Administração**, 2022. (Congresso) Sessão Sapiens - Sessões de Aprimoramento de Estudos Científicos.
4. **4º Workshop: Gestão do RPPS e dos Riscos Atuariais, Perspectivas Econômicas, e Previdência Complementar**, 2021. (Outra) .
5. **SIAPC 2019 - TCE/RS**, 2019. (Encontro) .
6. **Fórum CRC/RS - Fiscalização Preventiva do CRCRS**, 2016. (Seminário) .
7. **Fórum dos Secretários Municipais de Fazenda e Finanças Públicas do RS**, 2015. (Seminário) .
8. **SIAPC 2014 - TCE/RS**, 2014. (Encontro) .
9. **SIAPC 2012 - TCE/RS**, 2012. (Encontro) .
10. **VII Encontro de Controles Internos**, 2012. (Encontro) .
11. **SIAPC 2011 - TCE/RS**, 2011. (Encontro) .
12. Apresentação (Outras Formas) no(a)**Semana Acadêmica da Área de Ciências Sociais Aplicadas**, 2009. (Seminário) Mesa Redonda Sociedade e Violência.
13. Apresentação (Outras Formas) no(a)**Semana Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis**, 2008. (Seminário) Cases de Responsabilidade Socioambiental e Demonstração da Responsabilidade Social.
14. Apresentação Oral no(a) **Feira da Profissões**, 2006. (Feira) Oficina das Profissões - Área Contábil.



Totais de produção

Produção bibliográfica	
Artigos completos publicados em periódico	2
Apresentações de trabalhos (Congresso)	4

Produção técnica	
Trabalhos técnicos (parecer)	3
Curso de curta duração ministrado (extensão)	5
Programa de Rádio ou TV (entrevista)	1

Eventos	
Participações em eventos (congresso)	2
Participações em eventos (seminário)	4
Participações em eventos (encontro)	6
Participações em eventos (outra)	1

Outras informações relevantes

1 Participação como Professora no Projeto FORMARE da Fundação IOCHPE, compartilhando voluntariamente seus conhecimentos de Contabilidade e Prática Profissional com os alunos do Curso de Agente de Serviços Administrativos e Comerciais em Taquari/RS, voltado para jovens de baixa renda, no ano de 2010.
Participação como Catequista voluntária na Comunidade São Cristóvão de Tabaí/RS, desenvolvendo atividades de leitura, diálogo e orientação para crianças e adolescentes, entre os anos de 2008 a 2017.
Participação voluntária no Conselho da Criança e do Adolescente - CONDICA de Fazenda Vilanova/RS, deliberando e promovendo debates acerca dos direitos humanos de crianças e adolescentes, e oferecendo apoio administrativo, entre os anos de 2012 e 2015.

Este arquivo não foi gerado a partir do Currículo Lattes validado e disponível publicamente e tem por finalidade apenas a conferência das informações inseridas na plataforma.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 16/06/2026 às 14:13:49.



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - Mestrado Acadêmico, da Faculdade de Ciências Econômicas, em 20 de fevereiro de 2024, confere o título de

Mestra em Controladoria e Contabilidade

a

Giseli Pereira Sarmento da Silva

Fls. 080

nacionalidade brasileira, nascida a 10 de julho de 1987, em Tabaí, RS, e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Porto Alegre, 29 de abril de 2024.

Maria de Lurdes Furno da Silva
Diretora

Diplomado

Carlos Andre Bulhoes Mendes
Reitor

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISEB

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CERTIFICADO

Fls. 181

Certificamos que GISELI PEREIRA SARMENTO

concluiu o Curso de GESTÃO PÚBLICA

realizado no período de 8 de OUTUBRO de 2013 a 7 de JULHO de 2015

com carga horária total de 560 horas.

Ribeirão Preto - SP, 1 de JUNHO de 2016

Reitor(a)

Estácio | UNISEB

Coordenador(a)

ESCALADA IMPRESSOS DE SEGURANÇA

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Fls. 082

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA / CARTA DE RECOMENDAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a profissional **Giseli Pereira Sarmento da Silva**, mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui destacada capacidade técnica e sólida experiência na área de **Contabilidade Pública**, para formação de profissionais que não possuem formação específica em Ciências Contábeis, e que atuam na gestão pública.

Durante sua trajetória acadêmica e profissional, tive a oportunidade de acompanhar sua atuação direta na condução de atividades formativas voltadas a **gestores públicos municipais e servidores de diferentes áreas**, abordando temas relacionados à contabilidade aplicada ao setor público, com foco na compreensão, interpretação e uso da informação contábil para a tomada de decisão.

Sua atuação sempre se destacou pela clareza didática, domínio técnico e capacidade de traduzir conceitos contábeis de forma acessível, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais no ambiente público.

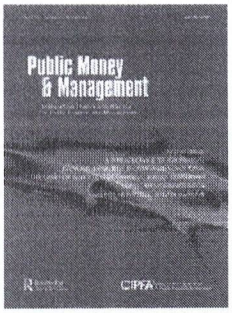
Diante disso, recomendo a profissional **Giseli Pereira Sarmento da Silva** para atividades de capacitação e treinamento na área de **Contabilidade Pública para não contadores**, certos de sua competência, responsabilidade e elevado comprometimento com a qualidade dos serviços prestados.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente para os fins que se fizerem necessários.

Porto Alegre, 05 de junho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
ARIEL BEHR
Data: 05/06/2025 16:05:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ariel Behr
Professor Doutor – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS



Public Money & Management

Fls. 183

Routledge
Taylor & Francis Group

ISSN: (Print) (Online) Journal homepage: www.tandfonline.com/journals/rpmm20

Cost information needs for Brazilian local politicians' decision-making

Giseli Pereira Sarmento da Silva & Ariel Behr

To cite this article: Giseli Pereira Sarmento da Silva & Ariel Behr (03 Feb 2025): Cost information needs for Brazilian local politicians' decision-making, Public Money & Management, DOI: 10.1080/09540962.2025.2455142

To link to this article: https://doi.org/10.1080/09540962.2025.2455142

Published online: 03 Feb 2025.

Submit your article to this journal

View related articles

View Crossmark data

Full Terms & Conditions of access and use can be found at
https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=rpmm20

PUBLIC MONEY & MANAGEMENT
https://doi.org/10.1080/09540962.2025.2455142

Fls. 084

Routledge
Taylor & Francis Group

Check for updates

Cost information needs for Brazilian local politicians' decision-making

Giseli Pereira Sarmento da Silva and Ariel Behr

School of Economic Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil. giseli.pereira@yahoo.com.br; behr.ariel@gmail.com

IMPACT

The authors demonstrate how local politicians can more effectively utilize cost information. By identifying the types of decisions that can be guided by cost information, this article offers an up-to-date and detailed framework for understanding the application of cost information in local governments. The authors provide tested and practical guidance to politicians and managers on how to strategically use this information to achieve organizational goals.

ABSTRACT

The authors mapped the cost information needed by politicians in the context of Brazilian local governments. Most governments have yet to adopt formal cost accounting, despite its importance. Politicians expressed the need for customized information to support cost reduction and budget contingency decisions. This article contributes to the understanding of the usefulness of accounting information in the public sector, emphasizing the importance of providing relevant data tailored to politicians' needs.

KEYWORDS

Brazil; cost accounting; decision-making; financial crises; information needs; local government; politicians

Introduction

In the current post-Covid 19 landscape, the crises triggered by the pandemic are likely to bring public sector reforms back to the forefront (Raudla & Bur, 2023), typically involving the adoption of new accounting techniques (Hood & Peters, 2004; Liguori et al., 2012). In this context, cost accounting has re-emerged as a fundamental element because it provides more accurate information for the rational and efficient use of resources. Cost information helps decision-makers prioritize and reduce expenses, particularly in a context of scarcity, offering various benefits to the public sector. These benefits include supporting efficiency, planning, decision-making, monitoring and performance evaluation (Verbeeten, 2011; Mättö & Sippola, 2016; Mohr et al., 2021; Rogošić, 2021).

However, despite its importance, the international academic literature reveals significant gaps in understanding the effective use of cost information by public organizations—particularly regarding its application in decision-making. Studies conducted in local governments in the Netherlands, Portugal, Croatia and Sweden show that cost information is primarily used to meet the needs of external stakeholders. This means it is more frequently utilized to comply with legislation and regulations and to serve accountability and organizational legitimacy purposes, rather than for managerial purposes (ter Bogt, 2008; Verbeeten, 2011; Carvalho et al., 2012; Lutilsky et al., 2012; Schoute & Budding, 2017).

For cost information to be effectively used for managerial purposes, it is essential that politicians perceive its utility (Verbeeten, 2011; Mättö & Sippola, 2016; Rogošić, 2021). In this context, van Helden (2016) argued that the utility of accounting information is driven by user needs, which, in turn, are determined by issues such as problems to be solved and challenges to be addressed.

This article seeks to answer van Helden's (2016) call to enhance the understanding of what information is necessary for politicians to make their decisions, rather than focusing solely on accounting documents. According to the author, much of the available research centers on the use and utility of standard accounting documents, such as budgets and annual accounts. In light of this and the context presented, the research question is:

> *What cost information do local politicians need in their decision-making processes?*

van Helden's (2016) study has inspired various authors to explore the utility and use of accounting information, as well as competence and performance information, by politicians (van Helden & Reichard, 2019; Poljašević et al., 2021; Domingos et al., 2022; Faber & Budding, 2022; Jethon & Reichard, 2022; Raudla, 2022). Following this line of research, this article focuses on the use of cost information and maps the cost information needed by local politicians in their decision-making processes.

Through a qualitative and exploratory methodology, we conducted a field study using a multi-method approach that combined semi-structured interviews with document collection. The target context for this research was Brazilian local governments.

Brazil is influenced by the Napoleonic style of the continental European tradition, rooted in its Portuguese colonization. This style values hierarchical and bureaucratic approaches to decision-making, with less emphasis on efficiency measures, which are integral to cost accounting (Pina & Torres, 2003; Raudla & Douglas, 2016). Additionally, normative frameworks such as the Brazilian Fiscal Responsibility Law (2000) and the New Brazilian Public Sector Accounting Standards on Costs (2011 and 2021) aim to ensure accountability in public resource management and align Brazilian standards with the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

However, there is a long journey ahead in introducing cost accounting information into public sector decision-making

© 2025 Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group

Fls. 085

processes. In general, Brazilian public organizations, particularly at the local government level (municipalities), rely primarily on budgetary information in decision-making, rather than cost information (Cavichioli et al., 2018; Elias & Vidal, 2018).

Due to historical influence, institutional and regulatory challenges, proposals for administrative reforms aimed at adopting private sector practices, and the predominance of budgetary information in local governments, Brazil presents a rich and complex empirical setting for investigating the cost information needs of local politicians and addressing gaps in the existing literature.

Although research interest in the use of cost accounting by public organizations is emerging (ter Bogt, 2008; Verbeeten, 2011; Carvalho et al., 2012; Lutilsky et al., 2012; van Helden & Huijben, 2014; Lorenzato et al., 2016; Schoute & Budding, 2017; Cavichioli et al., 2018; Mohr et al., 2021; Rogošić, 2021; Cardoso & Rodrigues, 2023), no study has explicitly focused on identifying which cost information is truly necessary for local politicians' decision-making from the user's perspective.

Furthermore, as van Helden and Reichard (2019) emphasize, there is a need for empirical studies on the antecedents of the usability and use of financial information by politicians and managers in different contexts. Drawing on van Helden and Reichard's (2019) insights, this study broadens the understanding of the factors that influence the usability stage of cost information, as outlined by the 'user needs-usability-use of accounting information' model. The central focus of this investigation is on the relevance of information for decision-making, aiming to contribute significantly to the effective use of cost information in the political arena.

Literature review

Use of cost information in public sector decision-making

Cost accounting involves the systems and practices used by organizations to determine the cost of providing a good or service (Mohr, 2017). It aims to deliver relevant information for decision-making (Kaplan & Norton, 1992), addressing the limitations of traditional financial statements (Johnson & Kaplan, 1987). In the public sector, where resources are limited and there is pressure to improve efficiency, cost information plays a crucial role by providing a detailed view of the expenses associated with various activities and operations. This role allows politicians to identify areas of waste, optimize resource allocation, and foster a culture of organizational efficiency (Verbeeten, 2011; Mättö & Sippola, 2016; Mohr et al., 2021; Rogošić, 2021).

The adoption of cost accounting in the public sector was driven by New Public Management (NPM), a series of administrative reforms aimed at improving efficiency through the adoption of private sector management practices (Hood & Peters, 2004). These reforms were largely a response to the financial crises of the 1980s and 1990s, which generated pressure to cut spending and control budget deficits (Pollitt & Bouckaert, 2004).

However, empirical studies show that cost information is not always widely used for managerial purposes in public organizations. This is partly because accounting changes often reflect institutional and social pressures, rather than addressing managerial needs (ter Bogt, 2008; Verbeeten, 2011; Schoute & Budding, 2017).

To understand how politicians use accounting information in the public sector, it is necessary to explore the theoretical approaches that explain this phenomenon. Institutional theory highlights the influence of social, cultural, and regulatory norms on organizational practices. According to DiMaggio and Powell (1983), organizations tend to conform to institutional pressures to gain legitimacy, adopting practices similar to those of other organizations—a phenomenon known as 'isomorphism'. In the context of cost accounting in the public sector, this may mean the adoption of cost systems not for their practical utility but to align with institutional norms and expectations, as demonstrated by the findings of ter Bogt (2008), Verbeeten (2011), and Schoute and Budding (2017).

While institutional theory provides an important foundation for understanding accounting practices in the public sector, additional theoretical perspectives are needed to explain how politicians use information. Studies such as Jethon and Reichard (2022) show that the perceived 'relevance' of performance information directly influences its use by politicians. In this context, the 'utility' paradigm emerges, focusing on providing more complete and tailored information to meet the specific needs of politicians, thereby making it more effective for decision-making (Ouda, 2004).

Although the terms 'utility' and 'usability' are often used interchangeably, this study, in alignment with van Helden and Reichard (2019), adopts the term 'usability' as it places greater emphasis on the adequacy of accounting data for users. Van Helden and Reichard stress the importance of more explicit reflection on the theoretical arguments explaining the use of accounting information across different contexts and conditions. They highlight the need for a deeper understanding of the theoretical interrelationships between the elements of the 'user needs-usability-use of accounting information' model.

Theoretical model 'user needs-usability-use of accounting information'

The theoretical model 'user needs-usability-use of accounting information', developed by van Helden and Reichard (2019), offers a comprehensive framework for understanding how accounting information can be more effectively utilized by politicians and other users in the public sector: see Figure 1. This model emphasizes the interaction between three key components: user needs, information usability, and the actual use of accounting information, while also considering important antecedents.

In the context of this model, *user needs* refers to the desirable characteristics of accounting information as expressed by the potential users of the information (van Helden & Reichard, 2019). These needs are shaped by the specific issues and problems that users face. However, these problems are often not well-structured, and the usefulness of accounting information is not always clear from the outset. Therefore, it is essential to consult users, such as politicians, about what they want or need to know to perform their activities effectively (van Helden, 2016).

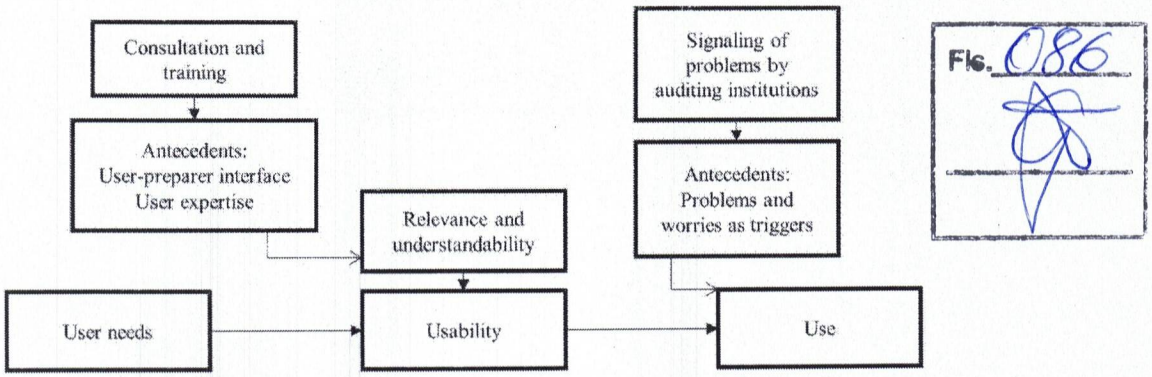


Figure 1. Links between user needs, usability and use of accounting information, including important antecedents. *Source:* van Helden and Reichard (2019).

The *usability* of accounting information is a central concept in the model, referring to the information's ability to be understood and considered relevant by users to support informed decisions and accountability. Usability can be divided into two main aspects: comprehensibility and relevance. This study focuses specifically on relevance, which means that the information provided must align with users' needs and be tailored to the interests of a specific group (van Helden & Reichard, 2019). When the relevance of information is low, as observed by Jethon and Reichard (2022) in their study on the use of performance information in German municipalities, its effective use can be hindered.

The *use* of accounting information refers to the effective consultation of the information to support decision-making or accountability (van Helden & Reichard, 2019). The model suggests that when user needs are adequately considered in the preparation of accounting documents, usability improves. In turn, greater usability tends to stimulate the actual use of the information. Therefore, ensuring that accounting information is relevant and comprehensible to users promotes more effective and meaningful use (Budding & van Helden, 2022).

Drawing on the insights of van Helden and Reichard (2019), this article explores ways of improving the usability of cost information in the Brazilian context, following the 'user needs-usability-use of accounting information' model. Usability serves as the conceptual and theoretical foundation for this study, with the relevance factor considered in the empirical analysis of the cost information needs for decision-making by Brazilian local politicians.

Empirical scenario: challenges in implementing cost accounting

In Brazil, cost accounting in the public sector has evolved through a series of laws and regulations aimed at improving the financial and asset management of public entities (Cardoso & Rodrigues, 2023). This process began in the 1960s with Law No. 4,320 of 1964, which established general financial norms for the preparation and control of budgets and financial statements of federal entities. This law was later reinforced by additional regulations. However, it wasn't until the 2000s, with the publication of the Brazilian Fiscal Responsibility Law, that cost accounting received more specific attention as a tool for monitoring and evaluating budgetary, financial, and asset management (Fernandes & Bezerra Filho, 2016; Cavichioli et al., 2018).

Despite previous efforts to implement cost accounting in the public sector, these attempts were limited by a lack of clear guidelines and fundamental assumptions, such as the absence of an appropriate costing methodology, the availability of an adequate cost determination system, and the adoption of the accrual basis of accounting (Fernandes & Bezerra Filho, 2016; Cavichioli et al., 2018).

In response, the Federal Accounting Council, the body responsible for regulating and overseeing accounting practices in Brazil, approved the Brazilian Public Sector Cost Accounting Standards in 2011 and revised them in 2021 to guide public entities in implementing cost accounting. Moreover, these standards mandate the use of cost information for managerial purposes (Cardoso & Rodrigues, 2023).

However, despite legislative and regulatory efforts, the adoption of cost accounting by local governments in Brazil has been slow. The lack of a management and cost evaluation culture in public service contributes to this reality (Elias & Vidal, 2018). Cardoso and Rodrigues (2023), who studied the perspectives of Brazilian federal government politicians on cost information, concluded that regulatory and coercive actions alone are insufficient to institutionalize innovations like cost accounting as useful tools for public administration decision-making processes.

Brazil has followed the global trend of administrative reforms driven by the pursuit of more efficient public management. Inspired by NPM, the country has sought to improve its public sector accounting, which historically focused on budgets, to better manage available resources (Monteiro & Pinho, 2018). However, an analysis through the lens of institutional logics reveals that Brazilian public sector reforms have not yielded the expected benefits. Budgets and cash basis accounting remain the dominant tools of public financial management and political decision-making in Brazil (Aquino & Battley, 2022).

This situation is also evident in other countries. For example, Jorge et al. (2020) used institutional theory to explain the actions and positioning of Portuguese pilot entities during the implementation of reforms. While major reforms, such as accounting systems, are often driven by external pressures like laws and regulations—reflecting coercive isomorphism—the start of effective

implementation is usually delayed. Thus, legal approval of a reform does not guarantee its immediate adoption by organizations.

To address the challenges of implementing cost accounting in the Brazilian public sector, it is necessary to adopt approaches that go beyond coercive pressures. A broader understanding of the usability of the information, aligned with the needs and expectations of its users, is essential—an important context for this research.

Data and methods

In response to van Helden's (2016) call for more qualitative analyses, we conducted field research using a multiple-methods approach, combining semi-structured interviews with document collection. Interviewing potential users of accounting information is a promising way to identify user needs because it allows for a more open approach compared to questionnaires, which are often based on predefined response categories for each question (van Helden & Reichard, 2019).

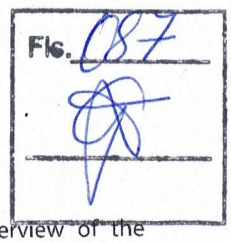
The empirical scenario focused on Brazilian local governments, or municipalities. For the non-probabilistic sample selection, we used the 2022 National Ranking of the Quality of Accounting and Fiscal Information, conducted by the National Treasury Secretariat, as a selection criterion. This ranking evaluates the consistency of the information the Treasury receives through the Brazilian Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI) to improve the quality of national accounting information. We sent email invitations to the top 70 ranked municipalities to participate in the research, and 17 municipalities agreed to participate in the study. Notably, we also interviewed a municipality cited as a reference in the use of cost information, even though it was not among the top-ranked.

Data collection took place between May and June 2023. Initially, during our field research, we consulted accountants and gathered information on the implementation of cost accounting and its use for managerial purposes in the participating municipalities, as documented in Table 1. This preliminary investigation was exploratory, aimed at obtaining detailed insights into systems, work routines, and reports related to municipal costs. Politicians (in the second phase of data collection) might not have been fully aware of this information, or a potential drawback could be the respondents' tendency to provide socially desirable answers, which might introduce upward bias in their responses, as noted by van Helden and Reichard (2019). In total, we conducted 17 interviews with accountants and collected 14 documents.

Subsequently, we conducted 21 online semi-structured interviews with politicians, via Zoom, each lasting between 35 and 60 minutes. The interviews were recorded and transcribed with the respondents' consent, as outlined in our free and informed consent form, to facilitate better handling and analysis of the collected material. We developed an interview guide (Table 2) based on the conceptual framework and empirical results of previous studies (Lutilsky et al., 2012; van Helden, 2016; van Helden & Reichard, 2019; Rogošić, 2021). This guide was validated by two experts in cost and public management, and we pre-tested it with a public sector accountant to refine the questions for better respondent comprehension.

Regarding data treatment and analysis, we used content analysis techniques (Saldaña, 2009). Initial codes were derived from the literature (theory-driven), while final codes and inferences were derived from data interpretation (data-driven). The Voyant Tools platform was used to support codification and help identify the best illustrations of the results obtained.

To ensure participant anonymity, in the following section where we discuss our results, municipalities are identified with the code 'M' and the interviewed politicians with the code 'I', followed by numbers indicating the order of the approach and data collection.



Results

Overview of municipalities regarding cost information

Our initial analysis aimed to provide an overview of the municipalities concerning the implementation of cost accounting. It also examined the provision of management reports containing cost information by accountants to internal users, such as politicians. In Brazilian municipalities, accountants act as information providers, typically serving as public servants within municipal offices or as hired consultants. Table 3 presents an overview of the municipalities with respect to the implementation of cost accounting.

Table 3 shows that most of the surveyed municipalities had not implemented cost accounting, despite being ranked among the highest in the National Ranking of the Quality of Accounting and Fiscal Information. It might be expected that these municipalities would be more advanced in the implementation of cost accounting, given their commitment to the quality of accounting information. However, it is worth noting that two of the four municipalities where cost accounting initiatives were identified are ranked among the top 20.

This result aligns with previous studies on the Brazilian context (Cavichioli et al., 2018; Silva & Miranda, 2022) and is consistent with the findings of Mohr et al. (2021), which show that countries with Napoleonic origins tend to use cost accounting less frequently.

Although studies by Lutilsky et al. (2012), Cavichioli et al. (2018), and Silva and Miranda (2022) reported the lack of technological support (specific software) as a barrier to adopting cost accounting, in two municipalities from the sample, costs are manually calculated using Excel spreadsheets.

Furthermore, in municipalities M12 and M17, we observed managerial support for accountants, which reinforces Budding and van Helden's (2023) conclusion that good interaction between accountants and managers fosters the development of cost control.

Table 1. Field research protocol.

Questions for the preliminary survey of accountants
Block 1—Municipal profile
Has the municipality implemented cost accounting? Does it have a computerized system for calculating costs or is it done manually?
Are cost management reports currently being prepared? If so, which ones?

Table 2. Validated semi-structured interview script.

Block 1—Respondent profile Questions	
Age: Academic background: Length of time working in the public sector: Position/job currently held: Previous position(s)/function(s) held:	
Block 2—Cost information needs for key decisions Questions	**References**
1 What are the main problems and challenges you face daily involving the use of financial resources?	van Helden (2016)
2 What are the main decisions you must make daily involving the use of financial resources?	van Helden and Reichard (2019)
3 How do you arrive at these decisions? Do you use accounting/financial information? If so, which information?	van Helden (2016) Poljašević et al. (2021)
4 How do customized reports differ from the information contained in financial statements? Would it be possible to make decisions using financial statements alone?	
5 What requirements/qualities should cost information have?	van Helden (2016)
6 Thinking about all the items discussed above, list in ascending order which of the management needs listed below you consider cost information to be most useful for: • Budget: To improve my decisions to allocate resources between various activities. The costs of past activities can be used as budget estimates of future costs. • Cost reduction and control: Analysing the cost behavior of activities, services, sectors, and human resources helps to take appropriate action to eliminate inefficiencies. • Price and tariff adjustment: To assist in establishing price and tariff scenarios for goods and services provided by the government, mainly when these are provided at a price below cost due to government policies. • Performance evaluation: To help measure financial and non-financial performance. The efforts and results of an entity's services can be evaluated with the following measurements: costs of the resources and inputs used to provide the services and the results achieved. • Programme evaluation: To assist in policy decisions related to programmeme authorization, modification, and discontinuation. • Legislation: To meet legislative requirements and ensure spending follows the principles and norms of public administration. • Other economic decisions: Describe.	Lutilsky et al. (2012); Rogošić (2021)



Municipal case of cost accounting implementation

Municipality M17 stands out among the sampled municipalities as the only one to have effectively implemented cost accounting. Located in the southern region of the Brazil, with a population of over 1 million and an annual budget of approximately USD1.9 billion, the municipality began this implementation around 2015. The pilot project involved collaboration among three municipal departments, and a detailed study was conducted to map cost centers, activities, and processes. The project is currently expanding to other agencies and municipal departments.

Initially, the municipality hired a consulting firm specializing in costs. Following this, an organizational structure for cost management was carefully developed, notably with the creation of a specific department called the 'cost team'. This department operates under the general accounting division, which is part of the finance department, underscoring its importance within the local government.

The cost team consists of three accountants who hold the position of internal control auditors. This strategic choice highlights the importance of accuracy and technical expertise in analysing and monitoring municipal costs. To enhance cost management, the team utilizes Microsoft Power Business Intelligence (Power BI), which was developed in collaboration with the municipal information technology company. Power BI serves as a driver, modeled with cost centers, drawing information from other foundational systems.

Through Power BI, interactive and highly informative dashboards are generated, offering detailed and insightful visualizations of municipal costs. The data is customized based on demand, as municipal departments determine which processes should be monitored. This flexible approach ensures that the information provided is relevant and aligned with users' needs. These business intelligence resources enhance the understanding and interpretation of data, helping municipal managers make informed strategic decisions.

This finding supports Rogošić's (2021) argument that access to information is improved when data visualization through dashboards is integrated into management reports. Additionally, it reinforces van Helden's (2016) assertion that user needs must be considered to increase the utility of the information.

The acquisition of these preliminary data was crucial in guiding our subsequent interviews with politicians from these municipalities, offering a clear context regarding the implementation of cost accounting and how familiar they might be with this information.

Profile of interviewees

We interviewed 21 politicians from 17 Brazilian municipalities. It is important to clarify that the politicians we interviewed were members of the municipal executive branch, including mayors and other executive committee members, such as municipal secretaries. In Brazil, these politicians are commonly referred to as 'public managers'. A mayor is elected by popular vote for a four-year term and is responsible for executing laws, managing resources, and coordinating public policies. Municipal secretaries, appointed by the mayor, hold 'political positions'. With party affiliations and selected based on political alignment, they play a key role in implementing municipal public policies, representing the mayor in their respective areas of responsibility. Together, the mayor and secretaries manage and execute public policies at the municipal level in Brazil. Table 4 lists the interviewees and their general characteristics.

Of the total interviewees, 11 were mayors, and 10 were municipal secretaries overseeing departments such as administration, finance, management, and government. The average length of public service among them was 15 years. In terms of educational background, a significant number of managers had degrees in accounting, administration, public management and related fields.

Fls. 089

Table 3. Overview of municipalities regarding the implementation of cost accounting.

Ranking position	Number of municipalities in the sample	Has not implemented cost accounting	Implemented cost accounting (with specific software)	Partially implemented cost accounting (with manual calculation)	Has an ongoing project to implement cost accounting
Up to 20th (M 1, 2, 3, 5, 10, 11, 13, 14 and 15)	9	7	-	2	-
Between 21st and 70th (M 4, 6, 7, 8, 9, 12 and 16)	7	6	-	-	1
Above 71st (M17)	1	-	1	-	-
Total	**17**	**13**	**1**	**2**	**1**

Cost information relevant to the needs of local politicians

We first identified the main problems and challenges faced by local politicians. We then structured these issues to better understand the users' needs. From there, we mapped the cost information that would be useful for addressing these needs and suggested decision-making possibilities, which we linkedto the purpose of cost information.

Main problems and challenges of local politicians: Recognizing that the utility of information is driven by user needs—defined by the problems to be solved and the challenges to be addressed (van Helden, 2016)—we asked politicians to describe their main problems and daily challenges related to the use (spending) of financial resources.

Based on the interviewees' responses, we compiled a list of the primary problems and challenges faced by local politicians. From this data, we derived the users' needs, summarized in Table 5. The column in Table 5 headed 'problems and challenges' reflects the specific challenges reported by the participants, while the column 'users' needs' represents the results of our in-depth analysis of their responses, outlining the demands we identified.

In addition to the problems and needs listed in Table 5, politicians without a background in accounting reported a significant lack of understanding of accounting information, emphasizing the need for better training and comprehension in this area. According to the interviewees, the complexity of financial data hinders precise analysis, which in turn impedes informed decision-making. In response to this concern, some politicians have advocated for training programmes to improve accounting knowledge and enhance financial management in the public sector.

As interviewee I1 stated, 'We are investing a lot of money ... and the population is not satisfied, what is missing? We don't have the metrics to understand, do we need more money to do more?' I1 added, 'Perhaps cost information can help us clarify this a bit and assist us in making better decisions'.

Cost information requirements: Given the needs mentioned by the politicians, cost information in the public sector takes on an even more critical role in ensuring the efficient and

Table 4. General characteristics of interviewees.

Interviewee	Municipality	Position/function	Level of education	Approximate time in public service (years)
I1	M1	Municipal secretary	Higher education in public management and accounting sciences	9
I2	M2	Mayor	Higher education in social communication	7
I3	M3	Mayor	Higher education in law	37
I4	M3	Municipal secretary	Higher education in accounting sciences	6
I5	M4	Municipal secretary	Master's and PhD in economics	1
I6	M5	Mayor	Higher education in law	14
I7	M6	Mayor	High school	22
I8	M7	Mayor	Higher education in journalism	11
I9	M7	Municipal secretary	PhD in law	6
I10	M8	Mayor	Teacher training	7
I11	M9	Mayor	High school	6
I12	M9	Municipal secretary	Specialization in public law and government management	5
I13	M10	Municipal secretary	Accounting technician	26
I14	M11	Municipal secretary	Master's degree in business management	28
I15	M11	Municipal secretary	PhD in accounting	20
I16	M12	Mayor	Higher education in business administration	18
I17	M13	Mayor	Master in the environmental field	8
I18	M14	Municipal secretary	Specialization in accounting, audit, and related areas	33
I19	M15	Mayor	Higher education in medicine	11
I20	M16	Mayor	Specialization in public management	19
I21	M17	Municipal secretary	Master's in economics with emphasis on controllership	25

Table 5. Users' needs.

Problems and challenges	Users' needs
High demand for transport services	→ Finding alternatives for expanding the transport service at lower costs
Maintenance of philanthropic hospitals	→ Finding additional funds for the expansion of the activity
High expenditure on hiring health professionals	→ Finding additional funds for the expansion of the activity
High demand for medical consultations	→ Reduce the cost of treating healthcare patients without compromising the quality of the service provided
High expenditure on medicines and tests	→ Hire education professionals
High demand for education professionals	→ Improving the quality of education without increasing spending
Improving education without increasing spending	
Rising input prices	→ Reduce the cost of inputs without compromising the quality of the service provided to the population
Promoting higher education Encouraging agriculture Preserving the environment Support for low-income families Promoting security Encouraging culture	→ Promote and maintain social, environmental, and incentive programmemes efficiently
High demand for road maintenance	→ Finding alternatives for expanding road maintenance services at a lower cost
Rising input prices for infrastructure works Lack of budget	→ Finding additional funds for infrastructure works
Investment in and refurbishment of public buildings	→ Build or refurbish public buildings
Purchase or refurbishment of equipment	→ Acquire or refurbish equipment
Establishment of charges for urban cleaning services High expenditure on rubbish collection	→ Establish the amount to be charged for urban cleaning → Reduce spending on rubbish collection without compromising the quality of the service provided
High printing costs and paper consumption	→ Reduce printing costs and paper consumption
High payroll costs	→ Reduce payroll costs without compromising the quality of the service provided
Budgeting and financial control	→ To better distribute resources between bodies and sectors
Unforeseen expenses	→ Finding additional funds to cover unforeseen expenses

appropriate generation of information aligned with user needs.

When the need involves gaining a deep understanding of the costs associated with government programmes and services, as well as identifying opportunities for optimization and efficiency in the use of public resources, cost information related to programmes, activities, inputs, and cost per kilometer driven can help in the efficient allocation of resources. For instance, information about costs per service and cost per student is crucial in sectors like health and education, where the cost of providing individualized services is significant. This allows for better alignment of available resources with the goals and priorities established by government policies.

Regarding the ideal characteristics of cost information, we asked politicians about the qualities that would best support their decision-making. In general, they want cost information to be reliable, accurate, and delivered in a timely manner, while also being comparable and easy to understand.

Concerning the presentation of this information, we observed that customized reports are preferred by politicians (I2, I3, I4, I6, I13, I16, I17, I18, I20, I21). These reports differ from financial statements by being more comprehensible, as highlighted by the politicians: 'Customized reports are more didactic, making it easier to present them in a meeting, as people without accounting training may find it difficult to understand such information' (I3).

Interviewee I21, the only one in the sample with access to cost information in their municipality, emphasized that this information should be carefully adapted, as many managers are not accustomed to this type of analysis. If the reports are not simplified, managers may not give them the necessary attention, which poses a significant challenge (I21). Therefore, the quality of cost information and how it is presented are key factors in supporting strategic decisions in the public sector.

When it comes to decision-making, Schoute and Budding (2017) argue that, in addition to information needs, the specific decisions made based on this information contribute to determining the intensity of the use of the cost system. Thus, the next section of the article will explore the various types of decisions that can be made using cost information, underscoring how the needs and quality of the information influence the use of cost accounting.

Types of decisions by local politicians: Cost information can serve as a basis for decision-making in public sector entities, such as decisions about service pricing, creating new programmes, setting new directions for specific programmes, or introducing new services (Lutilsky et al., 2012).

After identifying the main problems and challenges, and analysing user needs and information requirements, we asked politicians about the potential decisions they could make in response to these issues. This approach aimed to understand the problems in a broader context, as emphasized by van Helden (2016). According to van Helden, if a problem is well-defined—such as selecting between different investment options with clear criteria—accounting information can help guide the choice of the best alternative.

Based on the responses from the interviewees, we observed that politicians often need to make decisions involving the selection of alternative actions, managing budget contingencies, saving resources, and controlling waste, among others. Moreover, politicians consider cost information most valuable when making decisions related to cost reduction and control. This contrasts with Rogošić's (2021) study, which found that accountants in Croatia view cost information as more useful for managers in a budgetary context.

In Table 6, the first column lists the decisions mentioned by the interviewees, categorizing them according to the purposes of cost information use as defined by IFAC (2000). This categorization allows us to align the decisions with specific cost concepts that correspond to the identified administrative objectives, thus enriching the structure proposed by van Helden and Reichard (2019). According to IFAC (2000), the purposes of the information determine the cost concepts used, such as the concept of total cost, which is appropriate for various administrative objectives. Therefore, the columns 'Purpose of the cost information for these decisions' and 'Types of decisions' represent interpretive codification proposed by this research to illustrate how cost information can be practically applied in

Table 6. Purpose of cost information and types of decisions.

Decisions observed	Purpose of cost information for these decisions (IFAC, 2000)	Types of decisions
Decide on the best allocation of resources between departments (I1, I2, I5, I14, I16, I21). Decide whether to allocate more resources to maintaining an activity, meeting unforeseen expenses, and fulfilling legal and labour obligations (I1, I2, I3, I5, I6, I10, I11, I12, I14, I17, I19, I20, I21). Decide on cuts in high-spending activities (I1, I2, I13, I17).	**Budgeting**—Assists politicians in deciding how to allocate resources between various activities. The costs of past activities can be used as budget estimates for future costs. **Cost reduction and control**—Helps politicians take appropriate actions to eliminate inefficiencies.	**Decisions based on total costs**
Decide on the amount to be charged for the provision of public services (I1).	**Price and tariff adjustment**—Contributes to establishing price and tariff scenarios for goods and services provided by the government.	
Decide on cuts in services that are not efficient (I1, I2, I13, I17). Decide between making more hires or reallocating human resources more effectively (I2, I8, I9, I10, I14, I17).	**Performance evaluation**—Assists politicians in measuring both financial and non-financial performance. The efforts and results of an organization's services can be assessed using the costs of resources and inputs and the results achieved.	**Decisions based on controllable costs**
Decide on cuts to programmes that are not effective (I1, I13, I17). Decide on authorizing the creation of new programmes (I2, I3, I4, I11, I14, I15, I16, I19, I20, I21).	**Programme evaluation**—The cost of government programmes, combined with appropriate performance measures, supports politicians in making decisions about authorization, modification, and discontinuation of programmes.	
Decide on outsourcing services (I5, I14). Decide between performing the service with our fleet or entering into a leasing/service contract (I1, I2, I6, I7). Decide between investing in purchasing equipment/machinery or entering into a leasing contract (I5, I18, I20). Decide whether to invest in a new project, carry out work, or perform maintenance on buildings and streets (I1, I2, I5, I10, I12, I14).	**Other economic decisions**—Supports politicians in choosing between alternative courses of action that require comparing incremental costs, such as decisions regarding privatization.	**Decisions based on differential costs** **Decisions based on opportunity cost**

the decisions of local governments, in line with IFAC guidelines.

As shown in Table 6, when the purpose of the information is to support decisions related to budget proposals, contingencies, and cost reduction and control, total costs are the necessary information. Total costs represent the sum of all expenses incurred up to a specific date. It is important to note that the definition of total cost can be influenced by accounting standards, and variations may exist between countries in how total costs are defined.

However, if the goal is to assist in decisions related to performance and programme evaluations, controllable costs are more appropriate. Controllable costs include only those expenses that can be managed by the decision-maker, focusing on their influence over resource consumption. They exclude costs beyond their control, such as depreciation, depletion, amortization, and costs related to inactive staff (retired employees) or pensioners.

When the manager's objective is to assess the cost differences between alternatives, such as in 'make or buy' decisions, differential costs should be used. In this context, common costs shared between the options are typically disregarded, with the analysis centering on relevant costs that differ based on the chosen option.

IFAC (2000) also mentions other types of cost concepts that can be considered alongside other cost information. One of these is opportunity cost, which is the value of what must be sacrificed to achieve a certain outcome. Investment decisions frequently use this concept: 'There are times when we can't just look at the cost issue, what is more economical, because it involves other situations. ... sometimes, it's better to pay a little more and get a better return. This assessment must also be made'(Interviewee I3).

It is important to clarify that the decisions outlined in Table 6 are directly related to the needs identified in Table 5. For example, the need to 'reduce expenses' led to the decision to implement 'cuts in activities that generate high expenses', as mentioned by the interviewees. The detailed connection between the data in these tables is illustrated in Figure 2.

Synthesis of results on cost information useful to the needs of local politicians: In Figure 2 the data from Tables 5 and 6 is consolidated—drawing inspiration from the preliminary model by van Helden and Reichard (2019) on the relationships between user needs, usability, and the use of accounting information.

In Figure 2, we present examples of cost information and decisions corresponding to the listed needs. These suggestive examples are not confined to the linked codes, as they can extend to others. For instance, the creation of new programmes may also require a total cost approach. Thus, additional cost information or types of decisions may be added or correlated depending on user needs.

We found that local politicians require cost information that is reliable, clear, comparable, and delivered in a timely manner. The preference for customized, easily understandable reports underscores the importance of usability in presenting this information. Our study also demonstrates how this information can be applied to strategic and operational decisions, such as resource allocation and cost control.

This analysis aligns with the principles identified in the literature on the use of accounting information by politicians, grounded in the 'usability' approach, which emphasizes the relevance of information for decision-making. These findings support the 'user needs-usability-use of accounting information' model, showing that adapting information to user needs is crucial for effective decision-making. Additionally, our findings expand van Helden and Reichard's (2019) framework by suggesting the

Fls. 092

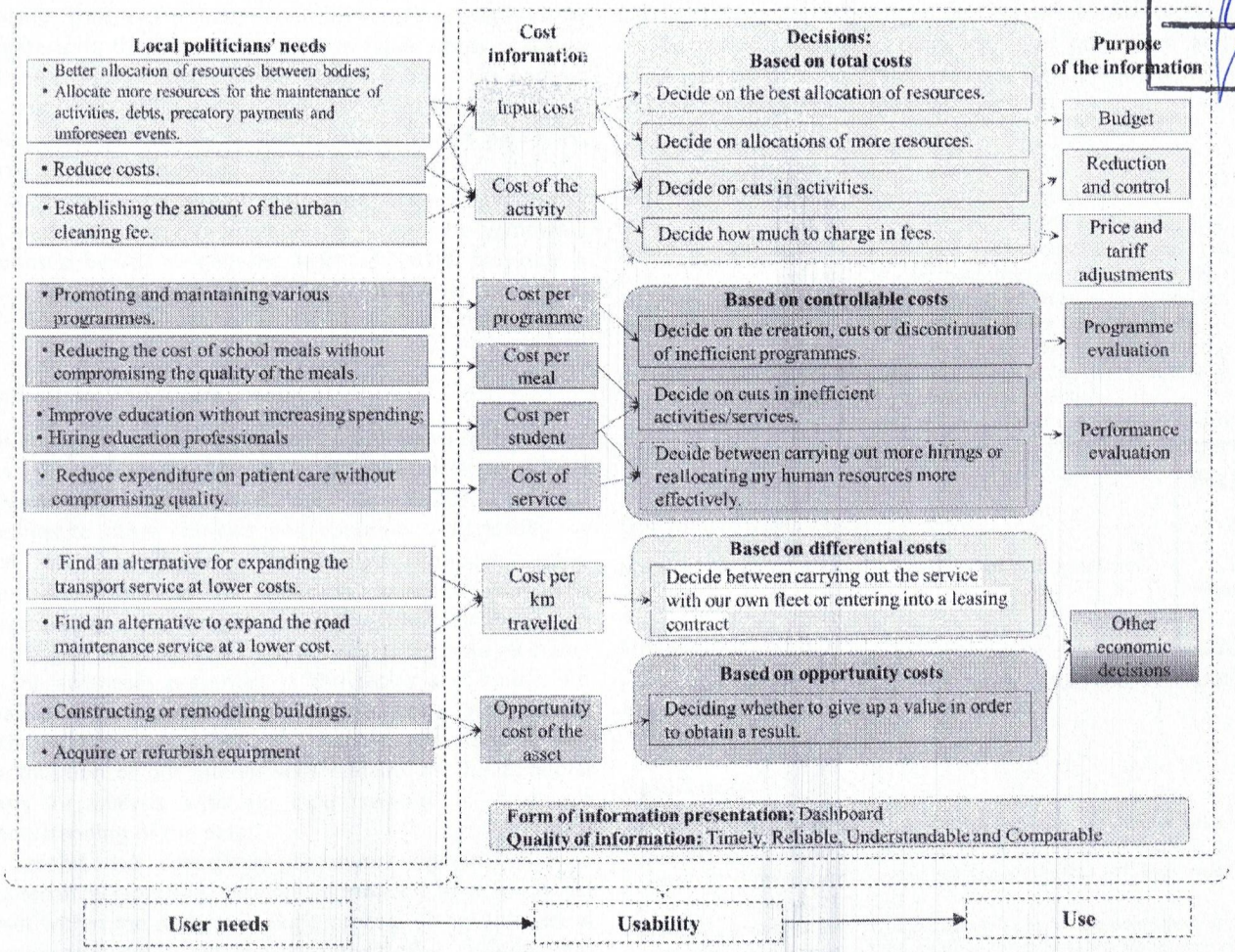


Figure 2. Cost information necessary for local politicians in their decision-making processes.

inclusion of 'types of decisions' as an additional element to consider when promoting information usability.

van Helden and Reichard (2019) highlight that the connection between different user groups and their specific needs for accounting information is one of the most promising areas of research. In this context, future research should explore the interrelations between user needs and the purposes of information use. In our analysis, we identified the cost information needs of politicians (internal users) for decision-making, with the aim of enhancing the usability of this information.

Final considerations

Our goal was to map the cost information necessary for politicians in their decision-making processes, responding to van Helden's (2016) call to enhance the understanding of which information is essential for politicians' decision-making. Through field research conducted in Brazilian local governments, combining semi-structured interviews and document collection, we gained valuable insights into the implementation of cost accounting, the information needs of politicians, and the types of decisions that can be supported by this information.

Due to the participants' lack of prior experience with cost accounting data, we primarily focused on the requirements for cost accounting, partially addressing van Helden's (2016) research question. As a result, it was not possible to formulate conclusions about agenda-setting activities and problem-solving. Although the politicians' unfamiliarity with cost accounting data and their significant difficulty in understanding accounting information—particularly those without an accounting background—may be viewed as limitations, our interview guide was carefully structured to capture their information needs without requiring specific technical knowledge.

Our analysis revealed that the majority of the municipalities surveyed had not implemented cost accounting. This finding corroborates previous studies on the Brazilian context and aligns with research showing that countries with a Napoleonic origin tend to use cost accounting less frequently. Only one municipality had implemented cost accounting, emphasizing its organizational structure, the use of technological tools, and the adaptation of information to meet the needs of municipal secretaries. This underscores the importance of addressing users' specific demands to ensure the relevance and usefulness of the information provided.

Following the 'information utility' paradigm, we identified the needs of local politicians based on both the responses obtained during the interviews and our interpretation and codification, as presented in Tables 5 and 6. From this, we proposed several types of decisions that can be made using cost information. By doing so, we aim to expand and concretize the understanding of how accounting information can be practically applied to support decision-

model based on accrual accounting. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, *9*(2), 204–223. https://doi.org/10.14392/ASAA.2016090205

Flick, U. (2022). *An introduction to qualitative research* (7th edn.

Hood, C., & Peters, G. (2004). The middle aging of new public management: into the age of paradox? *Journal of Public Administration Research na Theory*, *14*(3), 267–282. https://doi.org/10.1093/jopart/muh019

IFAC. (2000). *Perspectives on Cost Accounting for Government—International Public Sector Study*. International Federation of Accountants.

Jethon, A., & Reichard, C. (2022). Usability and actual use of performance information in German municipal budgets: The perspective of local politicians. *Public Money & Management*, *42*(3), 152–159. https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1966193

Johnson, H. T., & Kaplan, R. S. (1987). The rise and fall of management accounting. *Strategic Finance*, *68*(7), 22–30.

Jorge, S., Nogueira, S. P., & Ribeiro, N. (2020). The institutionalization of public sector accounting reforms: the role of pilot entities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, *33*(2), 114–137. https://doi.org/10.1108/JPBAFM-08-2019-0125

Kaplan, R., & Norton, D. (1992). The balanced scorecard—measures that drive performance. *Harvard Business Review*, *70*(1), 71–79.

Liguori, M., Sicilia, M., & Steccolini, I. (2012). Some like it non-financial .... *Public Management Review*, *14*(7), 903–922. https://doi.org/10.1080/14719037.2011.650054

Lorenzato, N. T., Behr, A., & Goularte, J. L. (2016). Benefits and problems in implementing a public sector cost information system in the state of Rio Grande do Sul. *ConTexto*, *16*(32), 126–141. https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/66327

Lutilsky, I. D., Vašiček, V., & Vašiček, D. (2012). Cost planning and control in Croatian public sector. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, *25*(2), 413–434. https://doi.org/10.1080/1331677X.2012.11517515

Mättö, T., & Sippola, K. (2016). Cost management in the public sector: legitimation behaviour and relevant decision making. *Financial Accountability & Management*, *32*(2), 179–201. https://doi.org/10.1111/faam.12085

Mohr, Z. T. (2017). *Cost accounting in government: theory and applications*. Taylor & Francis.

Mohr, Z. T., Raudla, R., & Douglas, J. W. (2021). Comparing cost accounting use across european countries: the role of administrative traditions, NPM instruments, and fiscal stress. *Public Administration Review*, *81*(2), 299–307. https://doi.org/10.1111/puar.13162

Monteiro, R. P., & Pinho, J. C. C. (2018). Cost accounting: an analysis of the reality of the municipal sector of a state in Brazil. *Revista Espacios*, *39*(3), 31. http://www.revistaespacios.com/a18v39n03/a18v39n03p31.pdf

Ouda, H. (2004). Basic requirements model for successful implementation of accrual accounting in the public sector. *The International Consortium on Governmental Financial Management*, *4*(1), 78–99.

Pina, V., & Torres, L. (2003). Reshaping public sector accounting: an international comparative view. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, *20*(4), 334–50. https://doi.org/10.1111/j.1936-4490.2003.tb00709.x

Poljašević, J., Vašiček, V., & Kostić, M. D. (2021). Public managers' perception of the usefulness of accounting information in decision-making processes. *Public Money & Management*, *41*(6), 456–465. https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1906534

Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2004). *Public management reform: a comparative analysis*. Oxford University Press.

Raudla, R. (2022). Politicians' use of performance information in the budget process. *Public Money & Management*, *42*(3), 144–151. https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1989779

Raudla, R., & Bur, S. (2023). Austerity and the use of performance information in the budget process. *Public Money & Management*, *43*(6), 627–634. https://doi.org/10.1080/09540962.2021.2020976

Raudla, R., & Douglas, J. W. (2016). Cost accounting in European countries. In Z. T. Mohr (Ed.), *Government cost accounting: theory and applications* (pp. 115–32). Taylor & Francis.

Rogošić, A. (2021). Public sector cost accounting and information usefulness in decision-making. *Public Sector Economics*, *45*(2), 209–227. https://doi.org/10.3326/pse.45.2.2

Saldaña, J. (2009). *The coding manual for qualitative researchers*. Sage.

Schoute, M., & Budding, T. (2017). stakeholders' information needs, cost system design, and cost system effectiveness in Dutch local government. *Financial Accountability & Management*, *33*(1), 77–101. http://doi.org/10.1111/faam.12116

Silva, A. M., & Miranda, R. L. (2022). Implementation of the cost information system in the public sector: perception of public accountants in Rondônia. *Revista Estudos & Debate*, *29*(4), https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v29i4a2022.3223

ter Bogt, H. J. (2008). Management accounting change and new public management in local government: a reassessment of ambitions and results—an institutionalist approach to accounting change in the Dutch public sector. *Financial Accountability & Management*, *24*(3), 209–41. https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00451.x

van Helden, G. J. (2016). Literature review and challenging research agenda on politicians' use of accounting information. *Public Money & Management*, *36*(7), 531–538. https://doi.org/10.1080/09540962.2016.1237162

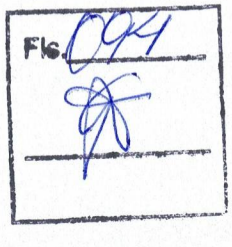
van Helden, G. J., & Huijben, M. (2014). Controlling overhead in public sector organizations. *International Journal of Public Sector Management*, *27*(6), 475–485. http://doi.org/10.1108/IJPSM-07-2013-0102

van Helden, G. J., & Reichard, C. (2019). Making sense of the users of public sector accounting information and their needs. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, *31*(4), 478–495. https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2018-0124

Verbeeten, F. H. M. (2011). Public sector cost management practices in The Netherlands. *International Journal of Public Sector Management*, *24*(6), 492–506. https://doi.org/10.1108/09513551111163620

Giseli Pereira Sarmento da Silva is a graduate of the Master's Programme in Controllership and Accounting from the School of Economic Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil. Her reseach is focused on municipal public management, public accounting and finance, and accounting education.

Ariel Behr is an Associate Professor at the School of Economic Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil. Ariel's reseach is focused on accounting information systems, social aspects of information systems, and accounting education.



O **IGAM Corporativo Cursos e Assessoria** confere este certificado a **GISELI SARMENTO**, por ter ministrado o curso **Seminário: Sistema de Custos no Município** no período de **08/04/2026** a **10/04/2026**, na cidade de **Porto Alegre**.

Programa do Curso

1. O que é a informação de custos no setor público e sua relação com a despesa orçamentária
2. Finalidades e necessidades da informação de custos no contexto dos municípios
3. Base legal e evolução das critérios relacionadas à contabilidade de custos no setor público, com destaque para a NBC TSP 34
4. O papel do contador na geração e no suporte das informações de custos para a gestão pública
5. Uso prático da informação de custos na gestão municipal: possibilidades, limites e aplicações
6. Evidências empíricas e prática de implantação e uso da informação de custos no setor público
7. Terminologias básicas aplicáveis ??aos custos
8. Centros de Custo: conceito, planejamento e construção
9. Aplica&c...

Carga Horária

Dia: 08 das 14:00 às 17:00
Dia: 09 das 09:00 às 12:00
Dia: 09 das 14:00 às 17:00
Dia: 10 das 09:00 às 12:00

Total de horas aula: 12:00

PAULO CESAR FLORES
SÓCIO-DIRETOR

Fls. 095

IGAM® - Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos
Rua dos Andradas 1560, 18º andar - Galeria Malcon - Centro - Porto Alegre RS - CEP 90026-900

O **IGAM Corporativo Cursos e Assessoria** confere este certificado a **GISELI SARMENTO**, por ter ministrado o curso **V Seminário de Contabilidade no Poder Executivo, Administração Direta e Indireta e no Poder Legislativo** no período de **20/05/2026** a **22/05/2026**, na cidade de **Porto Alegre**.

Programa do Curso

1. Regras de Escrituração Contábil no Poder Executivo e Legislativo
2. A Elaboração da Nota de Empenho e a Classificação da Despesa Pública
3. Da Arrecadação ao Reconhecimento - Reflexos Contábeis da Receita Pública
4. Análises Gerenciais e de Conformidade do RREO e RGF

Carga Horária

Dia: 20 das 14:00 às 17:00
Dia: 21 das 09:00 às 12:00
Dia: 21 das 14:00 às 17:00
Dia: 22 das 09:00 às 12:00

Total de horas aula: 12:00

PAULO CESAR FLORES
SÓCIO-DIRETOR

Fls.

IGAM® - Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos
Rua dos Andradas 1560, 18º andar - Galeria Malcon - Centro - Porto Alegre RS - CEP 90026-900

Fls. 097

Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management

Understanding the use of cost information in decision-making: a quasi-experimental approach with municipal public managers

Giseli Pereira Sarmento da Silva and Ariel Behr
Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil, and
Carla Bonato Marcolin
Business and Management Faculty, Federal University of Uberlandia, Uberlandia, Brazil

Received 20 June 2025
Revised 13 September 2025
21 November 2025
Accepted 23 November 2025

Abstract

Purpose – Despite post-New Public Management (NPM) efforts to implement new accounting practices to improve decision-making in the public sector, the use of cost information remains limited, especially in municipalities, due to a lack of familiarity and understanding. This study seeks to advance the use of cost information by designing and validating an experiential course for municipal public managers on its application in decision-making. Grounded in Experiential Learning Theory, the course is designed to address a fundamental barrier to adoption by enhancing managers' understanding of cost information.

Design/methodology/approach – Derived from a Design Science Research (DSR) framework, an exploratory and qualitative study with a quasi-experimental orientation was conducted. This included a control group and two test groups utilizing active methodologies. Data analysis employed content analysis techniques, descriptive statistics and the Wilcoxon test.

Findings – The effectiveness of experiential learning in understanding the use of cost information was confirmed, although no significant differences were found between the two active methodology test groups.

Originality/value – This study contributes theoretically to Accounting Education in the Public Sector by highlighting the application of Experiential Learning Theory and suggesting reflections on active methodologies. In practical terms, it proposes a validated course to promote the effective use of cost information in decision-making by municipal public managers, providing knowledge for future training initiatives.

Keywords Municipal public managers, Cost information, Experiential learning theory, Accounting education, Quasi-experiment

Paper type Research article

1. Introduction

Since the advent of New Public Management (NPM), considerable efforts have been made to implement new accounting and management practices in the public sector, aiming to increase the availability of information, such as cost accounting, to assist managers in making better decisions (Mohr *et al.*, 2021; Pfiffner *et al.*, 2021). However, despite the benefits generated by the use of cost information – such as supporting efficiency efforts, planning and performance evaluation to improve spending quality and optimize public resources – and despite existing regulations mandating its use, its application in decision-making remains limited (Schoute and Budding, 2017; Mohr *et al.*, 2021; Rogošić, 2021)."

International academic literature on the use of accounting information by public managers indicates that the lack of recognition of users' informational needs and the lack of understanding of accounting information make the process of using information more challenging (van Helden and Reichard, 2019; Jethon and Reichard, 2022).

Thus, in addition to identifying the cost information needs of public managers, it is necessary for them to perceive the usefulness of this information for decision-making and to be

Funding: This work was supported by National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES).

Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management
© Emerald Publishing Limited
e-ISSN: 1945-1814
p-ISSN: 1096-3367
DOI 10.1108/JPBAFM-06-2025-0160

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 098

familiar with it (Machado and Holanda, 2010; Rogošić, 2021) since the absence of familiarity, lack of knowledge and understanding of accounting information hinder its use (Cohen and Karatzimas, 2022). This, therefore, requires training for users of accounting information (van Helden and Reichard, 2019; Jethon and Reichard, 2022).

However, providing instruction on public sector accounting and its branches to individuals who are not accounting students demands a different orientation and focus, less technical and with simplified language. This is because accountants and information users do not necessarily need to possess the same level of knowledge, making it necessary to employ alternative learning approaches and active learning techniques to enhance critical thinking, maintain motivation and facilitate understanding for this kind of student (Cohen and Karatzimas, 2022; Nowotny *et al.*, 1982).

Thus, Experiential Learning, defined as a constructivist approach to learning, suggesting that students create meaning from experience following Kolb's cycle, stands out by providing means that enable understanding through experience, aiming for direct application in organizational situations and is therefore widely used in business and management schools (Kolb and Kolb, 2005; Butler *et al.*, 2019; Dean *et al.*, 2020; Gittings *et al.*, 2020). Hence, it tends to aid in understanding the usefulness and use of cost information in decision-making processes.

Considering the context presented, this study seeks to answer the following research question:

RQ1. What format of an experiential course for public managers on the use of cost information to qualify decision-making proves to be the most effective for understanding this subject?

An exploratory study with an experimental design, resulting from a Design Science Research (DSR), this study also aims to address the recommendations of Gittings *et al.* (2020), proposing to investigate whether distinct experiential learning activities can affect learning outcomes, comparing and contrasting more than one activity within the same study. Therefore, this article seeks to contribute to the use of cost information by designing and validating an experiential course for municipal public managers on its application in decision-making. Grounded in Experiential Learning Theory (Kolb, 1984), the course is designed to address a fundamental barrier to adoption by enhancing managers' understanding of cost information.

To achieve these objectives, the research was structured around key constructs. The *independent variable* is the training format for cost information use through experiential learning, tested at three levels. A control group receiving a traditional lecture (Group A) and two experimental groups employing active methodologies: Problem-Based Learning (Group B) and Storytelling (Group C). The *dependent variable* is the managers' understanding of the subject, assessed by the variation in questionnaire performance before and after the course. The *unit of analysis* is the individual municipal public manager, as the study examines knowledge change at the individual level as a direct outcome of the educational intervention.

First, based on the literature (Kolb, 1984; Butler *et al.*, 2019), it is postulated that a course with an experiential approach proves effective for understanding the use of cost information in decision-making by public managers. Second, it is postulated that distinct experiential activities in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle affect learning outcomes, as suggested by Gittings *et al.* (2020).

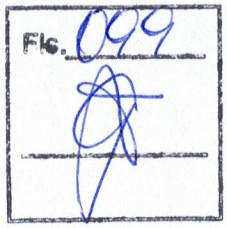
The justification for this research lies in the fact that insufficient preparation and training of managers is one of the main factors permeating public administration, hindering the development of new practices (Kosmas and Dimitropoulos, 2014). Thus, investing in accounting education in the public sector, through the provision of adequate courses and training, is required due to its close relationship with various elements. This includes driving effective reforms, optimizing resource utilization and adequately preparing managers who need to understand the fundamental concepts of accounting applied to the public sector and its segments, enabling better preparation for changes and advancements in this practice (Karatzimas *et al.*, 2022).

Moreover, van Helden and Reichard (2019) report that the factors explaining usability are relevant antecedents, such as the extent to which users have adopted some knowledge about

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

the accounting information provided. However, the authors found that there is not much information available on how to improve the literacy of public sector accounting information users, that is, their ability to read and understand the various formats of accounting information, through training or practical experience. Furthermore, most studies on accounting education in the public sector do not employ a theoretical foundation (Karatzimas *et al.*, 2022).

Additionally, cost measurement in the public sector has become an important practice, especially in the face of economic recession and other issues significantly impacting public finances, as well as the necessary effectiveness in managing public resources and legal requirements mandating the implementation of cost control in public entities. This is the case in Brazil, where this study is based, which has had legal provisions for this since the 1960s but is still in the early stages of implementation, especially in municipalities (Fernandes and Bezerra Filho, 2016; Cavichioli *et al.*, 2018; Ferreira *et al.*, 2019; Cardoso and Rodrigues, 2023).



For the reasons mentioned, cost measurement in the public sector has gained notable prominence in both governmental and academic settings. However, available research generally focuses on assessing the implementation stage of cost control and identifying the main obstacles faced when introducing this system, in addition to addressing the perceptions of accountants and managers on the subject (Verbeeten, 2011; Lutilsky *et al.*, 2012; van Helden and Huijben, 2014; Mohr, 2015; Schoute and Budding, 2017; Cavichioli *et al.*, 2018; Mohr *et al.*, 2021; Rogošić, 2021; Cardoso and Rodrigues, 2023).

Given the above, this research is significant for presenting an artifact (course) aimed at contributing to the dissemination of general knowledge about the use of cost information in the public sector, to drive and optimize the use of this kind of information by municipal public managers, thereby contributing to professional practice. Simultaneously, it contributes to accounting education in the public sector and Experiential Learning Theory.

2. Theoretical framework

2.1 Cost information to qualify public managers' decision-making

Public managers need a set of managerial information to efficiently and effectively fulfill public policies (Machado and Holanda, 2010), which requires different accounting tools (Poljašević *et al.*, 2021). Improving the quality of services offered to the population will only be possible if public administration can provide the same services, in quantity and quality, at lower costs, and to achieve this efficient allocation of resources, understanding costs is essential (Alonso, 1999).

Cost accounting can be defined as the application of managerial accounting concepts, collecting methods, analysis and data presentation to provide relevant information for planning and controlling costs (CIMA, 2005). Its main purpose is to support decision-making (Kaplan and Norton, 1992), as it presents significant data that help managers decide, for example, on investments and structuring efficient and effective processes (Shank and Govindarajan, 1997).

Cost information in the public sector is a critical tool for decision-making, particularly in contexts of financial stress. The literature highlights its role in supporting cost reduction, enabling performance management and strengthening managerial accountability. A fundamental assumption, confirmed by several experiences, is the adoption of the accrual basis, without which cost determination becomes unfeasible. For this information to be effectively applied, it must possess qualitative attributes such as relevance, reliability and, above all, understandability, as managers' lack of comprehension represents a direct barrier to its use (Verbeeten, 2011).

The proposal to incorporate cost accounting information in the public sector aligns with the principles of New Public Management (NPM), a set of administrative reforms introduced by several Anglo-Saxon countries from the 1970s onward, aiming to apply private sector

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 100

management practices in the public sphere (Pereira and Romão, 2015; Cavichioli *et al.*, 2018). The NPM doctrine seeks to improve efficiency and effectiveness in the public sector through the use of management tools (Hood, 1995; Hood and Peters, 2004; Pollitt and Bouckaert, 2004).

In this context, cost accounting plays an important role by contributing to the financial awareness of public organizations (Mohr *et al.*, 2021). Although in the public sector, resources are generally not linked to the price of the service (Bryson, 2011), the information generated by cost accounting is considered relevant, as it provides insights for reducing costs, decentralizing activities, enabling performance management and increasing managerial accountability (Verbeeten, 2011).

However, studies conducted in local governments of various countries, such as the Netherlands, Portugal and the United States (ter Bogt, 2008; Schoute and Budding, 2017; Verbeeten, 2011; Carvalho *et al.*, 2012; Pereira and Romão, 2015; Mohr, 2015) and in the Brazilian federal government (Cardoso and Rodrigues, 2023) found that the use of cost information for decision-making is limited. Instead, this information is primarily used to meet external stakeholders, for accountability and legal compliance purposes. The authors also found that normative and arbitrary pressures do not guarantee that the implementation of the cost system focuses on information users, which may take years to occur.

Thus, Karatzimas *et al.* (2022) emphasize that accounting education in the public sector plays an important role in the proper functioning of government activities and report that providing relevant courses and adequate training for public managers is necessary for the efficient use of resources, promotion of effective reforms and advancements in accounting practice, as observed in various New Public Management and New Public Financial Management reforms.

Therefore, training cost information users with an adequate approach tends to aid in understanding and contribute to the use of this information in decision-making.

2.2 Accounting education in the public sector and experiential learning

The internationalization of public sector accounting and the establishment of new accounting practices have increased the demand for study programs in this area. Current and future government employees and managers must be aware of and capable of understanding the fundamental concepts of public sector accounting, its changes and advancements (Karatzimas *et al.*, 2022).

However, Cohen and Karatzimas (2022) found that a different approach and focus are needed in teaching accounting applied to the public sector and its branches to nonaccounting students, such as public managers, who may have diverse backgrounds. This supports the claims of Nowotny *et al.* (1982), who, when investigating ways to achieve a better training experience for local government public managers in Louisiana, in a case in which teaching transcended university barriers, found that instruction for this audience needs to be significantly adapted compared to university education.

This is due to the diversity of backgrounds and experiences, the need to maintain participant motivation, given the voluntary participation and the absence of grading. Besides, many participants feel they are sacrificing valuable time to attend the training, which requires the use of alternative learning tools and techniques.

In this case, experiential learning stands out as a natural enhancement for accounting education, which inherently involves student participation in the learning process, providing a means to integrate context, understanding and experience (Butler *et al.*, 2019), and thus can bring several benefits to teaching accounting in the public sector and the evolution of this practice.

In 1984, Kolb developed a model composed of four elements to describe experiential learning (Concrete Experience, Reflective Observation, Abstract Conceptualization, and Active Experimentation). These steps were adequately simplified and explained by

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 103

Butler *et al.* (2019) as "Do, Reflect, Think, and Apply," facilitating learning by providing students with an opportunity to: participate in a concrete experience (Do); reflect on that experience and other information (Reflect); develop theoretical logic between current and prior knowledge (Think) and use these theories to make decisions or solve problems (Apply). The creative tension between these four modules results in the creation of new knowledge (Kolb, 1984).

It should be clarified that experiential education is broader than active learning. Active learning involves authenticity, practical application, active engagement, and facing challenges, and can result in better understanding and retention of knowledge, enhanced problem-solving skills and develop critical thinking. However, it lacks certain essential elements for knowledge construction.

Thus, Experiential Learning Theory goes further by cyclically including the phases of reflection, theorization and application, enabling students to learn at a deeper level (Kolb, 1984). Because of this aspect, it becomes applicable in this study, as its pillars will serve as the basis for conducting the course.

Beyond implementation challenges, the effective use of cost information depends on the involvement and knowledge of public managers. Prior studies highlight the presence of "managerial resistance to using available cost information," suggesting that effective training must address not only technical content but also behavioral barriers, employing methodologies that promote engagement (Mättö and Sippola, 2016; Verbeeten, 2011).

In light of the foregoing, the application of Experiential Learning Theory emerges as a promising approach to bridging the gap between the availability and the effective use of cost information by public managers. Furthermore, academic literature, such as Gittings *et al.* (2020), points to the need to investigate whether different experiential activities produce distinct outcomes. Based on this framework, the present study seeks to assess the following propositions:

P1. A course with an experiential approach is effective in enhancing municipal public managers' understanding of the use of cost information in decision-making.

P2. Distinct experiential activities applied in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle affect participants' learning outcomes.

3. Methodological procedures

To address the objectives of this study, we conducted a qualitative and exploratory research structured with elements of an experimental design. This configuration was adopted because the level of control characteristic of traditional experimental research (Campbell and Stanley, 2015) could not be attained. Two factors accounted for this limitation. First, participants could not be randomly assigned, as they constituted a preexisting group formed through course enrollment rather than a pool available for arbitrary allocation. Second, while randomization is required in true experiments to ensure group equivalence, it was ethically and logistically infeasible in a context where all participants were expected to benefit from the intervention. Nevertheless, despite the absence of random assignment, the experimental orientation (here conceptualized as a quasi-experimental approach) provided a valuable structure for expanding the database for inference and structuring the triangulation of data from focus groups, observations and questionnaires, thereby enabling the exploration of a nontraditional scenario in accounting research, as discussed by Leuz (2022).

It is also worth noting that this study is the result of a Design Science Research (DSR), a working method that grounds and operationalizes the conduct of research whose objective is to develop an artifact that allows finding a satisfactory solution to a specific practical problem, thus promoting the reduction of the gap between theory and practice (March and Smith, 1995; van Aken, 2004; Dresch *et al.*, 2015).

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

In this research, the proposed *artifact* is a *course model* aimed at public managers that contributes to the use of cost information to enhance decision-making processes. Figure 1 illustrates the trajectory followed that resulted in this study, following the six steps proposed by Peffers *et al.* (2007) for conducting a DSR.

For data collection, we employed *focus group*, *observation* and *questionnaire* techniques. The focus group served for the application of the quasi-experiment, which consisted of testing which format of an experiential course proves to be the most effective for understanding the proposed topic of "the use of cost information to qualify decision-making by local public managers".

Based on the literature (Kolb, 1984; Butler *et al.*, 2019), it is first postulated that an experiential course proves effective for understanding the use of cost information in decision-making by public managers. Second, following the recommendation of Gittings *et al.* (2020), an individual analysis of experiential learning activities in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle was performed, comparing and contrasting more than one activity within the same study, which postulates that distinct experiential activities affect learning outcomes.

For this, three groups were used (one control group and two test groups), corresponding to three different course designs. In all groups, Kolb's cycle was applied. However, in the control group, called Group A, the experiential activity performed in the Concrete Experience stage consisted of watching an oral presentation, through a traditional lecture without the use of active methodologies.

In the other test groups, called Group B and C, the Concrete Experience stage involved distinct experiential activities, such as performing a practical exercise and observing a case, based on the active methodologies Problem-Based Learning (PBL) and Storytelling.

PBL, which employs challenges as a means to stimulate learning (Milne and McConnell, 2001), and Storytelling, which involves telling stories to bring experience into the classroom (Fink, 2003), were the active methodologies chosen for being in line with the principles of experiential learning. Figure 2 elucidates the groups of the quasi-experiment.

The quasi-experiment observations were recorded in the Observation Protocol. As for the questionnaire, it was applied at two moments, at the initial and final stage of the course, to obtain participants' perceptions about the experience and its effectiveness for learning, in a paired manner, to compare measurements of the same student before and after the training. The use of paired methods and systematic methods in qualitative analysis followed the recommendation of Gittings *et al.* (2020).

For the selection of the non-probabilistic sample, the typicality or intentional criterion was used (Colauto and Beuren, 2013), quite characteristic of the experimental approach in research of such natures. Thus, it was made up of public managers (decision-makers, who could be mayors, secretaries and/or coordinators) who volunteered to participate in the course. The

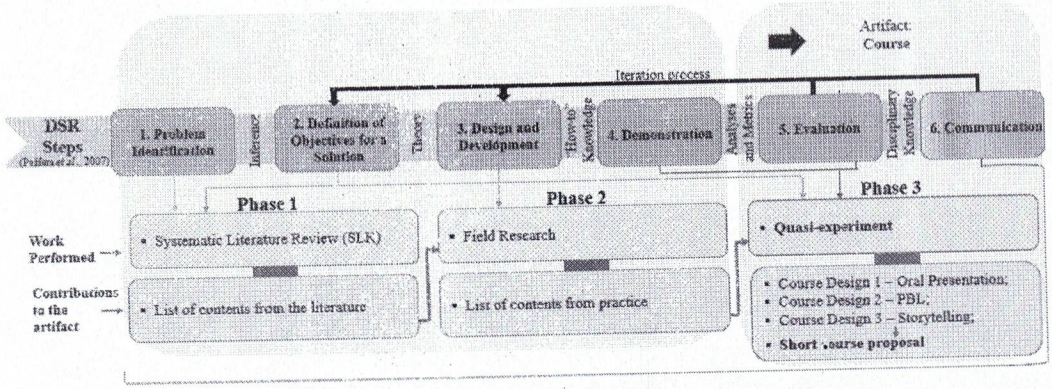


Figure 1. DSR trajectory up to the quasi-experiment. Source: Prepared from research data based on Peffers *et al.* (2007)

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 103

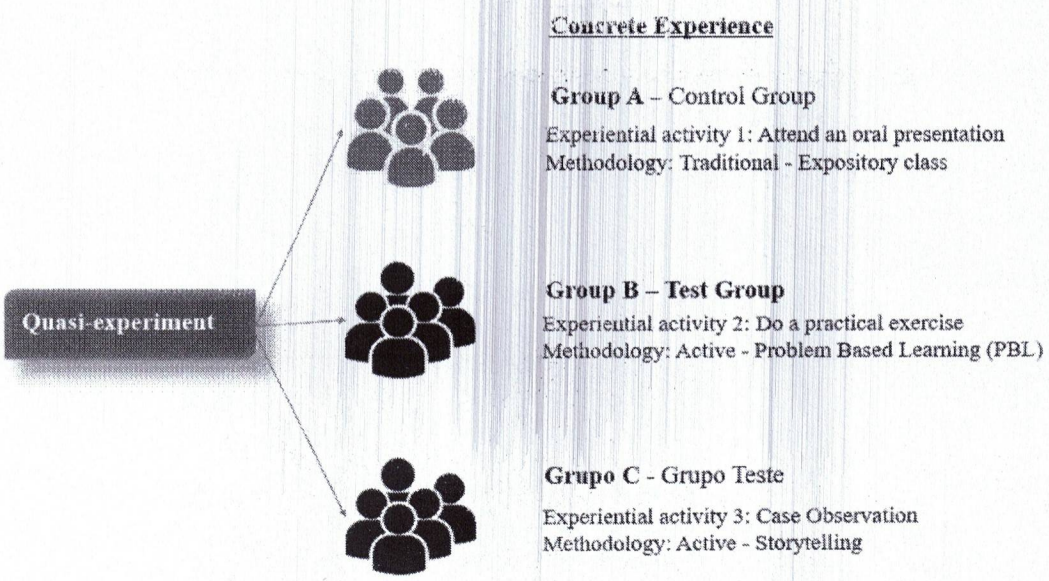


Figure 2. Quasi-experiment groups

invitation to the course was initially distributed among public managers in the researchers' network of contacts. Subsequent invitations occurred through the snowball method, where managers were asked to invite potential participants. For the sample groups, participants could choose their course date from the available options at the time of registration. Each date corresponded to a specific course format, though participants were not informed of this. We performed Fisher's exact test considering the different groups and demographic variables and found no significant differences.

Data collection took place for two months, with 40 participants from 18 different municipalities. Among them, 33 were considered for data analysis as they were part of the target audience (decision-makers). All were informed that it was academic research, but only the objectives were disclosed, without mentioning the quasi-experiment treatments. All signed the Free and Informed Consent Term (TCLE). And the research was approved by the University Research Ethics Committee (CEP), under Opinion No. 5.989.702.

For data analysis, from the discursive questions of the questionnaires, the content analysis technique was used (Bardin, 2021). The category related to "opinion on the strengths and weaknesses of the course" was defined *a posteriori*, that is, it emerged from the data analysis itself (data-driven). The data from the objective questions of the questionnaires were evaluated by descriptive statistics, using measures of central tendency and variation, and by the Wilcoxon test. This summative evaluation aimed to provide a comprehensive analysis of the distribution of results, allowing the identification of not only data variability but also possible statistically significant differences between groups. The next section is intended to explain the construction of the artifact and the results of its testing.

4. Results

4.1 Course design and development

For the course design, we previously conducted a Systematic Literature Review following the protocol proposed by Wolfswinkel *et al.* (2013). This process aimed to identify, evaluate and synthesize academic contributions on the use of cost information in the public sector. The review results produced a list of contents derived from the literature, corresponding to the "essential information for understanding costs in the public sector". These include the definition of the concept, the purposes of cost information, the underlying assumptions, its qualitative characteristics and the costing methods.

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 104

Subsequently, a field research was conducted in Brazilian municipalities, through collection of documents, meetings with accountants and semi-structured interviews with public managers on the same theme, from which the contents extracted from professional practice were derived.

With the collected information, it was possible to design the contents and activities based on the Experiential Learning Theory (Kolb, 1984). These contents were validated by an academic cost professor with publications in the area of public sector costs and are summarized in Table 1.

In the "Do" stage, the proposed activities for testing were elaborated according to the literature and professional practice. In the Lecture, topics were organized on the purpose of using cost information according to the authors and the statements of interviewed public managers.

For storytelling, the fictional story titled "João Romeu Needs to Turn Off the Taps" was created, which reports the challenges of João Romeu, mayor of a fictional town called Good Winds, related to high demands from the population and the scarcity of financial resources, thus requiring greater control of its costs. The entire story was based on the reports of public managers collected in interviews and the concepts from the Systematic Literature Review.

Table 1. General course design: contents and activities

Stages	Content	Activities	Content's origin
Beginning	a. Filling out Questionnaire 1 b. Presentation c. Conceptual alignment: Definition of costs vs. expenses vs. disbursements	Dialogued exposition	Literature
Do	a. Introduction to the purposes of using cost information in the public sector b. On the implications of cost information in decision-making	*Design 1:* Oral presentation (lecture) *Design 2:* Practical exercise (PBL) *Design 3:* Observing a case (storytelling)	Literature and Professional practice
Reflect Kolb's Cycle	a. Main problems and challenges of Municipal Management b. Information needs for each problem or challenge c. Association of the purposes of the information with the needs and decisions d. The accountant's role in the municipality in supporting cost information	Structured brainstorming	Professional practice
Think	a. Bried history and evolution of legal demands b. Cost system c. Basic principles of cost information d. Specificities of cost information: customized reports and information quality	Lecture and dialogued exposition	Literature Literature Literature Literature and Professional practice
Apply	a. Implementation and application of cost information in decision-making b. Analyze a selected case	Analysis of a real case Video with interviews with public managers from the case	Professional practice
Ending	a. Filling out Questionnaire 2 b. Final remarks		

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 105

Similarly, the PBL practical exercise was created, adapted from the story "João Romeu Needs to Turn Off the Taps."

The other stages (Reflect, Think, and Apply) remained the same in all three groups. During the "Reflect" stage of the course, a structured brainstorming activity was used to foster group creativity, aiming to find solutions to municipal management challenges through reflection on problems and cost information needs, in addition to discussing the role of the municipal accountant in this context.

In the "Think" phase, the lecture and dialogue exposition addressed the history, evolution and principles of cost information in the public sector, providing an abstract understanding of the topic. And in the "Apply" stage, a real case study of a municipality that implemented a cost system, including video testimonials from managers, was used to demonstrate the application of cost information in decision-making.

4.2 Course demonstration and testing

The sections of the three-course formats were conducted online and lasted approximately two hours each, under the guidance of the researchers. At the time of registration, via the Eventbrite platform, participants could choose the course date among the available options. Each date corresponded to the application of a course format, but participants were not informed of this.

4.2.1 Participants profile. The sample resulted in 10 participants in Design Course 1 – Lecture (Group A), 12 participants in Design Course 2 – PBL (Group B) and 11 participants in Design Course 3 – Storytelling* (Group C). Table 2 portrays the general characteristics of the research participants, as well as their frequency among the three groups.

Table 2. General characteristics of research participants

Category	Subcategory	General	Frequency Group A *Lecture*	Group B *PBL*	Group C *Storytelling*
N. of participants	Target audience	33	10	12	11
Age	From 18 to 30 years	6	3	1	2
	From 31 to 40 years	6	2	3	1
	From 41 to 50 years	11	3	4	4
	Over 50 years	10	2	4	4
Education	High school/Technical	5	1	3	1
	Undergraduate	14	4	4	6
	Specialization	13	5	4	4
	Doctorate	1	0	1	0
Background	Administration and related fields	10	4	5	1
	Education area	2	0	0	2
	Health and assistance area	4	2	0	2
	Accounting	7	3	3	1
	Law	4	1	0	3
	Civil engineering	1	0	0	1
	No academic background	3	0	2	1
	Technology area	2	0	2	0
Position	Coordination/Supervisor/Deputy	13	3	5	5
	Mayor/Deputy mayor	2	1	0	1
	Secretary of a department	14	4	7	3
	Other management positions	4	2	0	2
Time in the public sector	Up to 1 years	1	0	1	0
	From 1 to 5 years	8	6	2	
	From 6 to 10 years	5	2	1	2
	From 11 to 15 years	3	0	1	2
	Over 15 years	16	2	7	7

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 106

It is noteworthy that more than half of the sample, 17 participants, have over 10 years of experience in the public sector, and the same number have a background in administration and accounting. Regarding the heterogeneous distribution of the sample among the groups, the frequency contained in Table 2 indicates no compromise in the quality of the obtained data.

4.2.2 Application. As participants entered the virtual room, the link to questionnaire 1 was made available for completion. To better guide participants during the course, a summary was provided with the subject divided into two blocks. The *Information* block contained explanations about "what cost information is, purposes, and manager's information needs" (corresponding to the Beginning, Do, and Reflect stages in Table 1).

The *Implementation* block addressed "the legislation surrounding the topic and the path to implementing the cost system." This block culminated with the demonstration of a municipal case that outlined the implementation processes and the use of information in decision-making (corresponding to the Think and Apply stages in Table 1).

Following the schedule, a conceptual alignment was performed, and the application of Kolb's cycle began with the Concrete Experience stage (Do). Among the three applied experiential activities, the indirect observation through storytelling was the one that demanded the most time, which had to be compensated for in the other stages of the cycle to not exceed the stipulated end time. Regarding participation, it was found that the execution of the practical exercise through PBL generated the most engagement among participants.

The subsequent stages of Kolb's cycle were executed. The slides, a resource used to conduct the course, contained illustrations that aided in explaining the subject. Figure 3 contains some examples of the slides.

At the end of the activities, questionnaire 2 was made available for completion. Participants, in general, expressed satisfaction. No distinction between satisfaction and/or dissatisfaction was perceived among the groups. Nor were any situations identified that compromised the progress of the activities.

4.3 Course evaluation

The course evaluation was based on student satisfaction through feedback, their perception of learning measured by a 5-point Likert scale, as well as the increase in learning level measured by multiple-choice questions.

4.3.1 Participant satisfaction. Participants' opinions about the strengths and weaknesses of the course were collected through an open-field response text.

Among the strengths, the words "examples," "important," "results," "didactic," "language," and "content" stand out. In the opinion of Respondent (R) 9, the course had "simplified *language* and practical *examples* that can be applied in daily life." In the opinion of R24, "the course is great because it exemplifies ways to make increasingly efficient decisions, allowing the analysis of various aspects and thus improving public management more and more."

Regarding the weaknesses, the word "nothing" refers to respondents who stated "nothing to declare." The word "time" concerns the course duration, which was generally considered short, as reported by R8: "Little *time* for such an important subject." Finally, the words "examples," "practical" and "cases" correspond to interviewees who pointed out the need for more cases and practical examples of municipalities that implemented the cost system, in addition to the presented case.

When asked how they felt about the course, the average response from all groups was 4.333. And if they would recommend this course to other managers, the average was 4.515. Both averages were considered high, given the 1 to 5-point scale. Thus, based on the responses, it can be concluded that participants felt satisfied with the course, aligning with the observations made by the researchers.

4.3.2 Perception of learning. The participants' perception of the knowledge acquired in the course was analyzed by comparing the averages of the responses before and after testing the artifact, i.e., before and after the course.

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 107

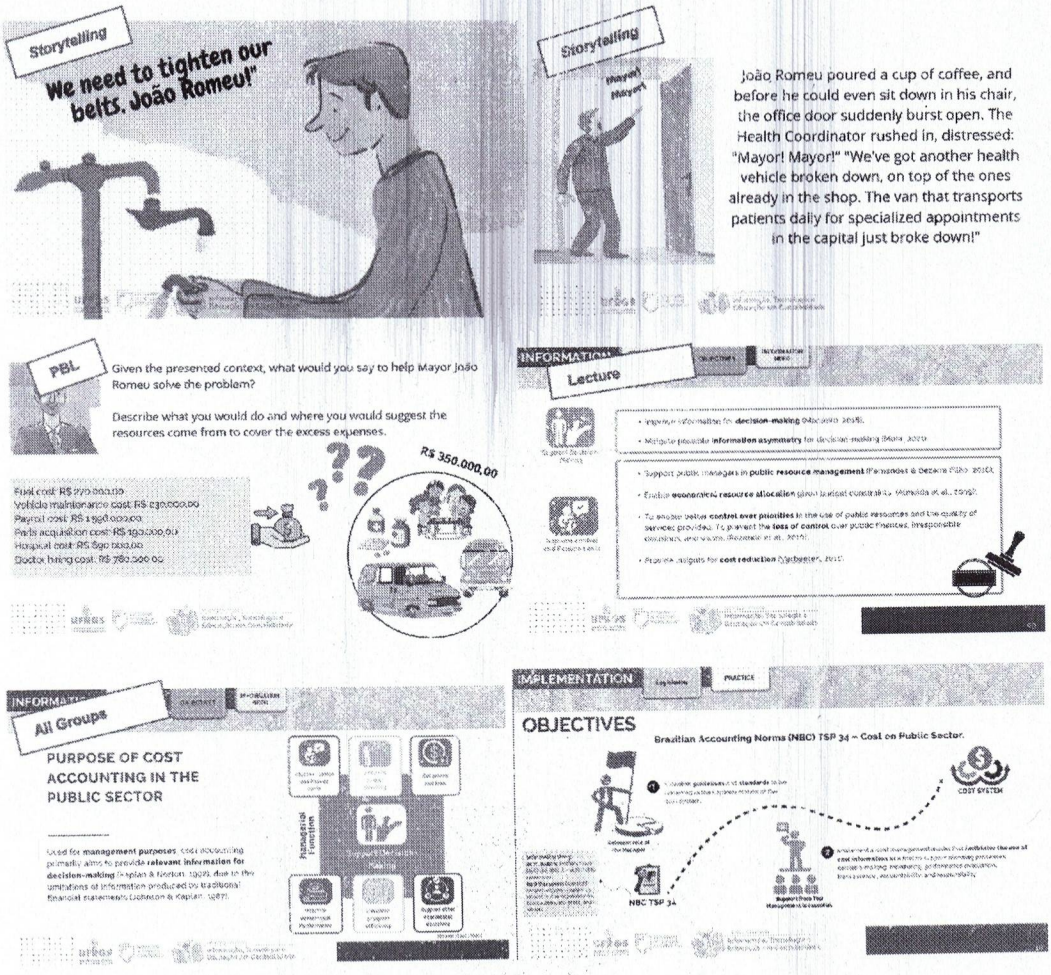


Figure 3. Examples of illustrative slides

Table 3 shows that, overall, participants considered an increase in knowledge of costs applied to the public sector after completing the course. In the analysis by group, the improvement in the average was higher in test groups B and C compared to control group A, with emphasis on Group B – PBL, where the improvement reached 1.333.

The test groups were asked how much the example of Mayor João contributed to their learning, and the average reached 4.083 for Group B – PBL and 4.545 for Group C – Storytelling. Although it is not possible to draw conclusions solely on the difference in absolute scores, it can be seen that the example presented through active methodologies was considered relevant for learning in the course.

Table 3. Participants' perception of learning pre and post-test

Question	Groups	Pre. average	Post average	Improvement in average	Variation
About the knowledge of costs applied to the public sector	Group A – Lecture	3.000	3.400	0.400	13.33%
	Group B – PBL	2.500	3.833	1.333	55.33%
	Group C – Storytelling	2.727	3.636	0.909	33.33%
	General	*2.727*	*3.636*	*0.909*	*33.33%*

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 108

For the control group, it was asked how much an example at the beginning of the course would contribute to their learning, and the average response was 4.400. This suggests that the active approach with the presentation of examples in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle, through engagement and narrative, is an effective strategy to promote understanding and retention of information, according to the participants' perception of the course.

4.3.3 Objective analysis of learning. For the learning evaluation, five multiple-choice questions and one association question with four responses were applied. The average of the pre- and post-test scores of the course was based on the number of correct answers. Given the number of questions, the maximum score that could be achieved was nine.

4.3.3.1 Overall learning analysis. The first analysis corresponded to the evaluation of the overall artifact, i.e. it assessed the effectiveness of the course, aiming to demonstrate that participants learned about the use of cost information in the decision-making processes of municipal public managers effectively. Table 4 shows the overall learning result through descriptive statistics.

The results reflected in Table 4 indicate that, on average, there was an increase in participants' knowledge after taking the course (score improvement of 0.90). It is worth noting that the ANOVA test was performed; however, given the characteristics of the data, it was not statistically significant, so the analysis of averages was chosen.

It is noted that the standard deviation of the pre-test scores is lower than that of the post-test scores; therefore, the pre-test scores of the course were more regular than the post-test scores. It can also be noted, by the p Shapiro, that the pre-test scores are normally distributed, but the post-test scores were not normal.

For the analysis of paired data, the Wilcoxon test was chosen over the Student's *t*-test. The Wilcoxon test is considered a nonparametric equivalent of the Student's *t*-test, used when the sample does not have normality. As evidenced in the previous paragraph, the post-test score does not have normality, so it is more conservative to use a nonparametric test. Table 5 explains the findings of the Wilcoxon test overall.

As can be seen in Table 5, the difference between the samples was statistically significant (Sig. 0.002). Therefore, the results elucidated here, combined with other evidence, such as the positive satisfaction with the course demonstrated by participants (subsection 4.3.1) and the perception that there was an increase in knowledge of costs applied to the public sector after completing the course (subsection 4.3.2), together allow us to affirm that a course with an experiential approach proves effective for understanding the use of cost information in decision-making by public managers.

Table 4. Overall learning result pre and post-test

Descriptive statistics	Pre score	Post score	Improvement in score
Average	*5.52*	*6.42*	*0.90*
Standard deviation	1.60	1.62	
p Shapiro–Wilk	0.053	0.027	

Table 5. Overall Wilcoxon test[a] statistics

	Pre score – Post score
Z	−3.097[b]
Significance Sig. (2 tailed)	0.002

Note(s): [a]Wilcoxon Signed Ranks Test, [b]Based on negative ranks

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 109

4.3.3.2 Learning analysis by group. The second assessment corresponded to the individual analysis of learning by quasi-experiment group.

As reflected in Table 6, the post-test results, on average, suggest that the intervention had a positive effect on all three conditions, both in the control group and in the test groups. But the effect was greater for Group A and Group B compared to Group C. Finally, to further explore the above results, the Wilcoxon test was performed as shown in Table 7.

A statistical difference is observed in Group B – PBL in Table 7; however, it is relevant to mention that the Wilcoxon test does not test the difference of means, but of medians – given that the distribution is not normal, the test is not based on the mean.

Thus, the results of this subsection, analyzed together with the improvement in the average, do not suggest affirming that there was a statistical difference to distinguish the three quasi-experiment groups; therefore, no support was found to infer that distinct experiential learning activities in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle affect learning outcomes, considering the characteristics of the quasi-experiment data. However, it is noted that in Groups A and B, there was a statistically significant increase between the tests.

Nevertheless, when considering other factors, such as the greater engagement of Group B – PBL participants (subsection 4.2.2), greater perception of increased knowledge by this group (4.3.2), and considering the improvement in the post-test score indicated in this subsection, there are indications that Design Course 2 is the most suitable course format for understanding the use of cost information to qualify decision-making by municipal public managers.

This enhanced understanding of cost information, particularly observed in Group B – PBL participants, can be relevant for directly impacting decision-making behavior. The deeper engagement and greater perceived knowledge fostered by Design Course 2 are not merely academic gains; they can possibly be translated into a more informed and nuanced approach to resource allocation, program evaluation and strategic planning within the municipal public

Table 6. Learning result pre- and post-test by quasi-experiment group

Descriptive statistic	Groups	Pre score	Post score	Improvement in score
Average	Group A – Lecture	4.40	5.50	1.10
	Group B – PBL	6.08	7.08	1.00
	Group C – Storytelling	5.91	6.55	0.64
Standard deviation	Group A – Lecture	1.35	1.58	
	Group B – PBL	1.24	1.62	
	Group C – Storytelling	1.76	1.37	
p Shapiro–Wilk	Group A – Lecture	0.440	0.849	
	Group B – PBL	0.004	0.057	
	Group C – Storytelling	0.070	0.099	

Table 7. Wilcoxon test[a] statistics by groups

Groups		Pre score – Post score
Group A – Lecture	Z	−1.741[b]
	Significance Sig. (2 tailed)	0.082
Group B – PBL	Z	−2.588[b]
	Significance Sig. (2 tailed)	0.010
Group C – Storytelling	Z	−1.000[b]
	Significance Sig. (2 tailed)	0.317

Note(s): [a]Wilcoxon Signed Ranks Test, [b]Based on negative ranks

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

sector. For instance, a manager with a clearer grasp of direct versus indirect costs, or the long-term implications of various spending choices, is better equipped to prioritize investments, identify inefficiencies and justify budget requests with evidence-based reasoning. The improvement in post-test scores, reflecting a stronger cognitive understanding, can be seen as a proxy for the increased capacity to analyze and integrate complex cost data into practical management scenarios. This suggests that the pedagogical approach of Design Course 2 can actively cultivate the analytical competencies necessary for public managers to move beyond intuitive judgments and adopt a more systematic, cost-conscious decision-making framework in their daily operations, possibly leading to more effective and accountable public resource management.

5. Discussion and final considerations

This study seeks to advance the use of cost information by designing and validating an experiential course for municipal public managers on its application in decision-making. Grounded in Experiential Learning Theory (Kolb, 1984), the course aimed to address a fundamental barrier to adoption by enhancing managers' understanding of cost information.

The participants reflected diversity in educational background, age and years of service in the public sector, an outcome consistent with the observations of Nowotny *et al.* (1982) and Cohen and Karatzimas (2022), who emphasize the heterogeneous profiles and experiences of this specific audience.

The results confirmed the first proposition (P1): that an experiential course is effective in improving public managers' understanding of cost information for decision-making. This finding aligns with the evidence reported by Chiang *et al.* (2021) and Lee *et al.* (2022), who document the positive effects of experiential learning in teaching accounting content, as well as with the theoretical framework of Kolb (1984).

However, the analysis revealed no statistically significant differences among the three quasi-experimental groups. Consequently, no support was found for the second proposition (P2): that distinct experiential learning activities in the Concrete Experience stage of Kolb's cycle would differentially affect learning outcomes, given the characteristics of the quasi-experimental data.

It was observed, however, when considering other factors together, such as the greater engagement of Group B – PBL participants, greater perception of increased knowledge by this group, and the improvement in the post-test score, that Design Course 2 (experiential activity using the active methodology PBL) is the most suitable course format for this context.

Thus, this study contributes theoretically to accounting education in the public sector by testing the use of a theoretical foundation, in this case, Experiential Learning Theory, in teaching accounting and its branches to users of accounting information, such as public managers. This can help scholars and educators interested in applying learning theories to professional training, highlighting how a structured pedagogical approach can bridge the gap between theoretical knowledge and practical application in public financial management. Similarly, it confirms the benefits of using Kolb's cycle and presents new reflections on the use of active methodologies in the Concrete Experience phase.

In terms of practical contribution, the proposition of an artifact (course) aimed at contributing to the promotion of the use of cost information in the decision-making processes of municipal public managers stands out. This offers a concrete, replicable model for training managers in different institutions and government agencies both nationally and internationally. Practitioners can learn from the experiential course design and the specific insights from the PBL group to enhance the financial literacy of their own public managers. These insights are relevant for informing public financial management practices in other contexts, by providing a framework for developing effective and engaging training programs that go beyond traditional lectures. Furthermore, it provides interesting insights into adopting Experiential Learning Theory in public manager training.

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 111

As limitations of this research, the sample size stands out, which exploratorily provides good insights for the course, but the results cannot be generalized, as they do not allow for statistical assertions. Therefore, for future studies, it is suggested to increase the sample size, as well as to test the application of other active methodologies.

References

Alonso, M. (1999), "Custos no serviço público", *Revista do Serviço Público*, Vol. 50 No. 1, pp. 37-63, doi: 10.21874/rsp.v50i1.

Bardin, L. (2021), *Análise de Conteúdo*, Vol. 70, Edições, Lisboa.

Bryson, J.M. (2011), *Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations: A Guide to Strengthening and Sustaining Organizational Achievement*, John Wiley and Sons, San Francisco.

Butler, M.G., Church, K.S. and Spencer, A.W. (2019), "Do, reflect, think, apply: experiential education in accounting", *Journal of Accounting Education*, Vol. 48 No. 1, pp. 12-21, doi: 10.1016/j.jaccedu.2019.05.001.

Campbell, D.T. and Stanley, J.C. (2015), *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research*, Ravenio Books.

Cardoso, G.P. and Rodrigues, E.C.C. (2023), "Contabilidade Pública Gerencial: Uma Análise da Informação de Custos à Luz da Percepção dos Gestores Públicos", *Brazilian Business Review*, Vol. 21 No. 1, pp. 2-22, doi: 10.15728/bbr.2021.1158.pt.

Carvalho, J.B., Gomes, P.S. and Fernandes, M.J. (2012), "The main determinants of the use of the cost accounting system in Portuguese local government", *Financial Accountability and Management*, Vol. 28 No. 3, pp. 306-334, doi: 10.1111/j.1468-0408.2012.00547.x.

Cavichioli, D., Dall'asta, D., Fiirst, C. and Baldissera, J.F. (2018), "Fatores contingenciais que afetam a implementação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) na percepção dos controllers e contadores municipais", *Advances in Scientific and Applied Accounting*, Vol. 11 No. 2, pp. 188-204, doi: 10.14392/ASAA.2018110201.

Chiang, C., Wells, P.K. and Xu, G. (2021), "How does experiential learning encourage active learning in auditing education?", *Journal of Accounting Education*, Vol. 54 No. 1, 100713, doi: 10.1016/j.jaccedu.2020.100713.

CIMA (2005), *CIMA Official Terminology*, CIMA, Oxford.

Cohen, S. and Karatzimas, S. (2022), "New development: public sector accounting education for users embedding eLearning and technology in teaching", *Public Money and Management*, Vol. 42 No. 4, pp. 291-293, doi: 10.1080/09540962.2021.1986302.

Colauto, R.D. and Beuren, I.M. (2013), "Coleta, Análise e Interpretação dos Dados", in Beuren, I.M. (Ed.), *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*, 3rd ed., São Paulo, Atlas, pp. 76-96.

Dean, K.L., Wright, S. and Forray, J.M. (2020), "Experiential learning and the moral duty of business schools", *The Academy of Management Learning and Education*, Vol. 19 No. 4, pp. 569-583, doi: 10.5465/amle.2018.0335.

Dresch, A., Lacerda, D.P. and Antunes Junior, J.A. (2015), *Design Science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia*, Bookman, Porto Alegre, RS.

Fernandes, E.S. and Bezerra Filho, J.E. (2016), "Subsistema de informação de custos no setor público: proposta de um modelo de mensuração e acumulação com base na contabilidade por competência", *Advances in Scientific and Applied Accounting*, Vol. 9 No. 2, pp. 204-223, doi: 10.14392/ASAA.2016090205.

Ferreira, T.S., Ferri, C.M., Amâncio Vieira, S.F., Vinsentin, I.C. and Capucho, P.H.P. (2019), "Custos na administração pública: análise dos custos educacionais em Luziânia/go", *Revista Contabilidade e Controladoria*, Vol. 11 No. 2, doi: 10.5380/rcc.v11i2.71019.

Fink, L.D. (2003), *Creating Significant Learning Experiences an Integrated Approach to Designing College Courses*, Jossey-Bass, San Francisco.

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 112

Gittings, L., Taplin, R. and Kerr, R. (2020), "Experiential learning activities in university accounting education: a systematic literature review", *Journal of Accounting Education*, Vol. 52, 100680, doi: 10.1016/j.jaccedu.2020.100680.

Hood, C. (1995), "The New Public Management in the 1980's: variations on a theme", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 20 No. 3, pp. 93-109, doi: 10.1016/0361-3682(93)E0001-W.

Hood, C. and Peters, G. (2004), "The middle aging of new public management: into the age of paradox?", *Journal of Public Administration Research and Theory*, Vol. 14 No. 3, pp. 267-282, doi: 10.1093/jopart/muh019.

Jethon, A. and Reichard, C. (2022), "Usability and actual use of performance information in German municipal budgets: the perspective of local politicians", *Public Money and Management*, Vol. 42 No. 3, pp. 152-159, doi: 10.1080/09540962.2021.1966193.

Kaplan, R. and Norton, D. (1992), "The balanced scorecard—measures that drive performance", *Harvard Business Review*, Vol. 70 No. 1, pp. 71-79, available at: https://hbr.org/1992/01/the-balanced-scorecard-measures-that-drive-performance-2?language=pt (accessed 19 June 2025).

Karatzimas, S., Heiling, J. and Aggestam-Pontoppidan, C. (2022), "Public sector accounting education: a structured literature review", *Public Money and Management*, Vol. 42 No. 7, pp. 543-550, doi: 10.1080/09540962.2022.2066356.

Kolb, D.A. (1984), *Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development*, Prentice Hall, Cambridge, MA.

Kolb, A. and Kolb, D.A. (2005), "Learning styles and learning spaces: enhancing experiential learning in higher education", *The Academy of Management Learning and Education*, Vol. 4 No. 2, pp. 193-212, doi: 10.5465/amle.2005.17268566.

Kosmas, I.D. and Dimitropoulos, P.E. (2014), "Activity based costing in public sport organizations: evidence from Greece", *Research Journal of Business Management*, Vol. 8 No. 2, pp. 130-138, doi: 10.3923/rjbm.2014.130.138.

Lee, L.S., Appelbaum, D. and Mautz, R.D. (2022), "Blockchains: an experiential accounting learning activity", *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, Vol. 19 No. 1, pp. 181-197, doi: 10.2308/JETA-2020-009.

Leuz, C. (2022), "Towards a design-based approach to accounting research", *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 74 Nos 2-3, pp. 1-9, doi: 10.1016/j.jacceco.2022.101550.

Lutilsky, I.D., Vašiček, V. and Vašiček, D. (2012), "Cost planning and control in Croatian public sector", *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, Vol. 25 No. 2, pp. 413-434, doi: 10.1080/1331677X.2012.11517515.

Machado, N. and Holanda, V.B.D. (2010), "Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil", *Revista de Administração Pública*, Vol. 44 No. 4, pp. 791-820, doi: 10.1590/S0034-76122010000400003.

March, S.T. and Smith, G.F. (1995), "Design and natural science research on information technology", *Decision Support Systems*, Vol. 15 No. 4, pp. 251-266, doi: 10.1016/0167-9236(94)00041-2.

Mättö, T. and Sippola, K. (2016), "Cost management in the public sector: legitimation behaviour and relevant decision making", *Financial Accountability and Management*, Vol. 32 No. 2, pp. 179-201, doi: 10.1111/faam.12085.

Milne, M.J. and McConnell, P.J. (2001), "Problem-based learning: a pedagogy for using case material in accounting education", *Accounting Education*, Vol. 10 No. 1, pp. 61-82, doi: 10.1080/09639280122712.

Mohr, Z.T. (2015), "An analysis of the purposes of cost accounting in large U.S. Cities", *Public Budgeting and Finance*, Vol. 35 No. 1, pp. 95-115, doi: 10.1111/pbaf.12059.

Mohr, Z.T., Raudla, R. and Douglas, J.W. (2021), "Comparing cost accounting use across European countries: the role of administrative traditions, NPM instruments, and fiscal stress", *Public Administration Review*, Vol. 81 No. 2, pp. 299-307, doi: 10.1111/puar.13162.

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

Fls. 113

Nowotny, F.A., Razek, J.R. and Hosch, G.A. (1982), "Off-campus training for local government finance employees", *The Journal of Continuing Higher Education*, Vol. 30 No. 4, pp. 26-27, doi: 10.1080/07377366.1982.10401331.

Peffers, K., Tuunanen, T., Rothenberger, M.A. and Chatterjee, S. (2007), "A design science research methodology for information systems research", *Journal of Management Information Systems*, Vol. 24 No. 3, pp. 45-77, doi: 10.2753/MIS0742-1222240302.

Pereira, A.L. and Romão, A.L. (2015), "A implementação do sistema de contabilidade de custos nos municípios portugueses", *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Vol. 12 No. 27, p. 165, doi: 10.5007/2175-8069.2015v12n27p165.

Pfiffner, R., Ritz, A. and Brewer, G.A. (2021), "Performance information use under financial stress: how do public, nonprofit, and private organizations differ?", *Public Performance and Management Review*, Vol. 44 No. 1, pp. 1-27, doi: 10.1080/15309576.2020.1796724.

Poljašević, J., Vašiček, V. and Kostić, M.D. (2021), "Public managers' perception of the usefulness of accounting information in decision-making processes", *Public Money and Management*, Vol. 41 No. 6, pp. 456-465, doi: 10.1080/09540962.2021.1906534.

Pollitt, C. and Bouckaert, G. (2004), *Public Management Reform: A Comparative Analysis*, Oxford University Press, Oxford.

Rogošić, A. (2021), "Public sector cost accounting and information usefulness in decision-making", *Public Sector Economics*, Vol. 45 No. 2, pp. 209-227, doi: 10.3326/pse.45.2.2.

Schoute, M. and Budding, T. (2017), "Stakeholders' information needs, cost system design, and cost system effectiveness in Dutch local government", *Financial Accountability and Management*, Vol. 33 No. 1, pp. 77-101, doi: 10.1111/faam.12116.

Shank, J. and Govindarajan, V. (1997), *A Revolução dos Custos: Como Reinventar e Redefinir sua Estratégia de Custos para Vencer em Mercados Crescentemente Competitivos*, 4th ed., Campus, Rio de Janeiro, RJ.

ter Bogt, H.J. (2008), "Management accounting change and new public management in local government: a reassessment of ambitions and results - an institutionalist approach to accounting change in the Dutch public sector", *Financial Accountability and Management*, Vol. 24 No. 3, pp. 209-241, doi: 10.1111/j.1468-0408.2008.00451.x.

van Aken, J.E. (2004), "Management research based on the paradigm of the design sciences: the quest for FieldTested and grounded technological rules", *Journal of Management Studies*, Vol. 41 No. 2, pp. 219-246, doi: 10.1111/j.1467-6486.2004.00430.x.

van Helden, G.J. and Huijben, M. (2014), "Controlling overhead in public sector organizations", *International Journal of Public Sector Management*, Vol. 27 No. 6, pp. 475-485, doi: 10.1108/IJPSM-07-2013-0102.

van Helden, G.J. and Reichard, C. (2019), "Making sense of the users of public sector accounting information and their needs", *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, Vol. 31 No. 4, pp. 478-495, doi: 10.1108/JPBAFM-10-2018-0124.

Verbeeten, F.H.M. (2011), "Public sector cost management practices in The Netherlands", *International Journal of Public Sector Management*, Vol. 24 No. 6, pp. 492-506, doi: 10.1108/09513551111163620.

Wolfswinkel, J.F., Furtmueller, E. and Wilderom, C.P.M. (2013), "Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature", *European Journal of Information Systems*, Vol. 22 No. 1, pp. 45-55, doi: 10.1057/ejis.2011.51.

Corresponding author
Carla Bonato Marcolin can be contacted at: cbmarcolin@gmail.com

For instructions on how to order reprints of this article, please visit our website:
www.emeraldgrouppublishing.com/licensing/reprints.htm
Or contact us for further details: **permissions@emeraldinsight.com**

Downloaded from http://www.emerald.com/jpbafm/article-pdf/doi/10.1108/JPBAFM-06-2025-0160/11122843/jpbafm-06-2025-0160en.pdf by UFRGS user on 07 January 2026

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 114

PREÇO DE MERCADO

A empresa **Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ nº **65.953.657/0001-19**, especializada na capacitação e no aperfeiçoamento de servidores públicos, apresenta seu preço de mercado para cursos abertos com carga horária de 16 horas.

Para o exercício de 2026, informa-se que o valor médio praticado pela empresa para cursos presenciais de capacitação, com duração de 16 horas, é de R$ 2.099,00 por participante.

A Capaccitar Brasil reafirma seu compromisso com a oferta de treinamentos de alta qualidade, ministrados por profissionais experientes e voltados ao desenvolvimento técnico dos servidores públicos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Dessa forma, o presente valor representa o preço médio de mercado praticado pela empresa para cursos com características semelhantes, considerando carga horária, metodologia, material didático, estrutura de atendimento e qualidade técnica dos instrutores.

Prefeitura Sorriso	**Câmara Barra do Bugres**	**Prefeitura Água Boa**
R$ 2.099,00	R$ 1.999,00	R$ 2.099,00

MINUTA DO EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
NOTA DE EMPENHO
ESTADO DE MATO GROSSO

C.N.P.J.: 00.176.362/0001-38
Município: ITIQUIRA

Fls. 116

Data:
Usuário:

Data do Empenho:
N° do Empenho:

Órgão:
Unidade:
Funcional:
Projeto/Atividade:
Natureza de Despesa:
Recurso:

Valor Dotação:
Valor Dotação Atualizada:
Total (A):

Empenhos anteriores:
Valor do empenho:
Valor complemento:
Valor anulado:
Total (B):
Total (A - B):

lor:
./CNPJ: **Inscr.Est./Ident.Prof.:** **Telefone:**
Endereço: **Cidade:** Itiquira **UF:** MT
Banco: **Conta:**
Agência: **Tipo da Conta:**

Especificação:

Fonte de Recurso: **Valor geral:**

Pagamentos: **N° Pagamento.:** **Conta Bancária.:** **Valor .:**
Valor Total Pago.:
Valor Total à Pagar.:

Fundamento legal:
Modal. Licitação:
Número Licitação:
Número Processo:
Número Contrato:
Número Aditivo/Apost.:
Data homologação:
Data contrato:
Data Aditivo/Apost.:

Data:

claro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (Fornecido/prestado) _____
Responsável

EDIOMAR GOBBI
..111-**
Presidente

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

Fls. 117

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 118

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

DETALHE DO ITEM: 00034740

Download

SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - PALESTRA SOBRE FORMACAO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA AREA DA EDUCACAO (PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL E FUNDAMENTAL), CARGA HORARIA 16 HORAS.

Código:	Exercício:	Incluído em:
00034740	2017	03/12/2019

Unidades de Fornecimento:

- ALUNO (cód.: 1974)
- DIARIA (cód.: 1089)
- HORA (cód.: 1091)
- MÊS (cód.: 1092)
- MODULO (cód.: 1934)
- REAL (cód.: 2715)
- UNIDADE (cód.: 1)

Grupo / Classe / Material ou Serviço:

SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS (cód 8) → SERVICOS NA AREA EDUCACIONAL (cód 803) → SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL (cód 31154)

realizar outra pesquisa

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

Fls. 119

CADASTRO DO(S) FORNECEDOR(ES)

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Relatório de Fornecedores

Nome do Fornecedor:
CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

Tipo de Pessoa:
Juridica

Situação de Pessoa:
Ativo

CPF / CNPJ:
31.825.556/0001-40

Data da Inclusão:
27/02/2019

Endereços:
R Rua Barão de Melgaço, 3988 – CENTRO, Cuiabá - Mato

Telefones:
(65) 9915-6662

E-mails:
Não Informado

Sites:
Não Informado

Natureza Jurídica:
Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

Responsável:
–

Qualificação:
Não Informado

Fls. 120

Porte:	Órgão do Registro:	Número:	Data:
Empresa Pequeno Porte	Junta Comercial		27/02/2019
Inscrição Municipal:	**Município da Inscrição:**	**Inscrição Estadual:**	**Estado da Inscrição:**

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 121

DOCUMENTOS

DA EMPRESA

EMPRESA: CAPACCITAR BRASIL

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Fls. 122

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2600089503

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CUIABA
Local

26 Março 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Fls. 123

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/062.012-2	MTB2600089503	23/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 18:51:31
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.
KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 124

CONTRATO SOCIAL DE DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhão Universal, nascido em 29/03/1985, profissão: ADVOGADA, nº do CPF: 001.688.691-79, identidade: 26393506, órgão expedidor: SEJUSP-MT, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): AVENIDA DOS FLORAIS, número 01, bairro RIBEIRAO DO LIPA, COND: FLORAIS DO VALLE; QUADRA: 02; CASA: 01; município CUIABA - MT, CEP: 78.048-907.

Resolve(m), em comum acordo (se for o caso), constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA BARAO DE MELGACO, número 3988, bairro CENTRO-NORTE, EDIF: LEBLON; APT: 808;, município CUIABA - MT, CEP: 78.005-300.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO (ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades a partir de 23/03/2026 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.
KENNER LANGNER DA SILVA SECRETÁRIO GERAL

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL reais) divididos em 40.000 quota(s), no valor nominal de R$ 1,00 (UM real), cada uma, formado por R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL reais) em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s) da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	40.000	R$ 40.000,00
Total	40.000	R$ 40.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC)

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida:

Pela sócia **VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, em nome da pessoa jurídica, dentre ele(s):

A) abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito;

B) realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio;

C) contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos;

D) realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos;

E) contratar ou cancelar seguros;

F) outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima;

G) prestar garantias;

H) solicitar a aquisição de novos produtos financeiros;

Fls. 125

Parágrafo Único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC)

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.
KENNER LANGNER DA SILVA SECRETÁRIO GERAL

Fls. 126

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Nona - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)

Cláusula Décima - A sociedade adotará como nome fantasia CAPACCITAR BRASIL.

Cláusula Décima Primeira - A(s) parte(s) elege(m) o foro CUIABA - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

CUIABA, 23 de março de 2026.

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES: Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.
KENNER LANGNER DA SILVA SECRETÁRIO GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/062.012-2	MTB2600089503	23/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 18:51:32
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Fls. 127

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.
KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 128

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, de NIRE 5120315972-3 e protocolado sob o número 26/062.012-2 em 23/03/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51203159723, em 26/03/2026. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Dahirze Oliveira.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 17:51:31
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SyngularID Multipla	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 17:51:32
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SyngularID Multipla	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/03/2026

SRM

Documento assinado eletronicamente por Dahirze Oliveira, Servidor(a) Público(a), em 26/03/2026, às 17:51.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 26/062.012-2.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Fls. 129

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA

Cuiabá. quinta-feira, 26 de março de 2026

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 130

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 **MATRIZ**		**26/03/2026**

NOME EMPRESARIAL
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CAPACCITAR BRASIL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BARAO DE MELGACO	**3988**	**EDIF LEBLON APT 808**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-300	**CENTRO-NORTE**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM	**(65) 9915-6662/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/03/2026**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/03/2026** às **18:21:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

SIMPLES NACIONAL

TERMO DE DEFERIMENTO DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

(Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fls. 131

DADOS DA MATRIZ

NOME EMPRESARIAL: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**
DATA DA SOLICITAÇÃO: **27/03/2026**
DATA DE INSCRIÇÃO DO CNPJ: **27/03/2026**

Sua opção pelo Simples Nacional está confirmada com efeitos a partir de 27/03/2026.

A confirmação desta opção não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para o ingresso no Simples Nacional previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006. Resguarda-se às Administrações Tributárias o direito de anular esta opção na hipótese de declaração falsa por parte da pessoa jurídica.

Sua opção pelo Simples Nacional implica aceitação obrigatória de sistema de comunicação eletrônica (DTE-SN), destinado, dentre outras finalidades, a:

I – cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção pelo Simples Nacional, à exclusão desse Regime e a ações fiscais;

II – encaminhar notificações e intimações; e

III – expedir avisos em geral.

O DTE-SN não exclui outras formas de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações dos entes federados, incluídas as eletrônicas.

O sistema de comunicação eletrônica implicará o seguinte:

I – as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II – a comunicação será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III – a ciência com utilização de certificação digital ou de código de acesso possui os requisitos de validade;

IV – considerar-se-á realizada a ciência da comunicação na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação;

V – na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;

VI – a consulta às comunicações do sistema deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal, sob pena de ser considerada, automaticamente, realizada na data do término desse prazo.

NÚMERO DO RECIBO
26659536573075535 69

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
39463DD5E7138D8D688EF2079606F7907A891AE2

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 132

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMPRESA: CAPACCITAR BRASIL

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

Fls. 133

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **DE CARLI TREINAMENTOS**, inscrita no CNPJ n. 65.953.657/0001-19, nome fantasia **CAPACCITAR BRASIL**, com sede na Avenida Barão de Melgaço, n. 3988, Edifício Leblon, sala 808, Centro Norte, em Cuiabá-MT, CEP 78.005-300, prestou serviços de capacitação profissional à **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS**, com plena eficiência, responsabilidade e qualidade técnica.

O objeto executado consistiu na realização do treinamento "**CURSO NR-1 NA PRÁTICA**", realizado na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 16 e 17 de abril de 2026, com carga horária total de 12 (doze) horas.

O curso abordou conteúdos relacionados à Norma Regulamentadora NR-1, gerenciamento de riscos ocupacionais, segurança no ambiente de trabalho e adequações legais aplicáveis ao setor público.

Declaramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, com cumprimento integral da carga horária, pontualidade, organização e excelente desempenho técnico, não havendo qualquer fato que desabone sua capacidade técnica e profissional.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Porto dos Gaúchos-MT, 28 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
PRISCILA DE MOURA
Data: 30/04/2026 08:30:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PRISCILA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

Fls. 134

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **DE CARLI TREINAMENTOS**, inscrita no CNPJ n. 65.953.657/0001-19, nome fantasia **CAPACCITAR BRASIL**, com sede na Avenida Barão de Melgaço, n. 3988, Edifício Leblon, sala 808, Centro Norte, em Cuiabá-MT, CEP 78.005-300, prestou serviços de capacitação profissional à **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS**, com plena eficiência, responsabilidade e qualidade técnica.

O objeto executado consistiu na realização do treinamento "**REDAÇÃO OFICIAL E LEGISLATIVA COM APOIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL -IA**", realizado na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 16 e 17 de abril de 2026, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas.

O curso abordou conteúdos relacionados à elaboração de documentos oficiais, técnicas de redação administrativa, correspondências institucionais, atos normativos, linguagem formal e procedimentos aplicáveis ao Poder Legislativo.

Declaramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, com cumprimento integral da carga horária, pontualidade, organização e excelente desempenho técnico, não havendo qualquer fato que desabone sua capacidade técnica e profissional.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Porto dos Gaúchos-MT, 28 de abril de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PRISCILA DE MOURA
Data: 30/04/2026 08:31:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PRISCILA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA
IPIRANGA
DO NORTE
Compromisso · Inovação · Desenvolvimento

Fls. 135

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ n. 65.953.657/0001-19**, executou satisfatoriamente os serviços de capacitação e treinamento, por meio da realização do curso abaixo relacionado.

Curso	Data	Carga Horária
Avançado em Hanseníase: Detecção Precoce e Tratamento.	18 e 19 de junho de 2026.	16h

Declaramos que os serviços foram prestados de forma satisfatória, atendendo aos objetivos propostos, à carga horária prevista e à qualidade esperada, demonstrando a empresa contratada capacidade técnica, organização, responsabilidade e adequada execução das atividades de treinamento.

Atestamos, ainda, que, segundo avaliação dos participantes, os cursos foram ministrados com êxito, com domínio técnico do conteúdo, boa didática e aplicação prática dos temas abordados.

Registramos, por fim, que não consta em nossos registros, até a presente data, qualquer ocorrência que desabone a conduta da empresa quanto à execução dos serviços prestados.

Ipiranga do Norte, 28 de julho de 2026.

JULIANO BERTICELLI:96862149172
Digitally signed by JULIANO BERTICELLI:96862149172
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Presencial, OU=32086150991 30, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JULIANO BERTICELLI:96862149172
Reason: I am the author of this document
Location:
Foxit PDF Reader Version: 2023.2.0

Juliano Berticelli
Prefeito Municipal

COMPROMISSO
INOVAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

Fls 136

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

CADASTROS IMPEDITIVOS

Fls. 138

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 13:26:36

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

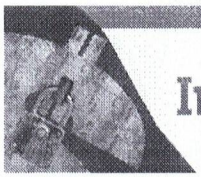
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Fls. 139

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/09/2026 às 13:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 65.953.657/0001-19.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6AA8.209B.5D8C.6291 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Fls. 140

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 MATRIZ		26/03/2026

NOME EMPRESARIAL
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CAPACCITAR BRASIL	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BARAO DE MELGACO	3988	EDIF LEBLON APT 808

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-300	CENTRO-NORTE	CUIABA	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM	(65) 9915-6662 / (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	26/03/2026

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/09/2026** às **13:28:40** (data e hora de Brasília).

Fls. 142

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
65.953.657/0001-19
NOME EMPRESARIAL:
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **14/09/2026** às **13:28:53** (data e hora de Brasília).

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 144

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

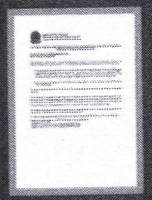
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

65953657000119 - Pesquisa Go | Resultado da Consulta de Certi | Certidão Positiva de Débitos co
Ficheiro C:/Users/SUPORTE/Downloads/Certidao-65953657000119.pdf
Todos os marcadores
Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa
1 / 1 80%



1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 415

Digite aqui para pesquisar
20°C Pred. nublado
12:29
14/09/2026

Fls. 146

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.953.657/0001-19

Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Endereço: R BARAO DE MELGACO 3988 EDIF LEBLON/ CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/09/2026 a 13/10/2026

Certificação Número: 2026091408406546731535

Informação obtida em 14/09/2026 13:30:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 147

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 65.953.657/0001-19
Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
14/09/2026	14/09/2026 a 13/10/2026	202609140840654673153 5
21/08/2026	21/08/2026 a 19/09/2026	20260821080465467315 47
28/07/2026	28/07/2026 a 26/08/2026	20260728091565467315 58
04/07/2026	04/07/2026 a 02/08/2026	20260704035165467315 86
10/06/2026	10/06/2026 a 09/07/2026	20260610035765467315 00
14/05/2026	14/05/2026 a 12/06/2026	20260514100165467315 65
20/04/2026	20/04/2026 a 19/05/2026	20260420145865467315 82

Resultado da consulta em 14/09/2026 13:31:03

Voltar

Fls. 248

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0064726087

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **04/09/2026** Hora da emissão: **20:41:16**

Nome/denominação do sujeito passivo: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **02/11/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **9MBBKLL2M292T2LT**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Certidão nº: 76364408/2026
Expedição: 14/09/2026, às 13:32:13
Validade: 13/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.953.657/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
1030652/2026	**2267833**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735593674	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 560101**

Fls. 150

3172683154726120261209321 45

NOME
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
65.953.657/0001-19	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - CENTRO NORTE - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO NORTE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 14 de setembro de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 13 de Dezembro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

Data da consulta: 14/09/2026 13:34:03

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

Fls. 152

CNPJ: **65.953.657/0001-19**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 27/03/2026**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais Informações

Voltar | Gerar PDF

Fls. 153

NÃO CONTÉM INSCRIÇÃO ESTADUAL

Secretaria de Estado de Fazenda

Governo do Estado de Mato Grosso

Data: 14/09/2026 - 12:41:18

Comprovante de Inscrição Estadual e Situação Cadastral

Tipo Documento: CNPJ 65.953.657/0001-19

Enviar Voltar

Fls. 154

Não existe contribuinte inscrito para o CNPJ informado.

Voltar

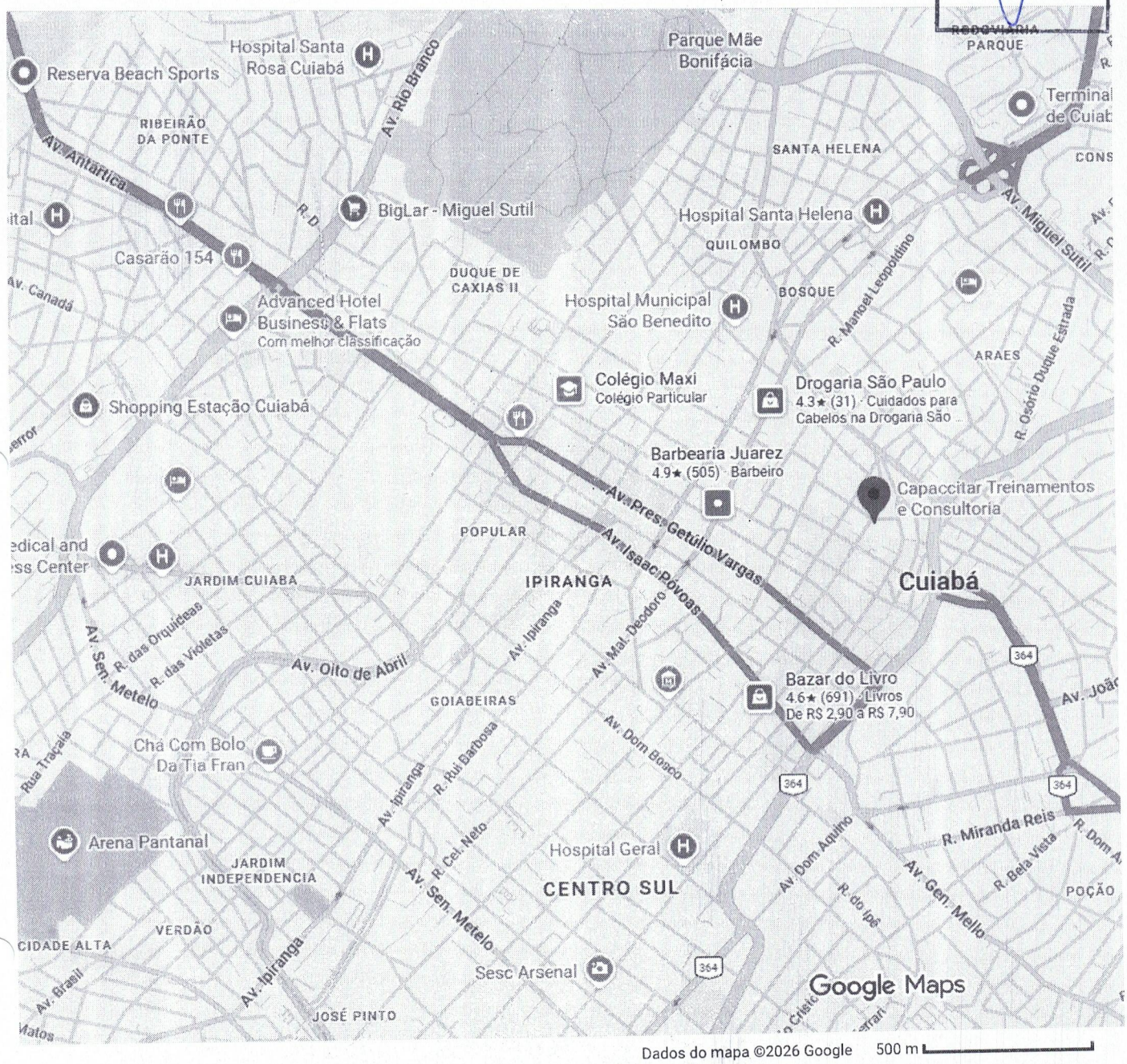
© Copyright 2001-2026 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados. v2

GOOGLE MAPS

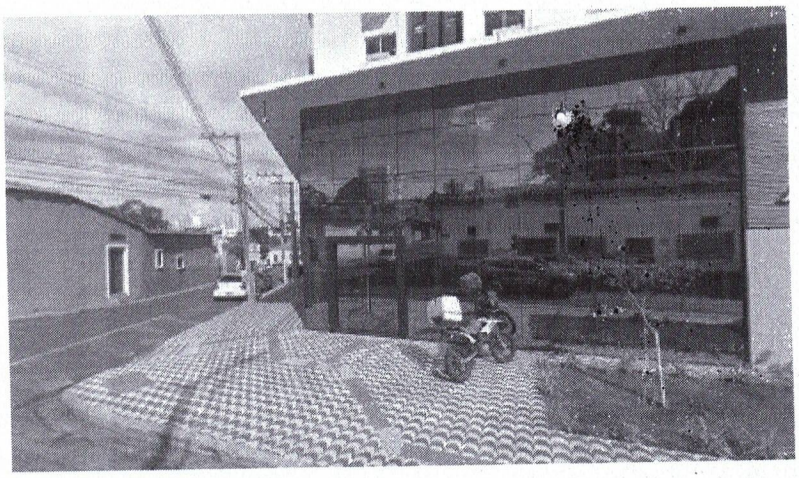
Fls. 156

Google Maps

Capaccitar Treinamentos e Consultoria



Dados do mapa ©2026 Google 500 m



Fls. 157

Capaccitar Treinamentos e Consultoria

3,0 ★★★ (1)
Consultoria

Vista geral Críticas

Direções Guardar Imediações Enviar para telemóvel Partilhar

Edif. Leblon - R. Barão de Melgaço, 3988 - Sl 808 - Centro Norte, Cuiabá - MT, 78005-300

Aberto · Fecha às 18:00

capaccitar.com.br

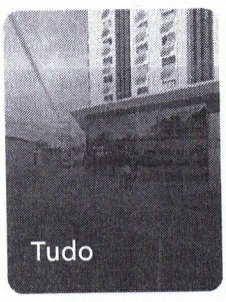
(65) 99915-6662

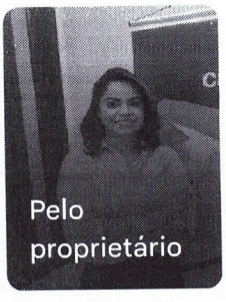
CW44+J4 Cuiabá - Coxipó da Ponte, Cuiabá - MT

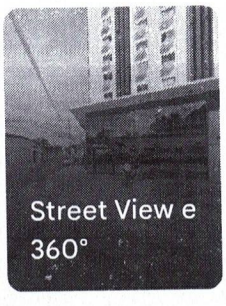
O seu histórico do Maps

Sugerir edição

Fotografias e vídeos







+ Adicione fotos e vídeos

Resumo de críticas

5
4
3
2

3,0
★★★☆☆

Fls. 158

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 09/09/2026

Dados da consulta: 14/09/2026 13:34:43

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 65953657000119

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls. 1224

Fls. 160

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUARIO

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 14/09/2026 12:34

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026.	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

Fls. 461

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

Fls. 162

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 219/2026

Itiquira - MT, 15 de setembro de 2026.

Da: Secretaria de Administração
Para: Equipe de Apoio
Sra. Joyce Cristina Silva de Oliveira
Presidente da Equipe de Apoio

Assunto: PESQUISA DE MERCADO/BALIZAMENTO DE PREÇO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio desta solicitar as providências necessárias em **caráter de urgência**, para a realização do **Balizamento de Preços**, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao Processo Administrativo nº 026/2026, Inexigibilidade 018/2026, para atender o seguinte objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO **"EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO"**, PROMOVIDO PELA EMPRESA DE CARLI TREINAMENTOS – CAPACCITAR BRASIL, A SER REALIZADO NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026, NA CIDADE DE CUIABÁ/MT, NA MODALIDADE PRESENCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS.

Sem mais para o momento coloco a disposição

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativo 001/2025

Copia das NFS para balizamento

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001348

Fls. 163

Número do processo: 000001348 Número Único: PBI.K2D.HXV-TK

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 15/09/2026

Assunto: PESQUISA

Súmula: PESQUISA DE MERCADO/ BALIZAMENTO DE PREÇO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 026/2026

Observação: CI SAD N° 219/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: EQUIPE DE APOIO

Fls. 164

PROPOSTA

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 465

CURSO

Emendas Impositivas na Prática com apoio da IA.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 166

PROPOSTA DE INVESTIMENTO

A Capaccitar Brasil é especializada na formação de servidores públicos, oferecendo capacitações técnicas e práticas que fortalecem a eficiência e a segurança da gestão pública. Com metodologia clara, instrutores qualificados e foco na aplicabilidade imediata, entregamos soluções que desenvolvem competências e contribuem para resultados concretos nos órgãos públicos. Nosso compromisso é ser uma parceira estratégica na modernização e no aprimoramento contínuo da administração pública.

1. Apresentação do Curso

As emendas impositivas são instrumentos importantes para que o Poder Legislativo participe da definição das prioridades orçamentárias e direcione recursos a projetos de interesse da comunidade.

O curso **Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização** apresenta uma abordagem prática e integrada de todo o ciclo das emendas, abrangendo fundamentos legais, viabilidade orçamentária, tramitação, aprovação, classificação da despesa, execução financeira, prestação de contas e fiscalização.

A capacitação também aborda a compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA, as fontes de recursos, os limites legais, os impedimentos técnicos e o acompanhamento da execução por meio dos Portais da Transparência.

Como diferencial, contará com laboratório prático de Inteligência Artificial para apoiar a elaboração de emendas, análises de viabilidade, pareceres, checklists, formulários e prompts de aplicação imediata

2. A Quem se Destina

- Vereadores e demais membros do Poder Legislativo Municipal;
- Assessores parlamentares e legislativos;
- Servidores das Câmaras Municipais;
- Membros das Comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- Secretários municipais e gestores públicos;

Fls. 167

- Técnicos e analistas das áreas de planejamento e orçamento;
- Contadores públicos e servidores dos setores de contabilidade;
- Controladores internos e servidores das controladorias municipais;
- Procuradores municipais e assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesas;
- Servidores responsáveis pela execução orçamentária e financeira;
- Profissionais que atuam na transparência, prestação de contas e fiscalização dos recursos públicos.

3. Benefícios do Treinamento

- Maior segurança na elaboração das emendas impositivas;
- Verificação da viabilidade orçamentária e dos requisitos legais;
- Melhor compreensão da tramitação, aprovação e execução;
- Correta classificação, contabilização e prestação de contas;
- Fortalecimento da transparência e fiscalização com apoio da IA.

4. Detalhamento do Treinamento

Data: 24 e 25 de setembro de 2026.

Carga Horária: 16 horas

Horário:

1º Dia: 08hs às 17h30 – 1h30 de almoço

Modalidade: Presencial

Local: Cuiabá

5. Programa do Curso

MÓDULO I — FUNDAMENTOS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

- Conceito de emendas parlamentares;
- emendas individuais e coletivas;
- evolução histórica das emendas impositivas;
- aspectos constitucionais e legais;
- Emenda Constitucional nº 86/2015;

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 168

- Emenda Constitucional nº 100/2019;
- ADPF 854 e seus reflexos;
- papel dos Poderes Legislativo e Executivo;
- impedimentos técnicos;
- principais mudanças e tendências.

MÓDULO II — PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, LIMITES E REQUISITOS LEGAIS

- Integração entre PPA, LDO e LOA;
- verificação da viabilidade da emenda diante do orçamento;
- recursos que podem ser utilizados;
- reserva de contingência;
- estrutura técnica da emenda;
- justificativa e plano de trabalho;
- percentuais destinados às emendas impositivas;
- destinação obrigatória para saúde e educação;
- restrições legais aplicáveis.

MÓDULO III — TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DAS EMENDAS

- Procedimentos e prazos regimentais;
- papel da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização — CFOF;
- parecer técnico;
- parecer jurídico;
- discussão e votação das emendas;
- aprovação da Lei Orçamentária Anual;
- comunicação entre os Poderes Legislativo e Executivo;
- erros mais frequentes no processo legislativo.

MÓDULO IV — CLASSIFICAÇÃO, REGISTRO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS

- Nível de classificação da despesa;
- função, subfunção, programa e ação;
- fontes e destinações de recursos;
- erros mais comuns na classificação e indicação das fontes;
- empenho, liquidação e pagamento;
- registro da emenda na contabilidade do município;

- reprogramações e prestação de contas;
- evidências da execução para fins de fiscalização.

Fls. 169

MÓDULO V — TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- Identificação das emendas na LOA;
- transparência e rastreabilidade dos recursos;
- utilização do Portal da Transparência;
- verificação da efetiva execução da emenda;
- principais apontamentos dos Tribunais de Contas.

MÓDULO VI — LABORATÓRIO PRÁTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- Elaboração de emendas com apoio da Inteligência Artificial;
- análise da viabilidade orçamentária;
- elaboração de pareceres preliminares;
- criação de checklists;
- modelo de previsão na LDO sobre emendas impositivas;
- modelo de formulário para apresentação das emendas;
- modelo de parecer técnico da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- checklist para análise e fiscalização das emendas;
- construção de uma biblioteca de prompts.

6. Instrutora



GISELI SARMENTO

Contadora pública, especialista em Gestão Pública e mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atua há 18 anos no setor público municipal, com experiência em contabilidade pública, auditoria, controle interno, elaboração de demonstrativos, assessoria à gestão e apoio técnico a prefeituras e câmaras municipais.

É professora em cursos de graduação e pós-graduação e instrutora em capacitações voltadas ao setor público. Também integra o Grupo de Pesquisa em Informação, Tecnologia e Educação em Contabilidade – GPITEC/UFRGS, com produção científica apresentada em eventos nacionais e internacionais.
Possui estudos publicados em periódicos internacionais nas áreas de gestão de custos municipais e metodologias de ensino de contabilidade para profissionais não especialistas.
É reconhecida pela didática clara, pela capacidade de traduzir conteúdos técnicos em linguagem acessível e pela abordagem prática, conectando contabilidade pública, gestão municipal e tomada de decisão.

Fls. 170

7. Metodologia

- **Aulas Expositivas:** Conceitos e fundamentos.
- **Estudo de Casos:** Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- **Debates e Dinâmicas:** Troca de experiências entre participantes.
- **Oficinas Práticas:** Elaboração de programas e simulações.

8. Resultados Esperados

- Elaborar e analisar emendas conforme os requisitos legais e orçamentários;
- Avaliar a viabilidade, as fontes de recursos e os impedimentos técnicos;
- Acompanhar a tramitação, execução e prestação de contas;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos com transparência e controle;
- Utilizar Inteligência Artificial, modelos e checklists na elaboração e fiscalização.

9. Investimento

Valor do Investimento por participante: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 171

10. Obrigações da Empresa:

- Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento.
- Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento.
- Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento.
- Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes.
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificados aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.

11. Informações para Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

12. Política de Cancelamento

- Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.
- Cancelamento pela Empresa: A Empresa Capaccitar poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir professores quando necessário.

13. Da Participação no Curso.

A inscrição deverá ser realizada diretamente pelo nosso site: www.capaccitar.com.br

A Capaccitar Treinamentos confirmará a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, garantindo tempo para que o participante organize transporte, hospedagem e demais providências necessárias.

A inscrição somente será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, autorização/ordem de serviço ou do pagamento da(s) inscrição(ões).

14. Informações Complementares

• Certificado emitido somente para participantes com mínimo de 75% de presença.

• Material de apoio exclusivo entregue aos participantes.

Fls. 172

15. Dados da Empresa

- **Nome: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**.
- **CNPJ**: 65.953.657/0001-19.
- **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com.
- **Telefone:** (65) 99694-6662 ou 99915-6662.
- **Site:** https://capaccitar.com.br/ **e Instagram**: @capaccitartreinamentos

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

PREÇOS PÚBLICOS

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 174

Preço de Mercado

A empresa Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19, especializada na capacitação e no aperfeiçoamento de servidores públicos, apresenta seu preço de mercado para cursos abertos com carga horária de 16 horas.

Para o exercício de 2026, informa-se que o valor médio praticado pela empresa para cursos presenciais de capacitação, com duração de 16 horas, é de R$ 2.099,00 por participante.

A Capaccitar Brasil reafirma seu compromisso com a oferta de treinamentos de alta qualidade, ministrados por profissionais experientes e voltados ao desenvolvimento técnico dos servidores públicos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Dessa forma, o presente valor representa o preço médio de mercado praticado pela empresa para cursos com características semelhantes, considerando carga horária, metodologia, material didático, estrutura de atendimento e qualidade técnica dos instrutores.

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
CNPJ 03.239.076/0001-62
Avenida Porto Alegre, n.° 2525 - Centro - CEP 78890-000
Fone (66) 3545-4700

Fls. 175

ORDEM DE FORNECIMENTO - 6699/2026

Empenho nº:	10383/2026-Global	Contrato nº:	----------
Processo de compra nº:	Compra direta - 180/2026	Número ARP:	----------
Condição pagamento:	CONFORME DECRETO MUNICIPAL 440/2021	Tipo contrato:	----------
Dotação:	02.001.14.422.0008.2010.3.3.90.39.1.500.0000000	Cód. Reduzido:	18

DADOS DO FORNECEDOR

Nome/ Raz. Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL — CPF/ CNPJ: 65.953.657/0001-19
Endereço: Barão de Melgaço, 3988 - Centro-Norte - CUIABÁ -MT — EDIF LEBLON APT 808 - Fone: (06) 59915-6662
E - mail: vanessa_carli@hotmail.com

RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Nome/ Raz. Social: Alei Fernandes
Estrutura Administrativa: 1.02.001.1 - GABINETE DO PREFEITO
Ação de Governo: Manutenção de Atividades do PROCON
Finalidade: SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DA SERVIDORA - NADIA ROBERTA MASTELLA CINTRA, EM CURSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA EM COMUNICAÇÃO.

ENDEREÇO PARA ENTREGA

Endereço: Avenida PORTO ALEGRE 2525 CENTRO - SORRISO-MT Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Natureza de despesa: 3.3.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento

Descrição	Unidade	Quantidade	Desc.	Preço Unitario	Valor
SERVICO CAPACITAÇÃO EM COMUNICACAO - CONTRATAÇÃO DIRETA EM COMUNICAÇÃO MARCA: Não possui	un	1,00	0	R$ 2.099,0000	R$ 2.099,00

Valor Total da Ordem de Fornecimento: R$ 2.099,00

SORRISO - MT- Terça-feira, 26 de Maio de 2026.

ALEI FERNANDES
Responsável assinatura Eletrônica/Digital
(QrCode)

Fls. 176

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AV. PLANALTO, Nº 410, CENTRO, AGUA BOA - MATO GROSSO
CNPJ: 15.023.898/0001-90 Telefone: (66)3468-6400

NAD - NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA Nº 3298/2026

FORNECEDOR: 197863 - DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ: 65.953.657/0001-19
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO: RUA BARAO DE MELGACO
BAIRRO: CENTRO NORTE **CIDADE:** CUIABA
UF: MT **CEP:** 78.005-300
TELEFONE: **E-MAIL:**

PROC. COMPRA: 916/2026
TIPO PROC.: COMPRA DIRETA
FUNDAMENTO: Art. 29, Lei 13.019/2014
MODALIDADE: -

Nº MOD.: -
ATA DE RP: -
CONTRATO: -

TIPO CONTRATO: -

REDUZIDO: 00000093
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE: 001 - FINANÇAS
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0104 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE FINANÇAS
AÇÃO: 20014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS
ELEM. DESPESA: 3390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 25 - TAXA DE ADMINISTRACAO
FONTE RECURSO: 15000000000 - RECURSO ORDINARIO
DESCRIÇÃO: DESPESA REFERENTE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE 4 SERVIDORES PARTICIPAREM DO CURSO CREDENCIAMENTO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EM CUIABÁ DE 25 A 26 DE MAIO. SECRETARIA DE FINANÇAS - RECUSO CONTA 7779-8.

ITENS

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VLR UNIT.	TOTAL
1	000000018091	TAXA DE INSCRIÇAO	UNIDADE	4,0000	2.099,0000	8.396,00

VALOR A SER EMPENHADO: 8.396,00 **TOTAL GERAL QUANTIDADE:** 4,00

VALOR POR EXTENSO: OITO MIL E TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS

Quarta-feira, 20 de Maio de 2026

Incluído Por: JULIANA BRESOLIN

Prefeitura Municipal de Cuiabá

Secretaria Municipal de Economia
Prefeitura Municipal de Cuiabá MT

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 9

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade	
01/06/2026 10:31:41	01/06/2026	510340312659536570001190000000000092606178032430 3	
Emitente da NFS-e	**Número da DPS**	**Data Emissão da DPS**	**Série da DPS**
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 65.953.657/0001-19 **Inscrição Municipal:** 336704 **Telefone:** 9915-6662
Nome/Razão Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL
Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; **CEP:** 78005-300
Cidade: Cuiabá **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: vanessa_carli@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) **Regime Apuração:** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo SN **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 15.023.898/0001-90 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (66)3468-6400
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE AGUA BOA
Nome Fantasia: AGUA BOA GABINETE DO PREFEITO
Endereço: AV. PLANALTO, 410 **CEP:** 78635-000
Cidade: Água Boa **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: prefeitura@aguaboa.mt.gov.br

Fls. 177

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 08.02.01 **NBS:** 1.2205.20.00 **Atividade Municipal:** [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profiss...
Local da Prestação: Cuiabá - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$8.396,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "CREDENCIAMENTO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP" COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, QUE OCORREU NOS DIAS 25 E 26 DE MAIO DE 2026 NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁ-MT, MINISTRADO PELO INSTRUTOR ICARO BITAR, CONFORME NAD N. 3298-2026. DADOS COMPLEMENTARES: 04 PARTICIPANTES – R$ 2.099,00 CADA DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AG: 46-9 CONTA CORRENTE: 37769-4 PIX: 31.825.556/0001-40

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$8.396,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$167,92

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** - **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 030101 **Classif. Tributária:** 000001 **Situação Tributária:** Tributação integral
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Operação:** Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado
Tipo de Ente Governamental: Município **Perc. Red. Compra Gov.:** 0% **Base de Cálculo:** R$8.228,08

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** 0,9%	**Valor CBS:** R$74,05
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,1%	**Valor IBS Est.:** R$8,23
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Alíq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
-	R$74,05	R$8,23	R$8.396,00	R$8.396,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.
• PROCON Municipal Cuiabá - Endereço: R. Joaquim Murtinho, 554 - Centro, Cuiabá - MT, 78020-290 Telefone: (65) 3632-6400 PROCON Estadual - MT - Endereço: Av. Gen. Ramiro de Noronha, 294 - 1º andar - Jardim Cuiaba, Cuiabá - MT, 78043-180 Telefone: (65) 3613-2100/151

Prefeitura Municipal de Cuiabá

Secretaria Municipal de Economia
Prefeitura Municipal de Cuiabá MT

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 116

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
19/08/2026 15:35:53	19/08/2026	51034031265953657000119000000000011626081787168151

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 65.953.657/0001-19 **Inscrição Municipal:** 336704 **Telefone:** 9915-6662
Nome/Razão Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL
Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; **CEP:** 78005-300
Cidade: Cuiabá **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: vanessa_carli@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) **Regime Apuração:** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo SN **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 15.024.011/0001-89 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE SALTO DO CEU
Nome Fantasia: MUNICIPIO DE SALTO DO CEU
Endereço: Rua Carlos Laet, 11 **CEP:** 78270-000
Cidade: Salto do Céu **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: profmautoespindola@hotmail.com

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 08.02.01 **NBS:** 1.2205.20.00 **Atividade Municipal:** [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profiss...
Local da Prestação: Cuiabá - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$2.099,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "LOA NA PRÁTICA COM IA" QUE OCORRER NOS DIAS 20 e 21 DE AGOSTO DE 2026, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁMT, MINISTRADO PELO INSTRUTORA GISELI SARMENTO, DADOS COMPLEMENTARES: 1 PARTICIPANTE R$ 2.099,00 DE CARLI TREINAMENTOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 23639 CONTA CORRENTE: 766119 PIX: 65953657000119

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$2.099,00 **Alíquota:** 2,46% **Vl. ISSQN:** R$51,64

Fls. 178

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** - **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 030101 **Classif. Tributária:** 000001 **Situação Tributária:** Tributação integral
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Operação:** Fornecimento e recebimento do pagamento concomitantes
Tipo de Ente Governamental: Município **Perc. Red. Compra Gov.:** 0% **Base de Cálculo:** R$2.047,36

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** 0,9%	**Valor CBS:** R$18,43
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,1%	**Valor IBS Est.:** R$2,05
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Alíq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
-	R$18,43	R$2,05	R$2.099,00	R$2.099,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.
• PROCON Municipal Cuiabá - Endereço: R. Joaquim Murtinho, 554 - Centro, Cuiabá - MT, 78020-290 Telefone: (65) 3632-6400 PROCON Estadual - MT - Endereço: Av. Gen. Ramiro de Noronha, 294 - 1º andar - Jardim Cuiaba, Cuiabá - MT, 78043-180 Telefone: (65) 3613-2100/151

Fls. 179

POSICIONAMENTO DA EQUIPE DE APOIO

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI EA - N º 025/2026

Itiquira-MT, 15 de setembro de 2026.

DA: EQUIPE DE APOIO
PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA
SECRETÁRIA.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026, INEXIGIBILIDADE 018/2026

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta vossa a **CI SAD nº 219/2026**, encaminhar-lhe o Demonstrativo da Composição de Preços, devidamente pautado no Art. 23 da lei 14.133/2021, para atender o objeto abaixo:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO **"EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO"**, PROMOVIDO PELA EMPRESA DE CARLI TREINAMENTOS – CAPACCITAR BRASIL, A SER REALIZADO NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026, NA CIDADE DE CUIABÁ/MT, NA MODALIDADE PRESENCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS.

Solicito que o respectivo Demonstrativo da Composição de Preços e o Relatório Circunstanciado, sejam submetidos a Autoridade Competente para a devida apreciação e aprovação.

Caso a Autoridade Competente, adote posicionamento contrário ao sugerido do respectivo demonstrativo, sugere que a decisão seja formalmente registrada e anexada do respectivo processo.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001055/2026

Fls. 181

Número do processo: 000001055/2026 Número Único: 1PO.EAG.XDL-JF

Requerente: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 15/09/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 026/2026 INEXIGIBILIDADE 018/2026

Observação: CI EA N° 025/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 182

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) inscrição destinada à participação do servidor Anfilófio Pereira Campos Sobrinho, matrícula funcional nº 522, ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira, no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", na modalidade presencial, em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026.

Item	Código TCE-MT	Descrição do item	Unid.	Qtd.	Proposta comercial	Ordem de Fornecimento nº 6.699 – Sorriso/MT	NFS-e nº 9 – Água Boa/MT	NFS-e nº 116 – Salto do Céu/MT
1	000347-40 (código similar)	01 inscrição no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", evento presencial em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 horas.	Inscrição	1	R$ 2.099,00	R$ 2.099,00	R$ 2.099,00	R$ 2.099,00

Fls. 193

APURAÇÃO ESTATÍSTICA E DEFINIÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

Média dos valores R$	Mediana dos valores R$	Limite de inexequibilidade – 75% da média R$	Limite excessivamente elevado – 200% da média R$	Média ajustada R$	Mediana ajustada R$	Valor unitário final R$	Valor total final R$
2.099,00	2.099,00	1.574,25	4.198,00	2.099,00	2.099,00	2.099,00	2.099,00

JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

Para demonstrar os preços anteriormente praticados pela futura contratada em serviços semelhantes, foram examinados os documentos fiscais e administrativos abaixo relacionados. Todos se referem a inscrições em cursos presenciais de capacitação destinados a agentes públicos, realizados em Cuiabá/MT e com carga horária de 16 (dezesseis) horas.

Órgão tomador do serviço	CNPJ	Documento	Data	Quantidade	Valor unitário
Município de Sorriso/MT	03.239.076/0001-62	Ordem de Fornecimento nº 6.699/2026	26/05/2026	1	R$ 2.099,00
Município de Água Boa/MT	15.023.898/0001-90	NAD nº 3.298/2026 e NFS-e nº 9	01/06/2026[1]	4	R$ 2.099,00
Município de Salto do Céu/MT	15.024.011/0001-89	NFS-e nº 116	19/08/2026	1	R$ 2.099,00

Fls. 287

A NAD Nº 3.298/2026 foi emitida em 20/05/2026, enquanto a correspondente NFS-e nº 9 foi emitida em 01/06/2026.

A Nota de Autorização de Despesa nº 3.298/2026 e a NFS-e nº 9 correspondem à mesma contratação realizada pelo Município de Água Boa/MT. Por essa razão, foram examinadas conjuntamente e consideradas como uma única referência de preço, evitando-se a duplicidade da amostra.

Além desses preços, foi considerada a proposta de investimento apresentada pela empresa **De Carli Treinamentos Ltda. – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ nº **65.953.657/0001-19**, para o objeto do Processo Administrativo nº 026/2026, no valor unitário e total de **R$ 2.099,00**, correspondente a 01 (uma) inscrição.

Os documentos apresentados não correspondem integralmente ao mesmo conteúdo programático do curso pretendido pela Câmara Municipal de Itiquira. Entretanto, referem-se a serviços semelhantes da mesma natureza, equivalente quanto a modalidade presencial e a carga horária, prestados pela própria futura contratada, envolvendo capacitação presencial de agentes públicos, carga horária de 16 horas e realização em Cuiabá/MT.

A média e a mediana apuradas correspondem a **R$ 2.099,00**. Nenhum dos valores ficou abaixo de 75% da média ou atingiu o equivalente a 200% da média, razão pela qual não houve exclusão de amostras.

Também não foram identificados indícios de sobrepreço, pois o valor unitário da proposta apresentada à Câmara Municipal de Itiquira coincide com os valores unitários registrados nas três contratações utilizadas como referência.

Adota-se como preço de referência o valor unitário e total de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)**, correspondente à contratação de 01 (uma) inscrição.

Fls. 125

O valor encontra-se no mesmo patamar dos preços praticados pela futura contratada em serviços semelhantes, presenciais e com a mesma carga horária, não revelando indício de inexequibilidade ou de preço excessivamente elevado segundo os parâmetros utilizados no demonstrativo.

Itiquira/MT, 15 de setembro de 2026.

Joyce Cristina Silva de Oliveira

JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa nº 022/2026

Fls. 136

Fls. 187

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

RELATÓRIO TÉCNICO CIRCUNSTANCIADO
DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Fls. 188

1. IDENTIFICAÇÃO E FINALIDADE

O presente Relatório Técnico Circunstanciado apresenta a análise crítica do Demonstrativo da Composição de Preços elaborado para o Processo Administrativo nº 026/2026, destinado à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. A análise tem por finalidade verificar a adequação das fontes consultadas, o tratamento dos valores coletados, a metodologia utilizada e a compatibilidade do preço proposto com os valores praticados pela futura contratada em serviços semelhantes.

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) inscrição destinada à participação do servidor Anfilófio Pereira Campos Sobrinho, matrícula funcional nº 522, ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira, no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", na modalidade presencial, em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026.

Item	Código TCE-MT	Unidade	Quantidade	Valor
1	000347-40 código similar	Inscrição	1	R$ 2.099,00

Futura contratada: De Carli Treinamentos Ltda. – Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E REGULAMENTAR

A análise observa as disposições dos arts. 23, 72 e 74 da Lei Federal nº 14.133/2021. O art. 72 estabelece que o processo de contratação direta deverá ser instruído, entre outros documentos, com a estimativa da despesa calculada na forma estabelecida pelo art. 23 e com a justificativa de preço. O art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021 contempla o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal entre os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual que podem fundamentar a inexigibilidade de licitação, desde que demonstradas, nas peças próprias do processo, a inviabilidade de competição e a notória especialização do profissional ou da empresa contratada, nos termos do § 3º do mesmo artigo.

Para a comprovação da compatibilidade do preço, aplica-se especialmente o art. 23, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual, nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto pelos parâmetros ordinários, o futuro contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com aqueles praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, mediante apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até um ano anterior à data da contratação ou por outro meio idôneo.

No âmbito da Câmara Municipal de Itiquira, também foram observadas as disposições da Resolução nº 002/2023, especialmente seu Anexo V, que disciplina os procedimentos relativos à pesquisa, à composição e à análise de preços.

Foram considerados, em especial, o art. 3º, referente aos elementos mínimos de formalização; o art. 5º, relativo à análise crítica do mapa de preços; o art. 6º, relacionado à comparação das condições comerciais; os arts. 7º e 8º, que tratam das fontes e dos métodos estatísticos; e o art. 9º, §§ 1º e 2º, que admite, nas contratações diretas, a utilização de notas fiscais da futura contratada referentes a objetos idênticos ou, mediante justificativa, a objetos semelhantes da mesma natureza.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Este relatório limita-se à análise técnica da composição e da compatibilidade do preço. A caracterização definitiva da inexigibilidade de licitação, a demonstração da notória especialização, a razão da escolha da contratada, a habilitação da empresa e os demais requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 deverão permanecer comprovados nas peças próprias do processo e submetidos ao controle jurídico competente.

3. FONTES E METODOLOGIA DA PESQUISA

O balizamento do preço considerou a proposta de investimento apresentada para a contratação pretendida e os documentos comprobatórios de preços praticados pela empresa De Carli Treinamentos Ltda. – Capaccitar Brasil em contratações realizadas com outros órgãos públicos no exercício de 2026.

Foram examinadas as seguintes referências:

- proposta de investimento apresentada à Câmara Municipal de Itiquira, no valor de R$ 2.099,00 por participante;
- Ordem de Fornecimento nº 6.699/2026, emitida pelo Município de Sorriso/MT, relativa à contratação de uma inscrição para capacitação presencial, pelo valor de R$ 2.099,00;
- Nota de Autorização de Despesa nº 3.298/2026 e NFS-e nº 9, referentes à contratação realizada pelo Município de Água Boa/MT para quatro participantes, no valor unitário de R$ 2.099,00 e total de R$ 8.396,00; e
- NFS-e nº 116, emitida para o Município de Salto do Céu/MT, referente a uma inscrição em curso presencial com carga horária de 16 horas, pelo valor de R$ 2.099,00.

A Nota de Autorização de Despesa nº 3.298/2026 e a NFS-e nº 9 correspondem à mesma contratação realizada pelo Município de Água

Boa/MT. Por esse motivo, foram analisadas conjuntamente e consideradas como uma única referência de preço, evitando-se a duplicidade da amostra.

Os documentos apresentados encontram-se compreendidos no período de até um ano anterior à contratação pretendida e atendem ao critério temporal previsto no art. 23, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, § 1º, do Anexo V da Resolução nº 002/2023.

Embora nem todos os documentos se refiram ao mesmo conteúdo programático do curso pretendido pela Câmara Municipal de Itiquira, eles foram utilizados como referências de objetos semelhantes da mesma natureza, conforme admite o art. 9º, § 2º, do Anexo V da Resolução nº 002/2023.

A comparabilidade decorre dos seguintes elementos:

- mesma empresa prestadora dos serviços;
- serviços de treinamento, capacitação e aperfeiçoamento destinados a agentes públicos;
- cursos realizados na modalidade presencial;
- realização dos eventos em Cuiabá/MT;
- carga horária de 16 (dezesseis) horas; e
- valor unitário de R$ 2.099,00 por participante.

4

A diferença entre os temas dos cursos não impede sua utilização como parâmetro, pois as referências apresentam equivalência quanto à natureza do serviço, à modalidade, à carga horária, ao local de realização e à estrutura disponibilizada pela empresa.

Os documentos deverão permanecer anexados aos autos para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a possibilidade de conferência da pesquisa de preços.

4. DADOS COLETADOS

Fonte	Órgão tomador	CNPJ	Documento	Valor unitário
Proposta	Câmara Municipal de Itiquira/MT	03.370.251/0001-56	Proposta de investimento	R$ 2.099,00
Ordem de Fornecimento	Município de Sorriso/MT	03.239.076/0001-62	Ordem de Fornecimento nº 6.699/2026	R$ 2.099,00
NAD e nota fiscal	Município de Água Boa/MT	15.023.898/0001-90	NAD nº 3.298/2026 e NFS-e nº 9, de 01/06/2026	R$ 2.099,00
Nota fiscal	Município de Salto do Céu/MT	15.024.011/0001-89	NFS-e nº 116, de 19/08/2026	R$ 2.099,00

Todos os valores foram considerados por inscrição.

A contratação realizada pelo Município de Água Boa/MT compreendeu quatro inscrições, totalizando R$ 8.396,00, o que corresponde ao valor unitário de R$ 2.099,00 por participante.

5

As demais referências também apresentam o valor individual de R$ 2.099,00. Esse valor coincide com o investimento indicado na proposta apresentada à Câmara Municipal de Itiquira para participação no curso objeto do Processo Administrativo nº 026/2026.

Como as referências se relacionam a capacitações presenciais com carga horária de 16 horas, não foi necessário realizar equiparação de valores por hora-aula. Considerando a contratação de uma inscrição, o valor unitário e o valor global são coincidentes.

5. TRATAMENTO DOS DADOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Os quatro valores unitários foram organizados e submetidos ao cálculo da média e da mediana. Também foram aplicados parâmetros auxiliares para identificar valores potencialmente inexequíveis ou excessivamente elevados.

Esses parâmetros constituem instrumentos de apoio à análise crítica e não substituem a avaliação das características do serviço, das condições comerciais e das particularidades da contratação.

Parâmetro	Memória de cálculo
Média	(R$ 2.099,00 + R$ 2.099,00 + R$ 2.099,00 + R$ 2.09
Mediana	(R$ 2.099,00 + R$ 2.099,00) ÷ 2
75% da média	R$ 2.099,00 × 75%
200% da média	R$ 2.099,00 × 200%

Nenhum dos valores ficou abaixo de 75% da média ou atingiu o equivalente a 200% da média. Dessa forma, não houve necessidade de excluir amostras por possível inexequibilidade ou por preço excessivamente elevado.

A expressão "200% da média" representa o dobro da média apurada e corresponde, no demonstrativo, ao parâmetro auxiliar utilizado para a verificação de valores potencialmente excessivos.

Também não foram identificados indícios de sobrepreço. O valor unitário da proposta comercial, correspondente a R$ 2.099,00, coincide com os valores unitários dos documentos apresentados, assim como com a média e a mediana apuradas.

A uniformidade das referências demonstra que o preço oferecido à Câmara Municipal de Itiquira permanece no mesmo patamar dos valores recentemente praticados pela futura contratada perante outros órgãos públicos.

6. ANÁLISE CRÍTICA DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

O Demonstrativo da Composição de Preços deverá conter a descrição do objeto, o código TCE-MT nº 000347-40, indicado por similaridade quanto à modalidade e à carga horária, a identificação das fontes consultadas,

os preços coletados, a memória de cálculo, os parâmetros utilizados e a justificativa da metodologia adotada.

Tais elementos atendem, no que é aplicável ao caso concreto, às exigências de formalização estabelecidas no art. 3º do Anexo V da Resolução nº 002/2023.

As fontes utilizadas mostram-se adequadas à natureza da contratação direta porque evidenciam os valores cobrados pela própria futura contratada em contratações realizadas com outros órgãos públicos no exercício de 2026.

As diferenças existentes entre os conteúdos programáticos foram expressamente registradas. A similaridade entre os serviços foi aferida com base na natureza da capacitação, na modalidade presencial, no local de realização, na carga horária e no valor individual por participante.

A utilização do valor da proposta como referência final mostra-se tecnicamente justificável, pois os quatro preços unitários examinados são idênticos. No caso concreto, o valor de R$ 2.099,00 coincide com a média e a mediana e permanece acima do parâmetro correspondente a 75% da média e abaixo daquele equivalente a 200% da média.

A definição do preço estimado decorre, portanto, da comparação direta com valores efetivamente praticados pela futura contratada, e não apenas da aplicação automática de fórmula estatística.

A utilização dos documentos fiscais e administrativos para justificar o preço não transforma a inexigibilidade de licitação em disputa entre fornecedores. Sua finalidade consiste em demonstrar que o valor oferecido à Câmara Municipal de Itiquira é compatível com o histórico recente de comercialização da própria empresa, conforme exigem o art. 23, § 4º, e o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

7. VALOR ESTIMADO SUGERIDO

Diante da análise realizada, sugere-se a adoção do valor unitário e global de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)**, correspondente à contratação de 01 (uma) inscrição.

O preço proposto coincide com os valores unitários comprovados pelos documentos examinados, bem como com a média e a mediana apuradas, evidenciando razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados pela futura contratada em serviços semelhantes.

Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	Inscrição	R$ 2.099,00	R$ 2.099,00

8. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Conclui-se que o Demonstrativo da Composição de Preços apresenta elementos suficientes para sustentar a justificativa do preço da contratação pretendida.

A proposta comercial, no valor unitário e global de R$ 2.099,00, mostra-se compatível com os preços praticados pela futura contratada em serviços semelhantes, não tendo sido identificados, nos documentos examinados, indícios de sobrepreço.

Recomenda-se que o Demonstrativo da Composição de Preços, o presente Relatório Técnico Circunstanciado, a proposta de investimento, a declaração de preço de mercado, a Ordem de Fornecimento nº 6.699/2026, a Nota de Autorização de Despesa nº 3.298/2026 e as NFS-e nº 9 e nº 116 permaneçam reunidos nos autos, assegurando a transparência e a rastreabilidade da composição do preço.

Fls. 196

A continuidade do processo deverá observar a comprovação dos demais requisitos aplicáveis à contratação direta, especialmente a demonstração da notória especialização, a razão da escolha da contratada, a regularidade da habilitação, a disponibilidade orçamentária, o parecer jurídico e a autorização da autoridade competente, nos termos dos arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133/2021.

Submete-se o presente relatório à apreciação da autoridade competente para aprovação do valor estimado e prosseguimento da instrução processual.

Itiquira/MT, 14 de setembro de 2026.

Joyce Cristina Silva de Oliveira

JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa nº 022/2026

9

Fls. 197

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fls. 198

PARECER CONTÁBIL Nº 045/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROTOCOLO NÚMERO ÚNICO BBL.QGU.IHJ-SZ DE 15/09/2026
ORIGEM: CI 221/2026 – SAD

Prezada Senhora,

Em atenção ao despacho supra citado, expedido por vossa senhoria esta Contabilidade procedeu à análise da disponibilidade orçamentária para atendimento da referida despesa:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM CUIABÁ/MT, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Constata-se que há saldo orçamentário suficiente para suportar a despesa pretendida, a qual poderá ser atendida à conta da seguinte dotação orçamentária:

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).

SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 62.836,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais).

Dessa forma, **sob o aspecto estritamente orçamentário, esta Contabilidade manifesta parecer favorável quanto à existência de saldo orçamentário para cobertura da despesa**, ressalvando que a execução da despesa permanece condicionada à observância dos demais requisitos legais e normas aplicáveis.

É o parecer.

Itiquira-MT., 15 de setembro de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Portaria Legislativa 005/2025

Fls. 199

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

200

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA Nº 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM CUIABÁ/MT, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

ITEM	PARTICIPANTE	MAT	CARGO
001	ANFILÓFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO	522	ASSESSOR JURÍDICO

Eu, Sarah da Costa Rosa, no exercício do Cargo de Assessora Contábil, matrícula funcional 527, CPF 018.***.***81, nos termos do Art. 18 da Lei 14.133/2021, do Art. 72, IV, da Lei 14.133/2021, declaro que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme objeto acima citado, no valor estimado de total de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais),** por meio das seguintes dotações orçamentárias:

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).
SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 62.836,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais).

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT., 15 de setembro de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Portaria Legislativa 005/2025

Estado de Mato Grosso
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
Controle da Despesa Orçamentária - Período de 01/01/2026 a 15/09/2026

Fls. 201

Cadastro	Descrição	Código
Entidade:	**CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA**	
Despesa:		8
Orgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA	01
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL	001
Função:	LEGISLATIVA	1
Subfunção:	AÇÃO LEGISLATIVA	31
Programas:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
Projeto / Atividade:	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
Natureza da Despesa:	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

Recurso	Dotação Inicial	Empenhado	Suplementado	Bloqueio	Desbloqueio	Saldo da Despesa
1.500.0000000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS						
	160.000,00	97.164,00	0,00	106.703,00	106.703,00	62.836,00
Saldo da Dotação	160.000,00	97.164,00	0,00	106.703,00	106.703,00	62.836,00

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

Fls. 202

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 221/2026 Itiquira – MT, 15 de setembro de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
SRA. SARAH DA COSTA ROSA (ASSESSORA CONTÁBIL)

Assunto: SOLICITAÇÃO.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar de vossa senhoria a verificação de existência de dotação orçamentária para cobertura de despesa, com futura contratação da empresa Razão social: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil. CNPJ: 65.953.657/0001-19, no valor global R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM CUIABÁ/MT, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA FUNCIONAL
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho	Assessor Jurídico	522

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls. 203

Código Classificação TCE-MT – 000347-40 (código similar quanto à carga horária e à modalidade)

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Anexo: Cópia do demonstrativo de composição de preço

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001350

Fls. 204

Número do processo: 000001350 Número Único: BBL.QGU.IHJ-SZ

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 15/09/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI SAD N° 221/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DPTO.CONT.CI Nº 184/2026 Itiquira-MT, 15 de setembro de 2026.

Do: Departamento de Contabilidade

Para: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
MARIA ROSENY FARIAS LIMA

Assunto: RESPOSTA CI SAD – Nº 221/2026 – DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.

Prezada Senhora,

Vimos pela presente cumprimentá-la cordialmente e em atendimento à Comunicação Interna, que solicita a verificação da existência de disponibilidade/dotação orçamentária para fazer face às despesas decorrentes da Contratação de Empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - **CURSO EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**, na modalidade presencial, em Cuiabá/MT, com carga horária de 16 horas, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, informamos que, após análise da previsão orçamentária, **há disponibilidade orçamentária suficiente para cobertura da despesa decorrente da prorrogação contratual pretendida**.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Anexo:
Parecer Contábil;
Declaração de compatibilidade com peças orçamentárias.

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001058/2026

Fls. 206

Número do processo: 000001058/2026 Número Único: 5WA.IMW.GO2-WM

Requerente: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 15/09/2026

Assunto: RESPOSTA C.I

Súmula: RESPOSTA CI SAD N° 221/2026 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Observação: DPTO.CONT.CI N° 184/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

fls. 207

AUTORIZAÇÃO FINAL
DO GESTOR

Fls. 208

AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO

Eu, **Ediomar Gobbi**, matrícula funcional 553, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, **AUTORIZO** a Conclusão do Processo Administrativo nº **026/2026**, Inexigibilidade de Licitação nº **018/2026**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, com base no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021 e normas internas, a ser ministrado pela empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil** (nome fantasia Capaccitar Brasil), inscrita no CNPJ nº **65.953.657/0001-19**, com endereço eletrônico www.capaccitar.com.br, e-mail atendimento.capaccitar@gmail.com e telefones (65) 99915-6652 / (65) 99910-6662. No Valor Global de **R$ 2.099,00** (dois mil e noventa e nove reais), referente ao pagamento de 01 (uma) inscrição, conforme apurado pela equipe de apoio e descrito no demonstrativo de composição de preços anexo ao processo, para atender o objeto abaixo:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL — CURSO EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM APOIO DA IA, PROMOVIDO PELA **CAPACCITAR BRASIL**. MODALIDADE PRESENCIAL — 16 (DEZESSEIS) HORAS, A SER REALIZADO NOS DIAS **24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026**, EM **CUIABÁ/MT**.

Itiquira-MT, 15 de setembro de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.09.15 11:58:45 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Presidente
(Gestão 2025/2026)

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls. 209

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Fls. 210

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE **01 (UMA) INSCRIÇÃO** NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DENOMINADO **"EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM APOIO DA IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO"**, NA MODALIDADE PRESENCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, A SER REALIZADO EM CUIABÁ/MT, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Após análise dos documentos que instruem o presente processo, especialmente o Termo de Referência, a proposta comercial, a programação do curso, os documentos relativos à qualificação da instrutora, a documentação de habilitação da empresa, o Demonstrativo da Composição de Preços e o Parecer Contábil, passo à manifestação quanto à contratação direta pretendida.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1

A contratação encontra fundamento no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, que admite a inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

O processo deve, ainda, observar os requisitos previstos no **art. 72 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à justificativa da escolha do contratado, justificativa de preço, comprovação da habilitação e qualificação necessária e disponibilidade orçamentária.

2. DA ANÁLISE DO OBJETO

O objeto consiste na contratação de **01 (uma) inscrição** em capacitação voltada ao Poder Legislativo e à Administração Pública, abordando aspectos relacionados à elaboração, tramitação, execução, fiscalização e prestação de contas das emendas impositivas, incluindo a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

A programação contempla temas diretamente relacionados à atuação legislativa, tais como planejamento e elaboração das emendas, limites e requisitos legais, tramitação e aprovação, classificação e execução da despesa, transparência, controle e fiscalização.

Fls. 295

Dessa forma, verifica-se que o objeto se enquadra na hipótese legal de **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

3. DA QUALIFICAÇÃO DA INSTRUTORA

A capacitação será ministrada por **Giseli Sarmento**, contadora pública, especialista em Gestão Pública e mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Conforme documentação apresentada, a instrutora possui **18 anos de atuação no setor público municipal**, experiência em contabilidade pública, auditoria, controle interno, elaboração de demonstrativos e assessoria a prefeituras e câmaras municipais, além de atuar como professora e instrutora em capacitações voltadas ao setor público.

Tais elementos demonstram relação direta entre sua formação e experiência profissional e o conteúdo proposto no curso, contribuindo para a caracterização da notória especialização exigida pelo art. 74, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4. DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

Procedeu-se à análise da documentação apresentada pela empresa **DE CARLI TREINAMENTOS – CAPACCITAR BRASIL, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19**, tendo sido verificadas as condições de habilitação exigidas para a contratação.

Após a conferência da documentação e das respectivas certidões, **constatou-se a regularidade da empresa quanto à habilitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista e demais documentos pertinentes**, não sendo identificadas pendências que impeçam o prosseguimento da contratação.

Dessa forma, **a empresa encontra-se HABILITADA** para a contratação pretendida, conforme documentação constante dos autos.

5. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Considerando as características específicas da capacitação, seu conteúdo programático, a metodologia proposta, a abordagem prática e a qualificação da profissional indicada para sua realização, entende-se demonstrada a **inviabilidade de competição** para a contratação pretendida.

A contratação está relacionada à escolha de solução de treinamento cuja execução depende diretamente do conhecimento, experiência e capacidade técnica da profissional responsável pela capacitação, considerando a pertinência entre sua formação e experiência e o conteúdo específico do curso.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Assim, a inviabilidade de competição decorre das características específicas do serviço e da necessidade de capacitação direcionada às atividades do Poder Legislativo, não se confundindo com mera preferência administrativa por determinado fornecedor.

6. DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ nº **65.953.657/0001-19**, decorre da oferta do curso específico pretendido pela Administração, com conteúdo compatível com a necessidade identificada e instrutora cuja formação e experiência guardam pertinência com o objeto.

Quanto ao preço, consta nos autos **Demonstrativo da Composição de Preços**, no qual foram consideradas contratações públicas de serviços semelhantes, realizadas pelos Municípios de **Sorriso/MT, Água Boa/MT e Salto do Céu/MT**, todas apresentando valor unitário de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)** para a inscrição.

A análise demonstrou que a **média e a mediana dos valores pesquisados correspondem a R$ 2.099,00**, coincidindo com o valor apresentado pela empresa contratada, não sendo identificado, portanto, sobrepreço em relação às referências utilizadas.

3

Dessa forma, considera-se **justificado e compatível o preço de R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)** para o fornecimento de 01 (uma) inscrição no curso objeto da contratação.

7. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Conforme **Parecer Contábil nº 045/2026 – Dotação Orçamentária**, consta a existência de saldo orçamentário suficiente para suportar a despesa pretendida, no valor de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais)**.

A despesa poderá ser atendida pela dotação orçamentária indicada no referido parecer, tendo sido informado saldo atual da ficha no valor de **R$ 62.836,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais)**.

Dessa forma, encontra-se demonstrada a disponibilidade orçamentária necessária à realização da despesa, em observância ao disposto no **art. 72, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

8. DA MANIFESTAÇÃO

Diante do exposto, considerando os elementos constantes dos autos, a qualificação da instrutora, a compatibilidade do objeto com a necessidade administrativa, a inviabilidade de competição, a razão da escolha da contratada, a **regularidade da documentação de habilitação da empresa**, a **compatibilidade e justificativa do**

Fls. 213

preço e a **existência de disponibilidade orçamentária**, **MANIFESTO-ME FAVORAVELMENTE ao prosseguimento da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, para contratação da empresa:

DE CARLI TREINAMENTOS – CAPACCITAR BRASIL
CNPJ nº 65.953.657/0001-19

para o fornecimento de **01 (uma) inscrição** no curso **"Emendas Impositivas na Prática com apoio da IA: Elaboração, Execução e Fiscalização"**, conforme condições constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada.

Encaminhem-se os autos à **Autoridade Competente**, para apreciação e, estando de acordo a adoção das providências subsequentes, observadas as demais exigências legais.

Itiquira/MT, 16 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL
Data: 16/09/2026 08:13:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL
Agente de Contratação
Matrícula Funcional nº 449
Portaria Legislativa nº 021/2024

4

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 222/2026 Itiquira – MT, 15 de setembro de 2026.

Fls. 214

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: UNIDADE DE COMPRAS
SRA. CAROLINE OLIVEIRA AMARAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO.

Prezada Servidora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e encaminhar-lhe o Processo Administrativo Nº 026/2026, inexigibilidade nº 018/2026, objetivando contratação de empresa Razão social: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil. CNPJ: 65.953.657/0001-19, no valor global R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM CUIABÁ/MT, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MAT FUNCIONAL
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho	Assessor Jurídico	522

Solicito que após analise, para que posteriormente o processo supracitado, seja encaminhado a assessoria jurídica desta Casa para apreciação e parecer.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001351

Fls. 215

Número do processo: 000001351 Número Único: MHH.PV4.3SN-QJ

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 15/09/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

Observação: CI SAD N° 222/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: UNIDADE DE COMPRAS

UNIDADE DE COMPRAS
COMUNICAÇÃO INTERNA- N º 081/2026

Itiquira-MT, 16 de setembro de 2026.

Da: **UNIDADE DE COMPRAS**
Para: **SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: **PROC.ADM. 026/2026.**

Vimos pelo presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta a CI SAD 222/2026, encaminhamos o processo de Inexigibilidade de licitação n 018/2026, oriundo do processo supracitado, objetivando a objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DENOMINADO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM APOIO DA IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, A SER REALIZADO EM CUIABÁ/MT, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026**, devidamente justificado, para que seja submetido à parecer jurídico.

Sem mais, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Caroline de Oliveira Amaral
Agente de Contratação
Portaria Legislativa 021/2024

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001066/2026

Fls. 217

Número do processo: 000001066/2026 Número Único: DOU.ODG.PND-LG

Requerente: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 16/09/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO 026/2026

Observação: CI N° 081/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 218

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO N° 25/2026

Processo Adm. N° 26/2026

Inexigibilidade de Licitação n° 018/2026

De: Felipe Douglas Santos Lucas/ Advogado da Câmara

Para: Gabinete da Presidência

EMENTA: RESPOSTA À CI. SAD 225/2026 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, III, "F", LEI N° 14.133/21 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) – CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO – POSSIBILIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento para análise e emissão de parecer jurídico **conclusivo** acerca da legalidade da contratação pela Câmara Municipal de Itiquira-MT, da empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA. – EPP (CAPACCITAR BRASIL), para a inscrição de servidor em curso prático de capacitação presencial: "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", entre os dias 24 e 25 de setembro de 2026, em Cuiabá-MT.

Ao que importa para a análise, pretende-se a contratação direta do particular por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "f", da Lei n.° 14.133/2021), pelo valor global de **R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais).**

Este é o singelo relatório. Passo a opinar.

II. DA ANÁLISE JURÍDICA

II.I. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado por esta Assessoria veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.II – DA COMPETÊNCIA E DA OBRIGATORIEDADE DA ANÁLISE JURÍDICA

O art. 53, da Lei nº 14.133/21, a exemplo do que ocorria no âmbito da pretérita lei de licitações, dispõe sobre a obrigatoriedade de envio dos processos licitatórios para análise do órgão de assessoramento jurídico competente. Vejamos:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

A exigência do controle prévio de legalidade realizado pela competente assessoria jurídica não se excetua, inclusive nas hipóteses de contratação direta, como do caso sob análise, consoante se conclui pela leitura do artigo 72, III da Lei nº 14.133/21:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> ...
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

Neste contexto, não há dúvida de que é atribuição privativa desta Assessoria Jurídica promover o controle prévio de legalidade em relação aos processos licitatórios, bem como às contratações diretas.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

III.I – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Prefacialmente, há que se verificar se a fase preparatória da contratação seguiu aos trâmites ditados pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

O art. 18 da referida lei, traz os critérios para o planejamento objetivo do órgão público que deverá fazer constar previsão de todas as suas contratações em documento único, consolidado anualmente e compatível com as leis orçamentárias – o Plano de Contratações Anual:

Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
V - a elaboração do edital de licitação;
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do

> objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.
> (...)

Nesta toada, apontamos a recente publicação do **Decreto Legislativo n° 004/2025 publicado em 12 de dezembro de 2025 que aprova o Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Itiquira-MT, consentâneo com a Lei Orçamentária Anual.**

Importa mencionar que a contratação objetivada consta precisamente do ITEM 42 do Anexo do referido Decreto Legislativo.

Além disso, vale frisar que a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares encontra-se expressamente dispensada **(devidamente consignada a justificativa às fls. 43)**, consoante disposto no artigo **8°, II, "a" do Anexo IV da Resolução n° 02/2023, que regulamenta a Lei n° 14.133/21, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Itiquira-MT**, *in verbis*:

> **Art. 8° A elaboração dos ETPs:**
> **II - Poderá ser dispensada nas hipóteses de:**
> **a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da**

análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

Nestes termos, considerando a elaboração de Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 28-41), bem como do Termo de Referência (fls. 45-57), entendemos que a etapa do planejamento foi satisfatoriamente executada nos ditames da Lei de Licitações e Contratos.

II.II – DA ANÁLISE JURÍDICA – DA POSSIBILIDADE E DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A novel Lei nº 14.133/2021, que substitui sua obsoleta antecessora (Lei nº 8.666/93), desponta pela necessidade de regulamentação do disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

Sendo assim, a Lei 14.133/2021 prevê nos artigos 72 e seguintes, as hipóteses de contratação direta pela administração, que correspondem aos modelos de **dispensa e inexigibilidade de licitação.**

A diferença substancial existente entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação é que nos casos de inexigibilidade é inviável a competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração, **sendo que nos casos de dispensa a possibilidade de competição**

existe, no entanto, a lei faculta a dispensa do processo licitatório deixando a decisão à Administração, no exercício de sua competência discricionária.

Verifica-se, assim, que a licitação é a regra, no entanto, quando inviável a competição ela será inexigível. Havendo possibilidade de competição deverá haver licitação, ressalvados os casos previstos em lei como de dispensa de licitação.

Note-se que na inexigibilidade de licitação não estão presentes os pressupostos para uma escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração.

A exigência de licitação decorre da necessidade de preservação do interesse público, sendo que a sua realização no caso de inexigibilidade acabaria por prejudicar esse próprio interesse, na medida em que ou não seria selecionada qualquer proposta, ou a proposta selecionada não atenderia ao interesse público.

Desta forma, conclui-se que a ausência dos pressupostos lógicos, fáticos e jurídicos necessários para a realização da licitação, com lastro na inviabilidade de competição, configura o que a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021) denominou de inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o seu artigo 74, sendo que **uma vez caracterizada tal situação a decisão de não realizar o certame é vinculada**, não restando alternativa à Administração senão a contratação direta.

Ressalte-se, no entanto, que a inexigibilidade

de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a seleção do contrato mais adequado e vantajoso à Administração.

O artigo 74, da Lei 14.133/93 traz as hipóteses de inexigibilidade de licitação. Com efeito, dispõe o referido artigo, *in verbis*:

> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
> **III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> **f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
> g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1° Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2° Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4° Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que

tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5° Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Verifica-se da análise de tal dispositivo legal, que as hipóteses previstas nos incisos são meramente exemplificativas, sendo que na existência de um caso concreto de inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das hipóteses ali referidas, aplica-se o caput do artigo.

No caso em tela, importante destacar o previsto no inciso III do artigo supracitado, traz **a enumeração dos serviços técnicos especializados aptos a elidir a licitação.**

Além disso, para a caracterização da inexigibilidade de licitação prevista neste inciso a lei exige, ainda, a **notória especialização, sendo vedada ainda a subcontratação a terceiros.**

No caso em apreço, a área demandante, apresentou no Termo de Referência (fls. 45-57), justificativa da contratação ante a necessidade de capacitação de servidor da Câmaras.

Seguindo a análise devemos avaliar que o Termo de Referência cumpriu os requisitos mínimos dispostos no 6°, XXIII, da Nova Lei de Licitações, vejamos:

> Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:
> ...
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
> j) adequação orçamentária;

Pois bem, para que se avalie a regularidade da

inexigibilidade de licitação, é necessário verificar inicialmente se o contratado possui notória especialização, requisito que caracteriza a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados. Mas, antes de tudo, precisamos nos socorrer ao conceito próprio de notória especialização, trazido pela Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 6º, inciso XIX:

> Art. 6º. ... XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

De fato, analisando o presente caso, parece-me que os serviços prestados pela empresa, são de grande relevância para as atividades a serem executadas, uma vez que proporcionarão aperfeiçoamento esperado de servidor componente da assessoria jurídica.

Na mesma toada, no que tange à notória especialização, anexou-se aos autos, juntamente com a proposta do particular, prolífico currículo do palestrante, bem como o portifólio da pretensa contratada, acompanhado de diversos atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos da administração pública.

Ainda, para embasar o procedimento de inexigibilidade de licitação, é preciso observar o disposto no artigo 72 da Lei nº 14.133/93, *in verbis*:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Acerca da justificativa do preço, importante ressaltar que ela deve evidenciar a razoabilidade dos preços contratados, demonstrando ser esse valor razoável, ou seja, adequado, compatível e proporcional ao custo do bem ou serviço que se pretende adquirir. Tal comprovação se dará através de **ampla pesquisa de preços praticados no mercado**, de forma a demonstrar que o preço indicado é **compatível com os preços apurados na pesquisa. Nesse caso, ainda que seja inviável a cotação de preços com outras sociedades empresárias, em razão da exclusividade, é possível justificar o preço contratado com a apresentação dos preços praticados pelo fornecedor com outros entes públicos ou privados.** Nesse sentido, a Orientação Normativa/AGU 17 dispõe:

> "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos".

Sobre esse tema, o doutrinador Marçal Justen Filho também afirma a existência de outros métodos possíveis para se evidenciar a razoabilidade dos preços. ***Na impossibilidade de justificar o preço com base em contratos anteriores firmados entre a Administração e o particular, o autor entende que "o contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional".***

Com relação aos preços, as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

> "**É obrigatória a consulta aos preços correntes de mercado** quando da realização de todo e qualquer procedimento licitatório, **ainda que se trate de dispensa ou inexigibilidade de licitação.**" (Acórdão n° 1.945/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa)

> "No que concerne à aferição de superfaturamento e à consequente imputação de débito, a jurisprudência deste Tribunal é farta no sentido de que os **preços praticados pela executora devem estar compatíveis com os parâmetros de mercado,** sem prejuízo de se considerar a realidade fática enfrentada pelo gestor e as peculiaridades atinentes à execução de cada empreendimento (cito como exemplos os Acórdãos 2.008/2005, 798/2008, 1.287/2007, 1.375/2007, 438/2008, 678/2008 e 3.003/2009, todos do Plenário)."

(Acórdão n° 8.657/2011, 2ª Câmara, rel. Min. André Luís de Carvalho)

"Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços". (TCU. Acórdão 1607/2014-Plenário)

O balizamento do preço contemplou comparação dos preços praticados pelo futuro contratado, conforme notas fiscais consignadas entre as folhas 175 e seguintes, em observância ao disposto no § 4° do artigo 23 da Lei n° 14.133/2021. Atendendo minimamente às exigências legais, ao materializar o mapa comparativo de preços de fls. 183-186.

Saliente-se, finalmente, que, como dito, o procedimento de inexigibilidade de licitação também visa à seleção do contrato mais adequado e vantajoso para a Administração observando-se as peculiaridades do caso, de forma que o procedimento também deverá ser instruído com a verificação da necessidade e conveniência da contratação com a devida justificativa, além da comprovação da existência de recursos para a contratação. Ademais, também deverão ser preenchidos os requisitos de habilitação e contratação exigidos para a licitação.

II.II.I - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/EMPENHO

A contratante deve atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, para os casos de criação, expansão ou

aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (arts. 15 e 16) ou de atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17). Recomenda-se atestar nos autos se trata-se ou não de tais casos, exigindo-se ou dispensando as providências.

Verifica-se, portanto, que, para qualquer contratação, independentemente do valor, deverá a Administração demonstrar e planejar a capacidade para efetuar o pagamento das despesas de custeio e contratos administrativos vigentes, em consonância com a Lei nº. 14.133/1993 e com as demais regras orçamentárias que prescrevem a impossibilidade de realização de qualquer despesa pública sem o prévio empenho ou de assunção de obrigações das quais decorrerão despesas públicas sem previsão orçamentária.

No caso, o Parecer Contábil nº 45/2026 (fls. 198) demonstra a existência de dotação orçamentária específica para a contratação, contudo, ainda pende a demonstração do respectivo empenho.

II.II.III – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA

Quanto às condições de capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da empresa contratada, requisitos necessários para a continuidade contratual, verifico que foram acostados ao processo os documentos de habilitação e regularidade da segunda contratada.

Ressalte-se, todavia, **que é responsabilidade da área técnica analisar o teor dos documentos de habilitação, sua veracidade e adequação à condições do termo de referência,**

devendo atestar que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação.

Recomenda-se que, na data de formalização da contratação, sejam conferidas as validades de todas as certidões, pois há possibilidade de vencerem ao longo do procedimento.

II.II.III - DA MINUTA DO CONTRATO

A contratação em apreço encontra respaldo legal no artigo 95, II da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
>
> I - dispensa de licitação em razão de valor;
> II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
>
> § 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.
> § 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Não fica dispensado, contudo, o dever de dar publicidade aos atos relativos ao processo de inexigibilidade.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, **sob os critérios estritamente legais do ato**, opina-se pela **possibilidade jurídica de formalização do negócio jurídico**, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, "f", da Lei n.º 14.133/2021, desde que:

- haja prévio empenho;

- se certifique a validade das certidões de habilitação do contratado, na finalização do processo de contratação; e,

- seja dada publicidade ao ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Itiquira-MT, 18 de setembro de 2026.

FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS
Advogado da Câmara – OAB/MT 15.237

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001072/2026

Fls. 237

Número do processo: 000001072/2026 Número Único: ITQ.MRT.WIK-S8

Requerente: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 18/09/2026

Assunto: RESPOSTA C.I

Súmula: RESPOSTA A CI SAD 225/2026

Observação: PARECER JURÍDICO N° 25/2026
PROCESSO ADM N° 26/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 225/2026 Itiquira - MT, 16 de setembro de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: FELIPE DOUGLAS
ADVOGADO

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER.

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar Parecer Jurídico, referente ao Processo Administrativo Nº 026/2026, Inexigibilidade **Nº 018//2026,** objetivando contratação de empresa para capacitação de servidor.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO NO CURSO "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA COM IA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO", NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM CUIABÁ/MT, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA FUNCIONAL
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho	Assessor Jurídico	522

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Pienário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001355

Fls. 239

Número do processo: 000001355 Número Único: ZTB.ZYE.P9A-ZD

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 16/09/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Súmula: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Observação: CI SAD N° 225/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

16/09/26

Interessado: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO

Fls. 241

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA N° 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

CADASTROS IMPEDITIVOS

Fls. 243

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 21/09/2026 08:46:24

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

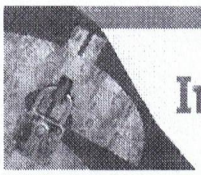
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Fls. 244

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (21/09/2026 às 08:47) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 65.953.657/0001-19.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle C4K6.PIHN.P4VQ.L4NI no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 246

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 **MATRIZ**		**26/03/2026**

NOME EMPRESARIAL
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CAPACCITAR BRASIL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BARAO DE MELGACO	**3988**	**EDIF LEBLON APT 808**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-300	**CENTRO-NORTE**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM	**(65) 9915-6662 / (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/03/2026**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/09/2026** às **08:48:24** (data e hora de Brasília).

Fls. 246

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
65.953.657/0001-19
NOME EMPRESARIAL:
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **21/09/2026** às **08:48:41** (data e hora de Brasília).

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 248

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 250

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.953.657/0001-19

Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Endereço: R BARAO DE MELGACO 3988 EDIF LEBLON/ CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/09/2026 a 13/10/2026

Certificação Número: 2026091408406546731535

Informação obtida em 21/09/2026 08:50:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 251

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 65.953.657/0001-19
Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
14/09/2026	14/09/2026 a 13/10/2026	2026091408406546731535
21/08/2026	21/08/2026 a 19/09/2026	2026082108046546731547
28/07/2026	28/07/2026 a 26/08/2026	2026072809156546731558
04/07/2026	04/07/2026 a 02/08/2026	2026070403516546731586
10/06/2026	10/06/2026 a 09/07/2026	2026061003576546731500
14/05/2026	14/05/2026 a 12/06/2026	2026051410016546731565
20/04/2026	20/04/2026 a 19/05/2026	2026042014586546731582

Resultado da consulta em 21/09/2026 08:50:57

Voltar

Fls. 252

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0064973805

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **21/09/2026** Hora da emissão: **07:51:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **19/11/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **27BU2LL2UMMKB2AT**

Fls. 253

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Certidão nº: 78189829/2026
Expedição: 21/09/2026, às 08:52:02
Validade: 20/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.953.657/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
1030652/2026	**2267833**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735593674	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 560101**

Fls. 254

317268315472612026120932145

NOME
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
65.953.657/0001-19	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - CENTRO NORTE - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO NORTE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 14 de setembro de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 13 de Dezembro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

NÃO CONTÉM INSCRIÇÃO ESTADUAL

squisa Go | Portal do Contribuinte - Cuiabá | SINTEGRA | sefaz.mt.gov.br/cadastro/emiss
r.mt.gov.br/cadastro/emissaocartao/emissaocartaocontribuinteacessodireto

Secretaria de Estado de Fazenda

Governo do Estado de Mato Grosso

Data: 21/09/2026 - 07:53:59

Comprovante de Inscrição Estadual e Situação Cadastral

Tipo Documento: CNPJ 65.953.657/0001-19

Enviar Voltar

Não existe contribuinte inscrito para o CNPJ informado.

Voltar

© Copyright 2001-2026 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados. v2

Fls. 256

a pesquisar 30°C Pred. nublado

Fls. 257

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

Data da consulta: 21/09/2026 08:55:26

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

Fls. 258

CNPJ: **65.953.657/0001-19**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 27/03/2026**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Mais informações

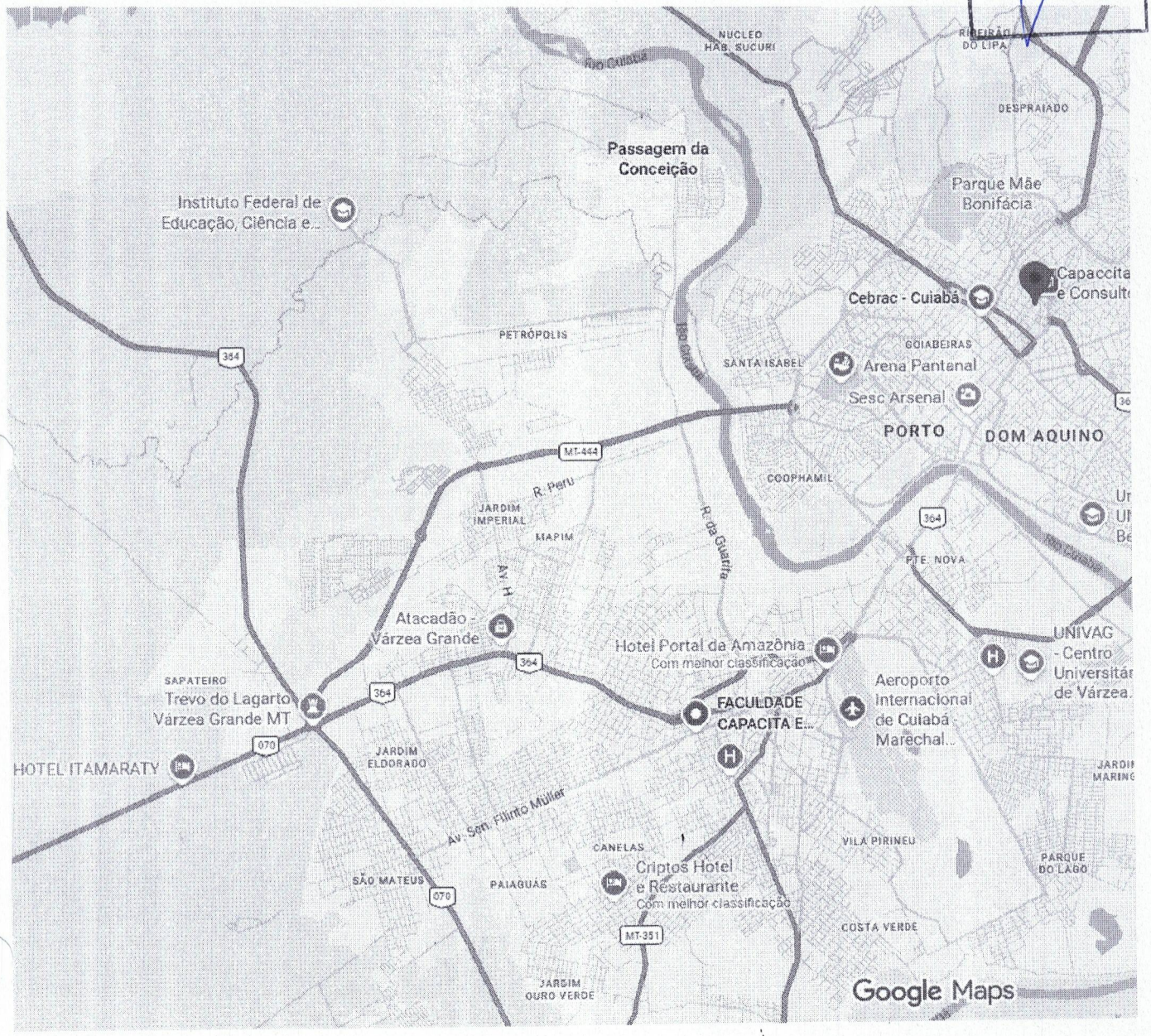
Voltar | Gerar PDF

GOOGLE MAPS

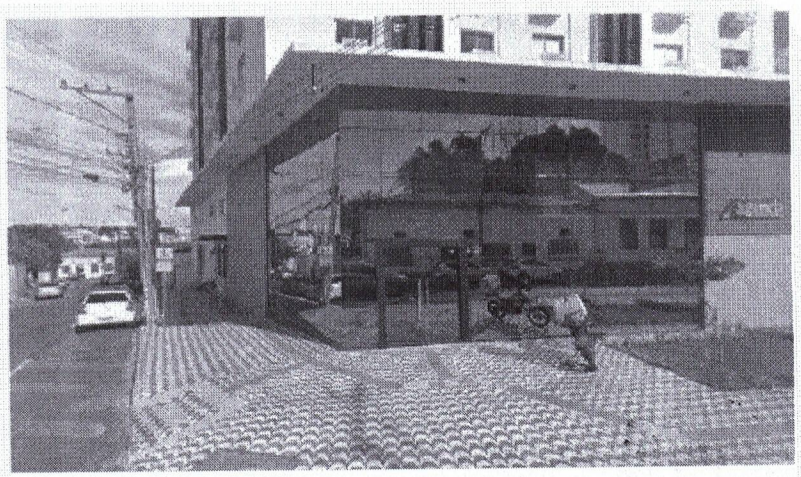
Fls. 260

Google Maps

Capaccitar Treinamentos e Consultoria



Dados do mapa ©2026 2 km



Fls. 261

Capaccitar Treinamentos e Consultoria

3,0 ★★★ (1)
Consultoria

Vista geral Críticas

Direções Guardar Imediações Enviar para telemóvel Partilhar

Edif. Leblon - R. Barão de Melgaço, 3988 - Sl 808 - Centro Norte, Cuiabá - MT, 78005-300

Abre em breve · 08:00

capaccitar.com.br

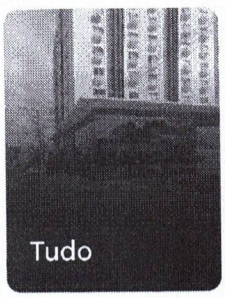
(65) 99915-6662

CW44+J4 Cuiabá - Coxipó da Ponte, Cuiabá - MT

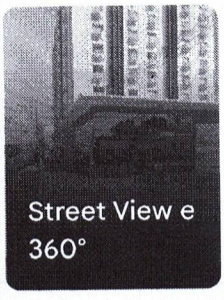
O seu histórico do Maps

Sugerir edição

Fotografias e vídeos







+ Adicione fotos e vídeos

Resumo de críticas

5
4
3
2

3,0
★★★★★

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

Fls. 263

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 21/09/2026 07:55

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 17/09/2026

Dados da consulta: 21/09/2026 08:56:06

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 65953657000119

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls. 264

Fls. 265

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fls. 266

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Resolução Legislativa nº 002/2023 da Câmara Municipal de Itiquira/MT, considerando os documentos constantes dos autos, a justificativa da escolha da contratada, a compatibilidade do preço e o atendimento ao interesse público, RECONHEÇO, HOMOLOGO E AUTORIZO a contratação direta por inexigibilidade de licitação objeto do Processo Administrativo nº 026/2026.

CONTRATADA: De Carli Treinamentos Ltda., nome fantasia Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19, com sede na Rua Barão de Melgaço, nº 3.988, Edifício Leblon, apartamento 808, Bairro Centro-Norte, CEP 78.005-300, Cuiabá/MT, endereço eletrônico vanessa_carli@hotmail.com e telefone (65) 9915-6662, representada por sua sócia administradora Vanessa Arruda De Carli Esteves.

OBJETO: Fornecimento de 01 (uma) inscrição para participação do servidor Anfilófio Pereira Campos Sobrinho, ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira/MT, no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", evento presencial com carga horária de 16 (dezesseis) horas, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, em Cuiabá/MT, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta comercial.

VALOR GLOBAL: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), correspondente a 01 (uma) inscrição.

A contratação destina-se ao aperfeiçoamento técnico do servidor que exerce o cargo de Assessor Jurídico deste Poder Legislativo, mediante capacitação relacionada à elaboração, à execução, ao acompanhamento e à fiscalização das emendas impositivas, com abordagem dos aspectos constitucionais, orçamentários, contábeis e jurídicos, bem como da utilização responsável de ferramentas de inteligência artificial nas atividades práticas.

Determino o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação e à divulgação do ato que autoriza a contratação direta, observados os requisitos da Lei nº 14.133/2021, da Resolução Legislativa nº 002/2023 e das demais normas aplicáveis.

Itiquira/MT, 21 de setembro de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168
Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.09.21 11:56:33 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Vereador Presidente
Gestão 2025/2026

Coordenadora de Compras Publicas

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Resolução Legislativa nº 002/2023 da Câmara Municipal de Itiquira/MT, considerando os documentos constantes dos autos, a justificativa da escolha da contratada, a compatibilidade do preço e o atendimento ao interesse público, RECONHEÇO, HOMOLOGO E AUTORIZO a contratação direta por inexigibilidade de licitação objeto do Processo Administrativo nº 026/2026.

CONTRATADA: De Carli Treinamentos Ltda., nome fantasia Capaccitar Brasil, inscrita no CNPJ nº 65.953.657/0001-19, com sede na Rua Barão de Melgaço, nº 3.988, Edifício Leblon, apartamento 808, Bairro Centro-Norte, CEP 78.005-300, Cuiabá/MT, endereço eletrônico vanessa_carli@hotmail.com e telefone (65) 9915-6662, representada por sua sócia administradora Vanessa Arruda De Carli Esteves.

OBJETO: Fornecimento de 01 (uma) inscrição para participação do servidor Anfilófio Pereira Campos Sobrinho, ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itiquira/MT, no curso "Emendas Impositivas na Prática com IA: Elaboração, Execução e Fiscalização", evento presencial com carga horária de 16 (dezesseis) horas, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, em Cuiabá/MT, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta comercial.

VALOR GLOBAL: R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), correspondente a 01 (uma) inscrição.

A contratação destina-se ao aperfeiçoamento técnico do servidor que exerce o cargo de Assessor Jurídico deste Poder Legislativo, mediante capacitação relacionada à elaboração, à execução, ao acompanhamento e à fiscalização das emendas impositivas, com abordagem dos aspectos constitucionais, orçamentários, contábeis e jurídicos, bem como da utilização responsável de ferramentas de inteligência artificial nas atividades práticas.

Determino o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação e à divulgação do ato que autoriza a contratação direta, observados os requisitos da Lei nº 14.133/2021, da Resolução Legislativa nº 002/2023 e das demais normas aplicáveis.

Itiquira/MT, 21 de setembro de 2026.

EDIOMAR GOBBI

Vereador Presidente

Gestão 2025/2026

COORDENADORIA DE COMPRAS
EXTRATO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 064/2026

Inexigibilidade nº: 027/2026

O Município de Itiquira/MT, por intermédio da Coordenadoria de Compras Públicas, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público o resultado da Inexigibilidade de Licitação nº 027/2026, conforme especificações a seguir.

Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de kit de livros para biblioteca pública.

Contratada: OCEANO PACÍFICO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.824.239/0001-53.

Valor total: R$ 59.671,32 (cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos).

Fundamentação legal: art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itiquira/MT, 21 de setembro de 2026.

Fls. 267

ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
PORTARIA N° 483, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Substitui o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 033/2025 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade do acompanhamento e da fiscalização da execução dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pelo Gestor Público para que se proceda a substituição do Servidor anteriormente nomeado, sendo ela **TALIANA APARECIDA MOTA DA SILVA**;

CONSIDERANDO que o agente público indicado foi previamente cientificado das atribuições, atende aos requisitos aplicáveis à designação e não incorre em situação de impedimento ou conflito de interesses;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica designado o Servidor abaixo relacionado, para exercer a função de fiscal do Contrato Administrativo nº 033/2025, firmado entre A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT E A EMPRESA REDE CHAMA GAS COMERCIO DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.***.***/0001-*5,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1. CRISTINA LÚCIA OLIVEIRA DA SILVA

CPF Nº 972.*.***-34**

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3º O fiscal não poderá alterar cláusulas contratuais, assumir obrigações em nome do Município sem competência legal, autorizar prestação diversa da contratada ou praticar atos reservados ao gestor do contrato, à autoridade competente ou a outro agen-